

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

ANAMÉLIA DE CARVALHO

ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO: memórias e narrativas do
Memorial da Justiça de Pernambuco

RECIFE

2023

ANAMÉLIA DE CARVALHO

ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO: memórias e narrativas do
Memorial da Justiça de Pernambuco

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestra em História.

Linha de Pesquisa: Sociedades, trabalho, cultura e memória

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia de Araújo Santos

RECIFE

2023

C331e Carvalho, Anamélia de
Ensino não formal e o judiciário : memórias e narrativas do
Memorial da Justiça de Pernambuco / Anamélia de Carvalho,
2023.
145 f. : il.

Orientador: Ana Cláudia de Araújo Santos.
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado
Profissional em História, 2023.

1. Memorial do Tribunal de Justiça de Pernambuco.
2. Poder Judiciário - Pernambuco - História. 3. Cultura política.
4. Educação não-formal 4. Patrimônio Cultural. I. Título.


CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002




Universidade Católica de Pernambuco
Centro de Teologia e Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação
em História


Relatório técnico intitulado **ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO**: memória e narrativas do Memorial da Justiça de Pernambuco, de autoria de Anamélia de Carvalho, submetido a banca examinadora constituída pelas professoras e professores:

Documento assinado digitalmente
 ANA CLAUDIA DE ARAUJO SANTOS
Data: 12/09/2023 13:49:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof.ª Dra. Ana Cláudia de Araújo Santos (Presidente da banca/Orientadora)
Universidade Católica de Pernambuco — PPGH/UNICAP

Documento assinado digitalmente
 FABIANO QUADROS RUCKERT
Data: 14/09/2023 18:54:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fabiano Quadros Rückert (Membro Externo)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/PPGE)

Documento assinado digitalmente
 HELDER REMIGIO DE AMORIM
Data: 19/09/2023 11:08:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (Membro Interno)
Universidade Católica de Pernambuco — PPGH/UNICAP

Documento assinado digitalmente
 HELDER REMIGIO DE AMORIM
Data: 19/09/2023 11:08:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História — PPGH/CTGH/UNICAP

Data de defesa: Recife, 05 de julho de 2023.

Rua do Príncipe, 526 - Boa Vista, Recife - PE, 50050-900; Telefone: Fone: (081) 2119—4369. Endereço eletrônico: ppeg@unicap.br

DEDICATÓRIA

A Marcelo que todos os dias confirma com genuíno amor a escolha que fizemos. E à minha mãe (*In memoriam*), primeira inspiração para minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu agradeço a Deus e o seu amparo pela fé.

Agradeço ao meu esposo Marcelo que através do seu amor, companheirismo e cumplicidade foi quem, neste plano, me sustentou nessa jornada.

Aos meus filhos humanos, Ana Livia e Felipe, e canino, Berg, que constituem o elixir que me fortalece todos os dias.

À Professora Ana Cláudia que cumpre com maestria a sua vocação, evidenciando que a relação orientador/orientando transcende os métodos científicos.

À minha amada irmã Adriana com a qual estabeleci na maturidade uma simbiose materno fraternal.

Também agradeço à Professora Márcia, gestora da Escola de Referência em Ensino Médio Sizenando Silveira pela receptividade e generosa doação de tempo para a minha pesquisa. A todos os professores que doaram gentilmente parte do seu escasso tempo de descanso para contribuir com a produção desse estudo.

À equipe de servidores e estagiários lotados no Memorial de Justiça de Pernambuco, especialmente a Ivan que me ajudou na escolha do tema e a Fábio que apesar do excesso de atribuições contribuiu sobremaneira com a pesquisa.

A Fabíola e Marcelo, colegas de trabalho (zona 40-CEMANDO-RECIFE), pela compreensão e apoio incondicionais.

À minha cunhada Beta e às minhas amigas Gabi e Job agradeço o apoio dado durante todo esse período estando sempre prontas a dar uma palavra amiga.

À irmã que a vida me deixou escolher, Evelyn.

A todos os meus familiares que, dentro do possível, sempre me apoiam.

À Josilda que está presente na minha vida quase que diariamente me ajudando a cuidar do meu lar.

À minha terapeuta, Dani, que há 08 anos me guia na jornada do autoconhecimento.

Ao meu professor Cristiano, cujos treinos me ajudaram a vencer a ansiedade, inevitavelmente presente nessa jornada.

À equipe docente do Mestrado Profissional da UNICAP que provocou em mim uma mudança estrutural na forma de ver o mundo.

Muito obrigada a todas e todos, sozinha eu jamais conseguiria.

“Todas essas histórias me fazem quem eu sou. Mas insistir só nas histórias negativas é simplificar minha experiência e não olhar para as muitas outras histórias que me formaram” (ADICHIE).

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a importância pedagógica dos espaços de memória como recurso de ensino não formal na formação cultural de jovens adolescentes, com ênfase em memoriais da justiça. A problemática da pesquisa se consistiu na necessidade de ampliar, para a sociedade, o conhecimento sobre a relevância da atividade desempenhada pelo Poder Judiciário. O objetivo central do estudo é analisar o Memorial da Justiça de Pernambuco como ferramenta didática para construção de uma cultura política dos jovens. Apresenta discussões sobre os temas memória e educação, como também aborda conceitos de educação patrimonial e ensino não formal. Ademais, busca compreender o processo de ensino acerca do Poder Judiciário, ressaltando a necessidade de preservação da referida instituição. Objetiva, ainda, confirmar a hipótese da relevância do uso didático-pedagógico do memorial da justiça. Motivou o estudo a necessidade de ampliar a qualidade das informações referentes ao Poder Judiciário, sendo os memoriais importantes meios para contribuir com esse processo. Valendo-se de abordagem qualitativa produziu-se a base estrutural teórica e realizou-se estudo de caso por meio de coleta de dados em entrevistas semiestruturadas ao corpo docente de uma escola pública e de observação direta de visita ao Memorial da Justiça de Pernambuco. O produto da pesquisa será um videodocumentário.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ensino não formal. Memoriais. Poder Judiciário.

ABSTRACT

The present paper has as its theme the pedagogical importance of memory spaces as a non-formal teaching resource in the cultural education of adolescents, with emphasis on justice memorials. The research problem consisted of the need to expand knowledge about the relevance of the activity performed by the Judiciary. It presents discussions about the themes of memory and education, as well as the concepts of heritage education and non-formal education. The central objective of the study is to analyze the Memorial da Justiça as a didactic resource for the construction of a political culture for young people. It presents discussions on the themes of memory and education, as well as approaches concepts of heritage education and non-formal education. It also seeks to understand the teaching process about the Judiciary, emphasizing the need to preserve the historical memory of the institution. It also aims to confirm the hypothesis about the relevance of the didactic-pedagogical use of the justice memorial. The study is motivated by the need to expand the quality of information about the Judiciary, with memorials being important means to contribute to this understanding. Using a qualitative approach, the theoretical structural basis was produced and a case study will be carried out with data collection in semi-structured interviews with public school faculty and direct observation of a visit to the memorial of justice in Pernambuco. The research product will be a video documentary.

Keywords: Heritage education. Non-formal teaching. Memorials. Judiciary

LISTA DE ABREVIATURA

CEDUC – COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

CF/88 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

CONARQ – CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

COVID-19 – CORONA VIRUS DISEASE

ENEM – EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

EREMSS – ESCOLA REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO SIZENANDO SILVEIRA

GBEP – GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

IEP – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

MJPE – MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

PRONAME – PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO

SPHAN – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

TJPE- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

UFRPE – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

UNICAP – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

UPE – UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	13
3. MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE ESSAS DUAS PRÁTICAS	17
3.1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSES CONCEITOS.....	25
3.1.1 A Escola: as raízes da educação escolar no Brasil.....	26
3.1.2 Educação formal, não formal e informal: Diferenças e convergências.....	34
3.1.3 A Escola Referência em Ensino Médio Sizenando Silveira: breves apontamentos.....	38
3.1.4 Professores e o ensino não formal.....	39
3.1.5 Educação patrimonial e construção de identidade.....	41
4. A MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO E O PODER DA MEMÓRIA: DIÁLOGO MUSEU-ESCOLA.....	43
4.1 Memória institucional e a história da Justiça brasileira.....	45
4.2 O poder da Memória do Poder Judiciário.....	48
4.3 Ensino do Judiciário sob a ótica docente.....	53
5. OS LUGARES DE MEMÓRIA COMO ESPAÇO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	57
5.1 ESPAÇO DA MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO PERNAMBUCANO: O Memorial da Justiça de Pernambuco.....	59
5.2 Práticas Educativas do Memorial da Justiça de Pernambuco.....	62
5.3 Expectativas <i>versus</i> realidade dos professores.....	67
6. MEMÓRIA DE UMA EXPERIÊNCIA SOBRE O JUDICIÁRIO.....	71
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS 01	84

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS 02	87
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS NO MJPE.....	90
APÊNDICE D –TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES	103
ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA	135
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	136
ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO	139
ANEXO D – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	140

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho orbita na importância do Patrimônio do Poder Judiciário para a preservação da memória histórica e da formação cultural. O estudo está ancorado no âmbito da valorização dos memoriais de justiça como espaço não formais de educação e de construção da cultura política de jovens.

A pesquisa parte da hipótese de que os memoriais, criados e mantidos pelo Poder Judiciário, constituem potentes recursos didático-pedagógicos na formação cultural política da juventude e na educação patrimonial.

O Poder Judiciário vem nos últimos tempos sendo alvo de críticas constantes nos mais diversos setores da sociedade brasileira, e os posicionamentos são, muitas vezes, marcados pela notória falta de conhecimento acerca do papel, das atribuições e do funcionamento do referido Poder estatal. É urgente se ampliar a qualidade e o alcance das informações acerca do papel da Justiça de modo que a sociedade conheça a essência do Poder Judiciário e reconheça a sua importância social.

Além disso, a pesquisa presta-se também a estudar a importância do ensino patrimonial. O contexto social e político brasileiro urge por medidas de valorização do patrimônio cultural; dentre elas, uma educação que conscientize da importância da memória social, mecanismos fundamentais para preservação dessa memória.

Os memoriais são pouco visitados pelo público jovem, pois há falta de incentivo, interesse e recursos para esse acesso. A situação se torna mais crítica quando se fala em jovens estudantes de escolas públicas, os quais, de regra, só tem acesso a museus e outros locais de memória através de atividades propostas pelos professores, os quais, muitas vezes, não se sentem motivados a ser esse elo entre os jovens e os espaços de memória. Assim, vários motivos que levam a essa realidade, que vão da ausência de recursos financeiros à falta de ânimo dos próprios jovens.

Poucas pessoas têm conhecimento acerca da existência de locais reservados à preservação da memória do Poder Judiciário, o que certamente contribui sobremaneira para diminuta visitação destes locais por público diferente daquele que faz da pesquisa o seu ofício. A ampliação do público-alvo deve residir nas prioridades dos memoriais quando o assunto é visitação, haja vista que constitui um dos caminhos para a formação de uma coletividade consciente da importância de se preservar o seu patrimônio histórico.

Diante desses aspectos, surge o seguinte questionamento: Como as instituições de memória contribuem para a formação política de jovens estudantes?

Como objetivo geral, o presente trabalho busca analisar o Memorial da Justiça como ferramenta didática para a construção política dos jovens. Atendendo a este objetivo, a pesquisa visa a, especificamente, identificar o uso didático-pedagógico do Memorial da Justiça; compreender o processo de construção do ensino do judiciário; descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo Memorial da Justiça e contribuir para a divulgação das informações sobre o Judiciário.

Várias são as razões que despertaram o interesse em desenvolver esta pesquisa. No meu universo particular, vários fatores convergiram em direção ao caminho trilhado neste estudo.

Sou fruto da classe média pernambucana, filha de funcionária pública do Poder Judiciário Federal, concursada, letrada, com nível superior em Direito, e de um empresário do ramo da saúde, sem formação superior e sem qualquer hábito cultural ou intelectual. Tendo como referência, no seio da família, a figura feminina, fui inserida, muito cedo, no universo burocrático da Justiça do Trabalho. Com tenra idade, fui “estagiária” da minha mãe nos meus períodos de férias escolares, quando ainda desejava ser arquiteta. O destino e conselhos maternos me levaram para a faculdade de Direito. Ingressei, em 2006, na Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP e do Poder Judiciário não me afastei desde então. Em abril de 2002 assumi o meu primeiro cargo público efetivo no Tribunal de Justiça de Pernambuco- TJPE, na comarca de Garanhuns. Minha primeira especialização foi em direito do trabalho no âmbito da Escola de Magistratura Trabalhista da 6ª Região e a segunda em direito processual civil na Escola de Magistratura do Estado de Pernambuco, ambas instituições do Poder Judiciário. Hoje eu sou oficiala de justiça, meu terceiro cargo efetivo dentro do Poder Judiciário Pernambucano.

Nota-se, portanto, que o Poder Judiciário sempre exerceu e ainda exerce enorme influência na minha vida. O contexto de conflitos interpessoais, em que as pessoas necessitam de uma intermediação estatal para resolvê-los sempre foi para mim objeto de incessante curiosidade. Fazer parte dessa engrenagem que é a máquina estatal, especificamente, a máquina de dizer o direito, tem, sem dúvida alguma, influência direta na motivação em realizar este trabalho.

Outro motivo pessoal e não menos importante para a realização desta pesquisa é o interesse desta autora em locais de memória, um interesse quem tem transcendido as ocasiões de visitas turísticas. Muito embora não tenha formação em Museologia os espaços de memória têm sido

destino de repetidas visitas no meu no cotidiano familiar e individual. Desejo então contribuir, mesmo que de forma tímida, para inserção de tal hábito na vida de mais indivíduos.

Assim, neste palco de intenções, não há dúvidas de que o produto final fincará suas raízes neste importante lugar que o Poder Judiciário e os museus tiveram e tem na vida desta historiadora em construção.

Em outro contexto, justifica-se esta pesquisa na premente necessidade de se ampliar a qualidade das informações que a sociedade tem sobre o Poder Judiciário, haja vista que, consoante Michel de Certeau em sua obra *Cultura no Plural*, “para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas tenham significado para aquele que as realiza” (2012, p.141).

O avanço democrático tem beneficiado a história ampliando a participação dos indivíduos dos mais diversos lugares sociais, demonstrando que a participação dos “pequenos” se faz grande quando se revela um rico caminho que nos leva ao enriquecimento da narrativa histórica. Esse pensamento encontra respaldo na obra *História e Memória*, de Jacques Le Goff (2013, p.53), importante teórico que tem servido de guia inafastável desta pesquisa. Neste mesmo viés, importante destacar a autora Arlete Farge (2017), em *O Sabor do Arquivo*, a qual, nesta verdadeira obra-prima, destaca a experiência vivenciada em um arquivo público e a importância das relações sociais como principal ingrediente da história.

Motiva-se também essa discussão na ideia apresentada pela autora e também museóloga Adriana Mortara Almeida, segundo a qual o museu histórico tem como uma de suas principais funções contribuir para o entendimento da construção da memória e para “a sua representação no momento presente” (ALMEIDA, 2021, p.107). A autora também se posiciona no sentido de que o Brasil se encontra em um estágio muito primário no que se refere à ação educativa e sistemática em museus, sendo premente a necessidade de se ampliar, no país, a discussão a respeito das inúmeras potencialidades dos seus espaços de memória.

Ademais, fica clara a importância pedagógica que os locais de memória, como recurso não formal de educação, podem exercer na formação cultural do indivíduo. Um dos pontos desenvolvidos na pesquisa em referência é justamente o discurso acerca do significado que os memoriais podem assumir no amadurecimento político dos jovens.

A historiografia será contemplada por este estudo, na medida em que se pretende ampliar a conscientização acerca da importância do patrimônio cultural representado no acervo dos memoriais ressaltando a representatividade deste debate sobre a preservação da memória histórica da nossa sociedade, uma vez que os documentos advindos da atividade judicial revelam nuances de vários momentos e contextos históricos, pois, segundo FOUCAULT *in* FARGE, “talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade” (2017, p.35).

Paralelamente, acompanhando o entendimento das autoras Maria Helena N. Romero e Marta Rosa Borin (2018; 2019), o presente trabalho pretende reforçar a potência do ensino patrimonial como um caminho viável e efetivo para a salvaguarda da memória histórica, já que, segundo as autoras, a educação patrimonial, tendo como fonte primária, o patrimônio cultural, tem o condão de produzir “conhecimento enriquecedor, apropriação e valorização da herança cultural dos indivíduos ou coletividade, por meio da experimentação e convívio” (BORIN, ROMERO, 2019, p.07).

Quanto ao aspecto social, este estudo demonstra que os memoriais de justiça podem ser um caminho viável, dinâmico e, por que não, atraente para potencializar a criticidade de pensamento dos jovens, contribuindo, assim, com o incremento intelectual qualitativo da sociedade.

O presente relatório técnico registra todas as etapas do processo de pesquisa e está estruturado com a presente seção introdutória, que será seguida da seção referente à trajetória metodológica aplicada. Na sequência, serão apresentadas a historiografia e as fontes utilizadas, bem como toda a discussão teórico-metodológica do estudo, posta em 04 (quatro) seções.

A primeira seção tratará dos temas memória e educação; para tanto, apresentará relações existentes entre esses dois eixos, pavimentando o caminho que nos leva aos conceitos de educação patrimonial e educação não formal. Nesse momento, daremos início à análise de entrevistas realizadas. Serão analisados trechos que tratam do tema da seção, e assim será feito em cada uma das seções.

A segunda seção abordará o processo de construção do ensino sobre o poder judiciário, bem como a importância que a preservação da memória histórica da instituição tem na construção de uma mentalidade pautada no conhecimento de fatos que ilustram a trajetória da justiça brasileira e sua imprescindibilidade para o equilíbrio das relações sociais e consequente harmonia coletiva. Nesse momento, será também estudado como a escola pode ser beneficiada ao estabelecer um diálogo com os memoriais de justiça.

A discussão acerca da potência dos lugares de memória terá espaço mais aprofundado na terceira seção, na qual será desenvolvida a temática da relação entre lugares de memória e ensino, ressaltando as expectativas e a realidade dos docentes entrevistados quando o assunto é inserir a utilização de equipamentos de uso não formal na prática escolar. Além disso essa mesma seção versará sobre o modo como o MJPE desenvolve suas atividades educativas.

Por fim, visando contribuir para uma maior valorização dos lugares de memória, a quarta seção detalhará todo o processo de criação e produção de um videodocumentário o qual proporcionará uma experiência sobre o Poder Judiciário.

2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Uwe Flick, é de particular relevância para o estudo das relações sociais, devido à pluralização das esferas de vida (2009, p.21). A investigação qualitativa tem como finalidade obter dados para compreender as atitudes, motivações e comportamentos de um determinado grupamento de pessoas envolvidas em um mesmo contexto e/ou problema. Como bem ilustra a seguinte citação:

Pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo dele uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais (...) a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem. (DENZIN E LINCOLN, 2005, p. 3 apud UWE FLICK, 2008, P.16).

Através dessa abordagem, foram analisados criteriosamente os dados primários coletados e interpretados para, assim, responder à pergunta de pesquisa, ou seja, compreender como as instituições de memória podem contribuir para a formação política de jovens estudantes.

No que se refere aos paradigmas teóricos e filosóficos, a pesquisa encontra sua base no interpretativismo, o qual entende que o mundo é uma construção em que cada indivíduo é protagonista. A pesquisa se valerá do contexto social e das experiências pessoais dos participantes, na tentativa de melhor compreender o tema estudado, haja vista que cada sujeito participante, bem como o pesquisador, desenvolve significados diferentes de suas experiências de vida, o que, além de evidenciar a complexidade das relações, podem servir de norte para inovações e favorecer o aparecimento de novas oportunidades, conhecimentos e ampliações culturais. Jonh Creswell bem resume a corrente em questão quando afirma: “A intenção do pesquisador, então, é compreender ou interpretar os significados que os outros têm sobre o mundo”. (2014, p.36).

A etapa inicial deste estudo consistiu no levantamento e análise de material bibliográfico acerca de conceitos sobre memória, educação, educação patrimonial, cultura política juvenil e espaços de memória. Através de tais conceitos buscou-se formar a base teórica da pesquisa.

A estratégia escolhida foi o estudo de caso, através do qual se coletam dados qualitativos de eventos reais, observando-os com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca do fenômeno em análise, fornecendo um estudo aprofundado e rico em detalhes. Melhor explicando, vale trazer o seguinte conceito presente na obra de Robert K. Yin (2001, p. 04):

Seja qual for o campo de interesse, a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. Em resumo, um estudo de caso permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias.

Para o presente estudo de caso, foi escolhida a Escolar Referência em Ensino Médio Size-nando Silveira (EREMSS) onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 05 (cinco) componentes do corpo docente. As duas primeiras entrevistas foram filmadas com a câmera de celular da pesquisadora, que conhece apenas noções mínimas desse instrumento como ferramenta audiovisual, o que interferiu na qualidade de som e da imagem. Diante desse fato, a terceira entrevista foi registrada por equipe de filmagem previamente contratada pela pesquisadora, o que resultou numa melhor qualidade do vídeo. Já as duas últimas foram registradas por meio de gravador de áudio do celular da pesquisadora, não havendo registro de imagens destes participantes. Todas as entrevistas foram transcritas e constam como anexo ao presente trabalho.

Foram captadas inúmeras imagens do espaço da sede do MJPE, mediante filmagem e fotografias operadas por profissionais contratados pela pesquisadora, com seus próprios recursos. No MJPE, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois servidores efetivos do TJPE, lotados no memorial, sendo um deles responsável pelo setor educativo. Também foi realizada entrevista com uma estagiária do TJPE, lotada no MJPE, cuja atribuição é, dentre outras, fazer mediação de visitas no museu.

Por ocasião da banca de qualificação, estava prevista, no relatório, a realização de visitas guiadas com alunos da EREMSS, porém essa dinâmica restou inviabilizada por fatores que fugiram completamente do controle da pesquisadora, como a não conciliação das agendas da escola e do MJPE, paralisação de professores e até mesmo risco de ataque terrorista nas escolas.

Como resultado, o presente estudo de caso demonstrou que recursos não formais de educação, como o Memorial da Justiça de Pernambuco, constituem potentes ferramentas pedagógicas e representam, efetivamente, um atraente instrumento alternativo de ampliação da cultura política de jovens.

Em arremate, todos os registros de imagens tiveram como objetivo principal a composição de um videodocumentário, produto exigido como requisito editalício do Programa de Pós-Graduação e Mestrado Profissional em História da UNICAP como devolutiva acadêmica à sociedade.

3. MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE ESSAS DUAS PRÁTICAS

Estudar os liames presentes nas práticas relacionadas à memória e educação tem como objetivo descrever as conexões entre os referidos eixos temáticos, trazendo seus principais conceitos que contribuem para a compreensão do que é ensino não formal e sua importância pedagógica no cenário educacional.

Falar em memória é também trazer à tona o tema da educação, pois elas se retroalimentam, uma vez que, a educação é o meio mais contundente para a preservação da memória.

Além disso, falar em memória é falar sobre o tempo, é entender a distinção entre o passado e o presente, e, ainda, é entender como esses momentos dialogam. Segundo Eric Hobsbawm *in* LE GOFF, o passado deve ser entendido como “período anterior aos acontecimentos de que um indivíduo se lembra diretamente” (HOBBSAWN *apud* LE GOFF, 2013, p. 202). No entanto, não há que se falar em passado estático. O componente humano permite esse desenvolvimento. Basta olhar ao redor, é fácil entender como cada momento adiante repete o anterior, mas estabelece uma mudança, que, a princípio pode parecer imperceptível. O tempo é implacável; ele passa, e aquilo que não se percebeu torna-se perceptível e pode vir acompanhado de um poder transformador.

Muitos movimentos se referem ao passado como algo ruim, necessitado de modificações. Outros, ao contrário, buscam restabelecer o passado. A verdade é que não há presente sem influência do passado, por mais conservadora ou isolada que uma sociedade seja.

Segundo Le Goff, estabelecer o limite entre o passado e o presente é “operação fundamental da consciência e ciência históricas” (2013, p. 193). A concepção de tempo, no sentido de se esclarecer a diferença entre o que é presente e o que é passado, representa um ponto central quando se fala em consciência histórica (LE GOFF, 2013, p. 193) que revela a participação ativa do passado e do futuro no presente. “A consciência histórica, entretanto, não se resume ao passado e à memória, mas às projeções que fazemos para o nosso futuro” (CERRI, 2011, p. 15).

Essa conceituação da consciência histórica é de extrema importância para esse trabalho, pois o desenvolvimento dessa consciência permite a articulação entre passado, presente e futuro e não deve ser entendida como uma escolha entre eles, mas a escolha dessas articulações (CERRI, 2011). Segundo CERRI,

“Consciência histórica não é memória, mas a envolve: o tempo significado é a experiência pensada em função do tempo como expectativa e perspectiva, compondo um sistema dinâmico. A Consciência histórica não é definida aqui como conquista particular, mas como

aquisição cultural elementar e geral, na qual os sujeitos fazem suas sínteses entre objetivo e subjetivo, empírico e normativo” (2011, p. 48).

A consciência histórica é um fenômeno natural, inerente ao ser humano, pois cada indivíduo nutre dentro de si uma necessidade de busca de significados, uma demanda de ir além do que temos e do que somos (CERRI, 2011).

A abordagem adotada neste trabalho assume o perfil sociocultural do conceito de história, na medida em que entende que ações individuais estão determinadas por condições materiais de existência e pela posição social ocupada nas relações sociais (CABRERA, 2001). Reforçando esse entendimento, LE GOFF defende que

A Memória, sumariamente, pode ser compreendida como a faculdade de se reter variadas informações, as quais viabilizam uma reanálise de atitudes, fatos e acontecimentos do passado. Muito embora exista uma ampla gama de caminhos através dos quais a Memória pode ser estudada, a presente pesquisa tem como foco a Memória histórica coletiva, a qual assume um importante papel na evolução das sociedades, posto que a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 2013, p. 435).

Em seu aspecto social, a memória é revelada no compartilhamento de informações, de lembranças entre os indivíduos, colocando-os como sujeitos ativos do e no processo histórico. As condições socioeconômicas não impactam em uma matéria-prima humana inerte ou em uma mente vazia, mas indivíduos portadores de valores culturais e dotados de uma herança simbólica acumulada (CABRERA, 2001). Ao se reconhecerem nesse papel, os indivíduos constroem uma identidade coletiva. Sem memória, o ser humano perde o seu referencial e se desloca do seu cenário social.

Assim, em consequência, infere-se que a consciência histórica é uma experiência coletiva, ou melhor, “(...) a consciência histórica pressupõe o indivíduo existindo em grupo, tomando-se em referência aos demais, de modo que a percepção e a significação do tempo só podem ser coletivas” (CERRI, 2011, p.30-31). A convivência social naturalmente faz nascer um elo entre os seus componentes de modo que

Em comunidade, os homens precisam estabelecer a ligação que os define como um grupo, cultivar esse fator de modo a permitir uma coesão suficiente para que os conflitos não resultem num enfraquecimento do grupo e coloquem a sua sobrevivência em risco. Uma versão, ou um significado construído sobre a existência do grupo no tempo, integrando as dimensões do passado (de onde viemos), do presente (o que somos), e do futuro (para onde vamos) é o elemento principal da ligação que se estabelece entre indivíduos. A essa ligação temos chamado de identidade, e podemos defini-la como o conjunto de ideias, (...), que tornam possível uma delimitação básica para o pensamento humano – nós e eles -, pertencente ou não pertencente ao grupo (CERRI, 2011, p.31)

A história, como ciência responsável pelo estudo da memória em seu aspecto social, permite que os acontecimentos não se percam no tempo, os estuda e sistematiza de modo que a memória continue desempenhando com louvor o seu mister de edificar a identidade social e, em consequência, a identidade individual, haja vista que essa transmissão social das lembranças nos permite enquadrar muitas recordações pessoais e dar sentido a elas (JOÃO, 2005). Nesse aspecto:

A Memória colectiva engloba o conjunto de referências, valores e saberes, do foro intelectual ou prático, que um determinado grupo social possui em comum de representações que partilha sobre si e a sua trajectória. A memória reporta-se às heranças culturais e ao passado, mas este é representado em função dos interesses e valores do presente e das aspirações em relação ao futuro (JOÃO, 2005, p. 6).

A memória individual pode ser espontânea e inconsciente, já a memória coletiva não assume essa mesma característica, posto que, a preservação da memória coletiva se dá a partir de um movimento deliberado de um indivíduo ou grupo de indivíduos. Revela-se, assim, a seletividade da memória.

Outro aspecto importante da memória é o seu caráter dialético, tendo em vista que permite um diálogo permanente entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Um não vive sem o outro, e, conversam a todo instante. Como conclui CHAGAS:

A preservação e a destruição, ou de outro modo, a conservação e a perda, caminham de mãos dadas pelas artérias da vida. Como sugere Nietzsche (1999, p.273) é impossível viver sem a perda, é inteiramente impossível viver sem que a destruição jogue o seu jogo e impulse a dinâmica da vida.

No entanto, através de uma espécie de argumento tautológico trata-se frequentemente de justificar a preservação pela iminência da perda e a memória pela ameaça do esquecimento, com isso se deixa de considerar que o jogo e as regras do jogo entre esquecimento e memória não são alimentados por eles mesmos e que a preservação e a destruição não se opõem num duelo mortal, complementam-se e sempre estão ao serviço de sujeitos que se constroem e são construídos através de práticas sociais (2002, p. 43-44).

A memória, por mais irônico que possa parecer, é uma série de esquecimentos. Para que uma antiga família seja lembrada, muitas outras foram esquecidas. Em um contexto social, as memórias comuns dependem de fatores políticos, sociais e culturais e essa dinâmica condição anuncia outra característica da memória: a variabilidade. A sociedade muda, as relações de poder mudam e, em consequência, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

A História legitima e documenta o passado mediante uma dinâmica discursiva acompanhada de técnica e cientificidade. A memória alimenta a História, sendo, sem dúvida, o seu principal nutriente (CASTANHO, 2016). A memória, após longos anos de desenvolvimento dos métodos mnemônicos, é, hoje, bem mais confiável e objetiva que outrora. A História, por sua vez, após longos

anos de mudanças teórico e metodológicas, exprime cada vez mais o seu caráter de cientificidade, apresentando resultados bem mais consistentes. O profissional da História pesquisa e trata as informações de modo a apresentá-la de forma mais compreensível, ou melhor,

O historiador procura se certificar de quem produziu a informação, quando isso aconteceu e quais eram as possibilidades de que as coisas tivessem acontecido de outra forma. O método histórico esquadrinha os sujeitos, suas ligações sociais, suas intenções e interesses em jogo, para entender a informação que cada um deles traz, e, assim, dimensioná-la corretamente e relativizá-la (CERRI, 2011, p. 116).

Assumindo o perfil social, econômico e cultural da História, fica nítido o caráter fidedigno e científico dessa disciplina, a qual se vale de uma amplitude de dados que validam os seus resultados. Segundo CERTEAU, a “história atesta uma autonomia e uma dependência cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas que presidem à sua elaboração” (2020, p.60).

Não há como se afastar dessa perspectiva a influência subjetiva do historiador, pois, por mais cauteloso e distante que ele tente ser, não se pode ignorar a sua condição humana e, portanto, a inerência de sua subjetividade (CASTANHO, 2016). O historiador e sua relação com um lugar marcam o fazer historiográfico e como entende CERTEAU “o gesto que liga as ideias aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador [...] é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência” (2020, p.45). Reforçando esse argumento CERRI afirma que

(...) os professores de história somos também protagonistas desse jogo, voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente. Produzimos, com nosso trabalho, parte de nossas identidades pessoais, políticas e profissionais, e participamos da constituição das identidades dos outros (2011, p.16).

Assim, partindo-se da ideia que estabelece a relevância e influência do historiador na produção historiográfica, há de se pressupor a singular importância que a educação assume nessa trajetória, pois por meio dela horizontes são expandidos e o repertório cultural de cada pessoa é ampliado e lapidado, gerando indivíduos conhecedores de sua história e capazes de promover transformações que contribuam para uma sociedade mais equilibrada. Desse modo, CERRI afirma que “(...) conhecer a história e ser capaz de entender/praticar o seu método de análise crítica dos enunciados e de construção do conhecimento é uma necessidade, se almejarmos formar um pensamento autônomo, crítico e criativo” (2011, p. 58).

A educação é um caminho eficiente do qual se vale o historiador para alcançar de forma dialética a mente dos indivíduos que, portadores de uma inerente consciência histórica, anseiam por uma experiência mais pragmática, pois “em seu nascedouro, o conhecimento histórico-científico encontra-se encharcado das razões da vida prática (...)” (CERRI, 2011, p.69).

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE ESSES CONCEITOS

É na intenção de ensinar-e-aprender que se revela a educação¹, a qual, em sua ampla acepção, não é restrita ao que é ensinado em um ambiente formalmente estabelecido para transmissão e a aquisição de conhecimento. A educação está na transmissão difusa de conhecimentos e experiências realizadas no contexto de uma etnia indígena, por exemplo, em que os parâmetros educacionais são completamente distintos daqueles estabelecidos e esperados em nossa sociedade. Como bem ilustra BRANDÃO: “(...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante” (2002, p.04).

Em mundos diversos a educação está presente: ela se apresenta em diferentes ambientes e contextos sociais, podemos vislumbrá-la em sociedades tribais e camponesas, em países desenvolvidos e em nações subdesenvolvidas, em sociedades sem classe e outras com esta divisão, com a presença do Estado ou não (BRANDÃO, 2017). Enfim, é algo que independe do nível de adiantamento econômico ou da estrutura de poder, pois a educação não só viabiliza a transmissão de conhecimentos, regras e valores, como se traduz como um importante veículo desenvolvimento social e solidificação de suas raízes. Como bem elucida BRANDÃO:

A educação surge quando a empreitada do ensinar-e-aprender é conduzida por caminhos traçados socialmente através de costumes, tradições ou regras, a depender do grupo social. Ademais, o ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor (...) (BRANDÃO, 2017, p.11).

¹ Nesse tópico será feita uma contextualização histórica sobre a educação, onde serão apresentados alguns aspectos importantes que julgo de fundamental importância para o entendimento desse estudo, sem pretensões de traçar uma história linear da educação.

Sem pretensão de mergulhar nas águas abissais da trajetória histórica da educação ocidental, é de fundamental relevância trazer para este estudo pontos importantes dessa evolução que cooperam no sentido de melhor se compreender a origem e as razões do formato atual de educação, observando o modo como a sociedade ocidental caminhou ao longo dos anos no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, levando ao cenário que se descortina atualmente, Ressalte-se que a análise feita a seguir tem a finalidade de evidenciar como a civilização evoluiu e o quanto tem ainda para evoluir quando o assunto é educação.

3.1.1 A Escola: as raízes da educação escolar no Brasil

A partir do momento em que a estrutura social passa a ser hierarquizada, as relações sociais passam por uma divisão, estabelecendo-se quem produz, quem manda, quem obedece, quem protege, por exemplo. Assim, cada um assume um papel social. Não seria diferente com o “saber”. A partir desse momento, ele passa a ser controlado, haja vista que, as demandas sociais são as mais diversas. A posição social original de cada um determina qual é o tipo de educação que vai receber, revelando estabelecida a desigualdade desse processo, a qual estará presente em várias etapas do percurso.

A educação escolar, nas sociedades ocidentais, tem a Grécia como primeira referência histórica. As peculiaridades do processo educacional da civilização grega puderam ser notadas a partir do momento que a sociedade foi dividida em classes, as quais, naturalmente nutriam interesses diferentes. Assim, houve a diferenciação entre *tecne* (norma de trabalho, de execução), que era destinada ao trabalhador manual, livre ou escravo, e teoria (norma de vida), disponível apenas a homens livres, nobres ou guerreiros (BRANDÃO, 2017).

A primeira escola primária grega surgiu em 600 a.C. aberta a qualquer menino livre da cidade-estado. Escolas superiores comandadas por educadores como Platão, Aristóteles, Sócrates e Epicuro eram dirigidas a jovens livres e nobre. Entretanto, os Sofistas democratizaram a educação ao criar escolas destinadas a qualquer jovem livre que pudesse pagar por sua formação, viabilizando a participação destes nos eventos que debatiam destino da sociedade. A partir desse momento a educação assume o lugar de interesse público (BRANDÃO, 2017).

Outro ponto de fundamental importância na herança educacional deixada pelos gregos está na visão que se tinha de se formar o melhor ser humano possível a serviço da *polis*, o homem

educado. A educação era entendida como um longo processo de amadurecimento que pretendia a interiorização da cultura da cidade e o desenvolvimento ético do cidadão, sempre de olho no ser humano a ser formado (BRANDÃO, 2017). Segundo BRANDÃO (2017, p. 21):

Finalmente, os gregos ensinam o que hoje esquecemos. A educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer.

Nos primórdios de Roma, a educação era principalmente doméstica, pois era através da convivência familiar que se passava entre as gerações os ensinamentos, tendo sempre como objetivo formar um ser humano melhor para a comunidade, que vivia basicamente do trabalho no campo. Entretanto, o desenvolvimento das técnicas, e, conseqüentemente, o aumento da produção e seus excedentes resulta na estratificação social, mesmo assim, a socialização externa é postergada e a família é a responsável pela educação das crianças por um longo tempo. A partir do momento em que a nobreza romana resolve adentrar no universo político, delinea-se um novo modelo educacional, fora do ambiente doméstico (BRANDÃO, 2017).

O ensino formal em Roma surge na categoria elementar no IV século a.C., já o superior é iniciado apenas no I século a.C., ambos na modalidade privada. O surgimento do ensino público só ocorre na era cristã, IV século d.C. Assim, o modelo de ensino formal estabelecido em Roma, repleto de influências gregas, acompanha geograficamente todo o Império Romano, o qual avança seus domínios utilizando-se de todas as armas de que dispõe, inclusive a intelectual (BRANDÃO, 2017).

Mais tarde, por volta do século XIII, verifica-se que a família não possuía condições instrumentais de sozinha educar os seus jovens, motivo pelo qual a escola passa a fazer parte do cotidiano de jovens em vários países europeus. Os colégios se espalham e já no século XV, permeados de princípios do movimento humanista², buscam produzir, transmitir e reproduzir um padrão cultural e intelectual de pessoas. Assim, segundo Carlota Boto, “a escola moderna tem a uniformidade e a

² Tradicionalmente, o humanismo é conhecido como um movimento que se inicia no século XIV e termina no século XVI. Segundo BARROS, o Humanismo corresponde a um movimento que emerge no final da Idade Média como “uma nova alternativa e uma resposta a novos tempos” (2021, p.253), revelando-se como uma “nova alternativa de pensamento e de atitudes com relação a um tipo de saber que, já desde fins do século XIII ou mesmo antes, vinha preparando, renunciando ou imbricando-se em aspectos que logo se tornariam muito característicos da Idade Moderna” (BARROS, 2021, p. 253). Segundo LE GOFF, em “Os Intelectuais da Idade Média”, o Humanismo se contrapõe a uma “escolástica esclerosada” (2013, p.188), sendo os seus adeptos “profundamente anti-intelectualista” (LE GOFF, 2013, p. 188), haja vista que é mais literário que científico, o que evidencia a ruptura do movimento anterior marcadamente metódico. Muitas visões já foram elaboradas acerca da caracterização e conceituação do Humanismo, no entanto para melhor ritmar esse estudo colaciono o conceito de BOTO, segundo a qual “O Humanismo pode ser definido como a expressão letrada da Renascença. Mas trata-se também de um suposto momento de ruptura intelectual, marcado pelo advento de uma visão de mundo inaudita, pautada pelo reconhecimento da universalidade da condição humana” (2012, p. 19).

equalização como princípio, como método e como meta declarada” (1996, p.289), configurando claramente o seu caráter de instituição civilizadora.

Destaca-se no século XVI o humanista espanhol Juan Luis Vives, que defendia o protagonismo da escola no que se refere ao pensamento educacional e traz em seus trabalhos ideias inovadoras no âmbito da educação. De acordo com BOTO, Vives:

Ele pensa na estrutura da escolarização, desde o prédio escolar, passando pelas características do mestre; e atenta sobretudo para o cotidiano – para as coisas que acontecem na escola: qual era a relação entre alunos e professores, como os professores davam aulas, como os alunos estudavam, como memorizar o que se aprendia, como anotar as aulas, etc (2019, p. 29).

Além desse pensador, destacam-se, Wolfgang Ratke e Comenius, responsáveis pela configuração da estrutura básica da escola moderna, que passa ser dividida por etapas, as quais correspondem a níveis de aprendizado diferentes. Assim, a partir de um roteiro de ensino, cada professor ensina ao mesmo tempo os mesmos assuntos para cada classe específica.

Após a Revolução Francesa, o sentimento de nacionalismo e a unificação das línguas passam a ser o foco, pois se traduzem como pontos cruciais na constituição de uma nação. No entanto, não havia como se ignorar a gritante desigualdade social estabelecida, problema distante de ser equacionado. Assim, a fim de se concretizar os ideais revolucionários fazia-se necessário “reivindicar uma escola única, laica, e gratuita, universalizada para todas as crianças de ambos os sexos” (BOTO, 1996, p.16). A escola passa, portanto, a ser “Templo da República”, expressão atribuída por BOTO a atores revolucionários.

Não há como ignorar a influência dos ideais democráticos e liberais da Revolução Francesa na trajetória da educação brasileira atual. De lá pra cá, pouco se evoluiu, pois do século XIX a meados do século XX, os discursos pedagógicos sempre estiveram pautados na instituição escolar. Assim,

A presença da educação formal e institucionalizada é traço marcante das sociedades ocidentais, com destaque para a sociedade europeia. No caso do Brasil, em que pese sua ainda pequena trajetória na era moderna da sociedade ocidental e a lentidão de seu desenvolvimento nos três primeiros séculos de sua inserção histórica nessa sociedade, ela não ocorreu de forma diferente. O Brasil conta com uma já bastante visível experiência de educação formal, experiência esta herdeira da experiência europeia, forjada sob a marca da perspectiva cristã, mas tributária igualmente das circunstâncias históricas próprias do contexto local (SEVERINO, p. 295).

Mirando o Brasil no período colonial, verifica-se uma sociedade eminentemente exploradora e exportadora dos produtos da colônia para a Coroa Portuguesa, numa relação descompassada

e de submissão. Esse aspecto econômico marcadamente agroexportador perdurou durante o período da Monarquia Constitucional e se estendeu até o período denominado de República Velha (1920). Deitando suas raízes nesse solo de exploração e desigualdade, a cultura brasileira sofre em seu processo evolutivo, pois a ambição e prepotência do conquistador sufoca a cultura nativa e doméstica e a cultura negra no intuito de que incorpore a cultura do imigrante europeu (QUADROS, 2011).

A Educação no período colonial era basicamente atribuída à Companhia de Jesus³, a qual, com o objetivo de angariar mais fiéis para a Igreja Católica, chegou ao Brasil e logo iniciou o seu processo de catequização dos povos indígenas e, posteriormente, dos filhos dos colonos. A educação média era privilégio da classe dominante, com exceção de mulheres e primogênitos. Já a educação superior prestava-se, na colônia, para formação de sacerdotes, enquanto que os demais filhos de escravocratas eram enviados para estudar na Universidade de Coimbra, onde se preparavam para no futuro retornarem ao Brasil e, assim, assumirem a administração da colônia (RIBEIRO, 1993). Esse panorama, tal como, o formato econômico acompanhou a trajetória do Brasil até o período da República velha, como bem relatou RIBEIRO:

Este tipo de educação muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e republicano sem sofrer modificações estruturais em suas bases. Tanta foi a influência jesuítica, que, no período colonial media-se a posição social do indivíduo pela quantidade de terras, número de escravos e títulos que o indivíduo recebera dos colégios católicos. Concluímos, então, que este tipo de educação sobreviveu e permaneceu, porque reforçava o sistema sócio-político e econômico da época (RIBEIRO, 1993, p. 16).

RIBEIRO destaca a importância do Padre Serafim Leite para a historiografia da educação no Brasil, afirmando que a sistematizada e normatizada foi a Educação transmitida pela Companhia de Jesus, criando (...) as escolas ("escolas de ler e escrever"), e no ensino sistematizado – classes de latim, humanidades e teatro; cursos de artes, filosofia, matemática e física; questões sobre disciplina escolar; o programa escolar catequético para os índios” (RIBEIRO, 1993, p. 16).

³Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa fundada pelo espanhol Inácio de Loiola em 1534, época de profundas mudanças sociais e políticas. A Reforma Protestante põe em questionamento os dogmas da Igreja Católica e a Companhia de Jesus surgem como forma de reafirmação do Catolicismo e busca através de várias missões reconverter os cristãos e converter povos “bárbaros” recém-descobertos (CANTOS, 2009). Em Coimbra surge o primeiro colégio jesuíta e em sequência vários outros surgiram nos territórios em que a Companhia se fez presente. Assim, “a Companhia de Jesus e sua organização educacional, que ainda não denominaremos pedagógica, expandiram-se por todo o mundo. Mesclando conservadorismo com as necessidades de mudança impostas pelo momento histórico, atuando de forma marcante nos séculos posteriores e ganhando a batalha contra a expansão protestante. Garantiam-se assim os domínios portugueses no novo mundo e do catolicismo sob os povos conquistados” (BORTOLOTTI, 2015, p.122).

Desse modo, é importante destacar a relevância que a Companhia de Jesus teve na concepção estrutural dos colégios, muito semelhante ao que existe atualmente, havendo nela a “ênfase em uma cultura geral, propedêutica e profissionalmente desinteressada para o nível do ensino secundário” (BOTO, 2019, p.30).

A independência do Brasil, ocorrida em 1822, trouxe consigo muitas mudanças estruturais na política brasileira, dentre elas a instauração da monarquia constitucional. Acompanhando esse processo, a educação brasileira demanda alterações fortemente influenciadas pelos ideais liberais, inserindo-se no amplo contexto da História da Educação Pública como educação nacional cujo princípio fundamental é a educação com um direito do homem e do cidadão (PERES, 2005, p.01). Segundo PERES, “a educação no Império, por suas peculiaridades, integra o segundo período da História da Educação Brasileira, que se inicia em 1759 e que finda com a República em 1889” (2005, p.02). Durante esse período a Igreja permaneceu ligada ao Estado, embora educação pública tenha passado a ser responsabilidade do poder estatal.

A Carta Constitucional de 1824, outorgada por D. Pedro I, não satisfaz aos aspirantes das ideias liberais, pois falava timidamente sobre o eixo fundamental que garantia ao cidadão o direito à educação, a qual, em contrapartida, seria dever do Estado (PERES, 2005. p 04). Vejamos:

Ainda que não claramente expressa na letra da Constituição, a ideia da educação como um direito do cidadão e como um dever do Estado saiu vitoriosa. Referente aos direitos e garantias civis, o Art. 179 postulava que a instrução primária fosse gratuita para todos os cidadãos (item 32) e que em colégios e universidades se ensinassem os elementos das ciências, belas-letas e artes (item 33). Nesse último dispositivo, a ideia de sistema nacional de educação aparece de modo bem vago. A liberdade de ensino ou permissão para abrir escolas ficou implícita no item 24, relativo à liberdade profissional: “Nenhum gênero de trabalho, de cultura, indústria ou comércio pode ser proibido, uma vez que não se oponha aos costumes públicos, à segurança e saúde dos cidadãos” (PERES, 2005, p. 04-05).

Em outubro de 1827 foi promulgada uma lei que previu o acesso à instrução de 1º grau de forma ampla, dispondo a criação de ‘escolas de primeiras letras’ em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos (PERES, 2005, p. 06). A lei implementava o método de ensino mútuo ou lancasteriano e representava, em tese, um avanço promissor para a educação básica nacional. Infelizmente, o método mútuo teve curta duração no Brasil, chegando ao fim em 1838 na capital do Império.

Durante o período de Regência (1831-1840), o Poder Público descentralizou a competência para gerenciar a instrução pública, dividindo a responsabilidade com as províncias, mas muitas não possuíam recursos para subsidiar o sistema de ensino de modo que essa descentralização também trouxe como resultado a falta de uniformidade na implementação do ensino.

Na tentativa de uniformizar a educação secundária, foram criados os liceus nas capitais de algumas províncias, a exemplo de Bahia e Rio Grande do Norte. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II, que deveria servir como paradigma a ser seguido pelas províncias na tentativa de padronizar, em todo o Brasil, o modelo de ensino regular de seis a oito anos.

Ainda sobre o período do império, é de se destacar a participação fundamental de Rui Barbosa no estudo do sistema educacional brasileiro. Rui Barbosa “acreditava no poder da educação como meio para promover o progresso do homem e do país” (PERES, 2005, p.17). A partir das ideias de Rui Barbosa foram se operando mudanças estruturais sistemáticas na educação brasileira, pois seus pareceres embasaram o projeto geral de reforma da educação.

Foi também no período imperial que a criação de colégios particulares ganhou espaço significativo no quadro da educação, alcançando seu ápice entre os anos de 1860 e 1890, privilegiando, obviamente, as classes mais abastadas da sociedade (PERES, 2005, p.18).

Segundo PERES, com queda do Império foi deixado como legado para a República a atribuição de “(...)estruturar em bases democráticas a escola pública, de estabelecer a escola primária como escola comum, aberta a todos, e de transformar a escola secundária, de escola de elite e preparatória ao ensino superior, em escola formativa, articulada à primária” PERES, 2005, p.21).

Até o início do século XX, poucas mudanças ocorreram na estrutura Educacional brasileira. Não havia vontade política em promover o letramento de pessoas que realizariam trabalhos braçais, e a classe dominante tinha interesse em que apenas os seus integrantes adquirissem conhecimentos, com o objetivo de continuarem administrando e controlando o Brasil. Assim, considerando o baixo interesse público em oferecer à população ensino de qualidade, as classes mais abastadas se viram na posição de bancar os estudos de seus jovens através de escolas particulares.

A partir de 1920, fatos como o surgimento do partido comunista, a Semana de arte moderna, o aumento da indústria e declínio do modelo agroexportador, impulsionam a burguesia, o que faz com que várias mudanças sejam exigidas, inclusive no âmbito da Educação, como bem esclarece RIBEIRO,

A queda da oligarquia e a ascensão da burguesia industrial, as revoluções, o Tenentismo, o Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as linhas de pensamento filosófico dos escolanovistas e dos católicos, vão ser incorporados à educação e influenciarão toda a organização escolar neste período (RIBEIRO, 1993, p. 19).

Neste contexto, surge no Brasil o movimento da Escola Nova que tem origem em países europeus e tem como foco a individualidade do aluno. No Brasil, os escolanovistas defendem o “(...)

o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a reorganização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional (...)" (RIBEIRO, 1993, p.20).

Durante toda a década de 1920 se vê claramente o que RIBEIRO chama de "aliança" entre os modelos educacional e econômico político" (1993, p.20). Acontecem várias reformas na educação marcadas pelos ideais escolanovistas que se afastavam de qualquer questionamento quanto ao capitalismo de exploração.

Na década de 1930 outras mudanças na conjuntura política e econômica do país refletem no modelo educacional. O conflito entre a oligarquia cafeeira e a burguesia industrial faz ascender o pensamento conservador católico que se contrapõe às inovações atribuídas ao setor industrial (RIBEIRO, 1993). Essa nova perspectiva insere de maneira muito forte os ideais conservadores católicos no sistema educacional, influenciando diretamente em sua dinâmica, impondo o ensino religioso e preconizando a existência de salas de aulas separadas em razão do sexo do estudante.

Outras reformas acompanham o surgimento do Ministério da Educação, em 1930, no entanto são mudanças pouco abrangentes, como, por exemplo, a reforma do ensino secundário em que se passa a exigir a habilitação neste para ingresso no ensino superior (RIBEIRO, 1993).

Em 1937 houve a instauração do Estado Novo, regime de cunho ditatorial e com características fascistas, e a outorga de uma nova ordem constitucional. Durante esse período, as verbas de educação foram incrementadas e houve até a criação de importantes instituições públicas voltadas para a educação e cultura como, por exemplo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional do Cinema Educativo e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em 1945, dá-se o fim da era Vargas e inicia-se um novo período democrático, no qual o ensino primário passa a ser observado, após longo tempo sem qualquer atenção.

A década de 1950 é marcada por divergências entre o ensino público e particular. Os donos de escolas particulares junto à Igreja Católica afirmavam que o ensino público apenas propiciava ao estudante o acesso a conteúdo formais, ou seja, não promoviam a educação do jovem que só era alcançada através das escolas confessionais, tudo estratégia para alcançar subvenções públicas para as escolas particulares. Além da pretensão financeira ainda havia a questão de cunho ideológico, pois os donos de escolas particulares e a Igreja Católica "(...) consideravam os defensores da escola pública como comunistas e, portanto, inimigos de Deus, da família e da Pátria" (RIBEIRO, 1993, p.25). Os defensores das escolas públicas creditavam a essa instituição a democratização social do Brasil,

destacando que a escola pública tinha como objetivo principal o ajuste do indivíduo à sociedade (RIBEIRO, 1993), pois a educação fornece ao jovem ferramentas para a sua formação política permitindo a busca pelo seu espaço.

Os anos 1960 testemunham o crescimento de movimentos populares que visam levar conhecimento às camadas mais carentes da sociedade brasileira e, assim, viabilizar uma participação política mais efetiva dessa camada social. Data desse período também a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/60), no entanto a plenitude democrática dura pouco e em 1964 os militares, através de um golpe de estado, tomam o poder.

O Brasil atravessa um longo período de repressão ideológica, crescimento econômico e aumento abissal da desigualdade social. O desenvolvimento econômico provocado pela chegada de novas indústrias demandava mão de obra mais qualificada, entretanto o setor educacional estava estagnado e não acompanhou as mudanças do setor econômico, servindo apenas à minoria da população. Surgiram inúmeros movimentos sociais e estudantis que foram severamente reprimidos pelo regime ditatorial instalado (RIBEIRO, 1993).

Diante do exposto, percebe-se que a Educação nunca foi prioridade ao longo da História do Brasil. Os fatos sucintamente narrados demonstram o que qualquer bom observador percebe: o crescimento econômico não reflete o desenvolvimento social se não vem amparado por uma Educação forte, sólida e de base. De nada adianta a chegada de indústrias multinacionais se não há seres humanos capacitados para fazê-las funcionar, (RIBEIRO, 1993). É uma conta que não fecha, pois como bem leciona SEVERINO,

As políticas educacionais e culturais efetivamente implementadas não foram necessariamente coerentes, em seu caráter radical, com os valores declarados. Com isso, não se nega o efetivo desenvolvimento ocorrido no país, mas ele não aconteceu por força da realização dos novos valores; ao contrário, ocorreu muito mais pela violência das determinações do capitalismo em sua incansável busca da acumulação, com sensibilidade de mínima às necessidades objetivas da maioria da população (p. 299).

Após o processo de redemocratização, há, em 1988, a promulgação da chamada Constituição Cidadã, na qual está prevista a essencialidade e a universalidade da educação⁴. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) não só amplia o direito à educação aumenta como também aumenta o

⁴Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal/1988) Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em 10/03/2023.

dever do Estado o garantir. A referida Carta prevê como objetivo da educação o “pleno desenvolvimento da pessoa humana” (1988, art. 205), sendo certo que para alcançá-lo impõe ao Estado o dever de promover o direito ao cidadão.

Assim, o direito à educação se liga, intrinsecamente, à função pública do Estado na medida em que só ele pode estender universalmente a escola para todos e assim atender o conjunto dos cidadãos com imparcialidade de modo a fazer cumprir os grandes objetivos da democracia e da justiça. Daí as obrigações do Estado quanto ao financiamento e qualificação deste direito. Só ele pode propiciar condições que, na oferta do ensino, vão equalizando novas oportunidades para grupos menos aquinhoados de capital cultural, com insumos diferenciados (CURY, 2013, p.212).

Outro aspecto importante da Nova Ordem Constitucional se refere à imposição de um sistema de colaboração entre os entes da Federação. Assim, a educação deve ser promovida de forma colaborativa entre a União, Estados e Municípios⁵, sendo certo que compete à União a normatividade geral que deve ser observada pelos demais entes. Além do mais, a Constituição de 1988, ao tempo que obriga o Estado a promover a educação de forma universal e gratuita, também faculta o ensino privado que deve se submeter às normas gerais de educação e está sujeito a controle e fiscalização do Estado⁶

Atualmente, na prática, a educação no Brasil é marcadamente desigual, refletindo diretamente a situação social da população. Existem inúmeras políticas educativas que estabelecem aumento na margem de autonomia e de participação das escolas e dos professores, no entanto o Estado pisa fortemente no freio no momento de investir em infraestrutura ou no necessário incremento qualitativo e financeiro na carreira do professor (DE OLIVEIRA, 2017). Esse cenário deságua na repetição de um quadro já relatado anteriormente, qual seja: a existência de uma educação pública, saturada e com escassez de investimentos (que serve principalmente às classes pobres), ao lado de uma educação privada, geralmente de melhor qualidade (que serve às classes média e alta). Reforçando este entendimento Gadotti afirma que

Diante da crescente **mercantilização da educação** os Estados estão deixando cada vez mais de assumir o seu dever de garantir esse direito, transformando o direito à educação em serviço prestado tanto pelo Estado quanto pelo Mercado. Como serviço, a ele só podem ter

⁵Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino (Constituição Federal/1988) Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em 10/03/2023..

⁶Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (Constituição Federal/1988) Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf. Acesso em 10/03/2023).

acesso aqueles e aquelas que podem pagá-lo. Surgem então muitas “indústrias do conhecimento” que oferecem os mais variados pacotes educacionais para todos os gostos em acirradas disputas mercantis movidas pelo “marketing educacional”, vendendo educação como se vende um sabonete (2005, p.02).

Esse contexto aprofunda o abismo social e dificulta a evolução do sistema educacional evidenciando o que Gadotti defende, o fato de que “(...) A contradição maior hoje não está entre o **estatal** e o **privado**, mas entre o **mercantil** e o **público**” (2005, p.2). Complementando esse raciocínio, o autor também argumenta que no momento de destinação de verbas muitos Estados enxergam a educação como despesa e não como investimento (2005, p.02), o que faz com que o setor privado consiga oferecer, a quem pode pagar, um ensino, em regra, de melhor qualidade, resultando em uma situação de perene desigualdade social.

Conforme lucidamente nos ensina Soraia Freitas Dutra, “Como aglutinadora dos ideais democráticos, a escola consolidou-se como instituição capaz de tornar acessível aos cidadãos o conhecimento produzido e acumulado pela humanidade” (2012, p. 55). Sendo assim, é de fácil percepção que a educação escolar é há muito tempo o principal formato educacional adotado no Brasil.

3.1.2 Educação formal, não formal e informal: Diferenças e convergências

Conforme as explicações anteriores, podemos ver que a educação escolar assume relevante papel no sistema educacional ocidental, especialmente no Brasil. De fato, a escola é considerada o principal meio de aquisição de conhecimentos e primeiro ambiente socializador do indivíduo, local frequentado cotidianamente por pessoas desde tenra idade até o início da fase adulta e onde se permite vivenciar novos saberes e formar de vínculos sociais.

Que os muros das escolas permitem aos indivíduos uma série de trocas as quais de maneira geral, não acontecem no núcleo familiar isso é um fato, mas será que o ambiente escolar é suficiente no sentido de acompanhar o ritmo frenético de mudanças enfrentadas pela sociedade?

Segundo Maria da Glória Gohn, as inúmeras transformações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais, desde o final do séc. XX, têm demandado mudanças estruturais em várias dinâmicas sociais e ocupam papel de importante destaque na agenda de discussões sobre os rumos da educação (2011). Afirma Gohn, “A globalização é um novo sistema de poder, que exclui e inclui (...)” (2011, p.18).

Diante dessas mudanças, a escola passa a ser um espaço para muito além da transmissão de conteúdo: torna-se o lugar em que os alunos encontrem mecanismos de interpretação do mundo

e, assim, podem se sentir sujeitos sociais ativos, protagonistas de suas histórias. Atualmente, portanto, deve-se entender a escola como um local de exercício da democracia (GOHN, 2011).

Nessa conjuntura, enfrentando esses desafios, a Educação tem buscado se adaptar às mudanças, estabelecendo novas abordagens, metodologias e conteúdos cognitivos e sociais (GOHN, 2011). Entretanto, é de se reconhecer que o acervo de conhecimentos viabilizado pelas escolas não tem sido mais suficiente para acompanhar os novos paradigmas. É necessário somar o ensino ministrado pelas escolas a outros tipos de conteúdo os quais viabilizem a construção de significados que ampliem o repertório cultural do aluno, para que estes estejam mais preparados para acompanhar as transformações sociais (GOHN, 2011).

Diante da complexidade que envolve o sistema educacional, a fim de melhor entender esse universo, é de suma importância trabalhar os conceitos de educação formal, educação não formal e educação informal. Apropriando-se desses conceitos, fica mais fácil entender que a educação se dá em vários contextos, ou seja, não se restringe a um ambiente escolar institucionalizado. Há inúmeros processos de aprendizagem que se dão fora do ambiente escolar e que assumem, na atualidade, importante papel pedagógico na formação do indivíduo.

É comum se estabelecer a diferença entre formal e não formal num processo de exclusão, entendendo-se a educação não formal como toda espécie que não se encaixa no conceito de educação formal. Além disso, é comum a confusão entre os conceitos de educação não formal e educação informal.

Sendo assim, apresentaremos a perspectiva adotada nessa pesquisa, notadamente embasada nas ideias de Maria da Glória Gohn, que melhor se coadunam com o caminho trilhado no desenvolvimento desse estudo. Segundo GONH, “A educação formal é aquela produzida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados [...]” (GONH *in* VERCELLI, 2013, p. 12), enquanto a educação “[...] informal é aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – família, bairro, clube, amigos, etc -, carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados [...]” (GONH *in* VERCELLI, 2013, p. 12) e, por fim, “a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas” (GONH *in* VERCELLI, 2013, p. 12).

Importante destacar que a educação não formal não deve ser vista como uma proposta contra ou como uma alternativa a esta. A educação formal tem elementos próprios, como a boa alfabetização, o ensino básico de matemática, acesso a conhecimentos históricos, dentre outros.

Entretanto, não tem se mostrado suficiente diante das frenéticas transformações que a civilização humana vem enfrentando.

A educação não formal, por sua vez, deve ser vista como um outro caminho hábil para potencializar a educação formal e não para substituí-la. Da mesma forma é relevante ressaltar que a educação não formal não visa competir com a modalidade formal, não podemos incorrer no erro de buscar qual das duas apresenta melhores resultados, pois, apesar de cada uma possuir características bem distintas, ambas possuem o objetivo comum, que é a formação mais completa do indivíduo (GOHN, 2011).

A educação formal é aquela institucionalizada cujas peculiaridades estão previstas em uma legislação nacional. Ao contrário, a educação não formal não tem curriculum preestabelecido, ou seja, a abrangência de seu conteúdo não se encontra posta nem determinado (GOHN *in* VERCELLI, 2013), sendo, portanto, menos burocratizada.

A educação não formal é mais difusa, abarcando dimensões, que representam os processos de “autoaprendizagem e aprendizagem coletiva” (GOHN *in* VERCELLI, 2013), essas dimensões podem ser alcançadas através de vivências coletivas, com a utilização de eixos temáticos, como, por exemplo, questões de gênero, étnico-raciais, etc. (GOHN *in* VERCELLI, 2013).

Uma característica importante da educação não formal é que, neste caminho, há sempre uma intencionalidade, ou seja, os objetivos da educação não formal se aproximam dos da educação formal, como a formação de um cidadão pleno, “mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e os espaços onde se desenvolvem suas práticas” (GOHN, 2006).

O processo da educação não formal se opera no âmbito da formação do estudante como cidadão, através da troca de experiências e de reflexões, de modo que melhor compreendam o mundo a sua volta e se tornem cidadãos mais participativos e mais conscientes do seu lugar social.

É muito importante esclarecer que a educação não formal não corresponde a um lugar físico, uma construção, mas a sua realização demanda uma dialeticidade que vai além de qualquer estrutura simbólica, pois

A gestão de uma política social em um espaço público, ao trabalhar com democracia deliberativa compartilhada, em que se juntam representantes dos poderes públicos com representantes da sociedade civil organizada, faz-se o exercício da educação não formal o tempo todo (GOHN *in* VERCELLI, 2013, p. 15)⁷.

⁷“Os movimentos foram pioneiros na utilização dos processos de educação não formal, anteriores aos programas e projetos sociais das ONGs, que são dos anos de 1980 pra cá. Já nos anos de 1970, quando tínhamos movimentos ligados às pastorais religiosas, ou às comunidades eclesiais de base, a educação não formal estava presente, por exemplo, na

Contudo, cumpre também destacar que uma das fragilidades normalmente apontadas na educação não formal diz respeito à metodologia. Na educação formal, as metodologias são previamente estabelecidas, com base em legislação própria. Na informal, o método basilar é a vivência, a experiência reproduzida. Já na educação não formal, as metodologias são sistematizadas a partir de um conteúdo que surge no processo de aprendizagem. Os conteúdos não são preestabelecidos. O caminho metodológico é dinâmico, ele é construído e reconstruído a todo momento com o objetivo de contribuir para a formação do indivíduo em sua integralidade, o que evidencia e reflete o caráter humanista do processo educacional não formal. Segundo GOHN, “ambiente não formal e mensagens veiculadas ‘falam ou fazem chamamentos’ às pessoas e coletivos, e as motivam” (GOHN *in* VERCELLI, 2013, p. 18).

Destaque-se que um dos componentes que têm importância ímpar no processo da educação não formal são os agentes mediadores. São eles que possuem o conhecimento diferenciado, obtido por inúmeras vias, como ocorre, por exemplo, com os educadores de museus, os quais, conhecedores do acervo, são os profissionais hábeis a realizar a demarcação de referenciais do ato de aprendizagem. Eles respiram o ar do museu no seu cotidiano, acumulando conhecimento sobre a temática e a problemática a ela vinculada e, em face dessas circunstâncias, dispõem de ferramentas importantes para o enriquecimento do repertório intelectual e cultural dos educandos.

Ademais, diante das dinâmicas transformações da sociedade, ficam evidentes mudanças sociais se operando de forma muito mais rápida, e modo que a educação formal não consegue acompanhá-las. É nesse contexto que a educação não formal vai se articular com a educação formal para a construção do saber, atribuindo sentidos e significados ao que é ensinado. “Daí que, nesta

aprendizagem para se fazer leituras do mundo. Reunia-se a comunidade em círculo no salão paroquial para discutir como eles recebiam os salários e como se distribuíam esses salários. O objetivo era que os participantes tivessem uma compreensão do momento histórico que viviam, do regime político vigente e do modelo econômico que apoiavam. Analisava-se se a população estava sendo explorada ou não. Isso levou à formação do famoso Movimento do Custo de Vida, que teve papel muito importante na luta contra o Regime Militar, porque chegou à colher milhares de assinaturas e entregou uma carta ao então presidente da República, aglutinando vários outros movimentos sociais. Ou seja, nessa trajetória havia uma intencionalidade com objetivos, práticas. Naquela época, se utilizava muito de cartilhas com desenhos e ilustrações para as ações educativas, nos processos de aprendizagem e produção dos saberes, porque grande parte da população era analfabeta. A educação não formal operacionalizava-se em discussões e representações teatrais. A parte da cultura entrava via áreas das artes, tais como a dança, a música de protesto. Tudo isso atuava como forma educativa, no campo da educação não formal” (GOHN *in* VERCELLI, p. 15-16)

perspectiva crítica, se faça tão importante desenvolver, nos educandos como no educador, um pensar certo sobre a realidade. E isto não se faz através de blá-blá-blá mas do respeito à unidade entre prática e teoria” (FREIRE, 1981, p.13).

Outro aspecto importante que merece destaque é que, quando se articula o ensino formal com a educação não formal, adentra-se em um universo de aprendizado muito mais completo, que vai além das atividades realizadas no contexto escolar e alça patamares que melhor auxiliam a construção de identidade, a compreensão dos problemas sociais enfrentados e a formação de um pensamento crítico. São essas ferramentas que complementam a trajetória educacional e contribuem, sobremaneira, para a formação de um indivíduo melhor individual e socialmente.

Como importante fonte de dados desta pesquisa, realizamos entrevistas com 05 professores de ensino médio da EREMSS (disponíveis nos anexos 01 e 02), nas quais, foram feitos questionamentos acerca da utilização de equipamentos não formais de ensino. Foram utilizados dois roteiros, uma vez que, após a realização das duas primeiras entrevistas, ficou claro que o primeiro modelo possuía perguntas muito parecidas, que resultavam em respostas repetitivas, tornando a entrevista cansativa, bem como exigia maior disponibilidade de tempo, recurso escasso na rotina escolar.

Para melhor compreender o contexto das entrevistas, é importante conhecer um pouco a trajetória da EREMSS.

3.1.3 A Escola Referência em Ensino Médio Sizenando Silveira: breves apontamentos

A história desta escola está intimamente vinculada à do Instituto de Educação de Pernambuco (IEP), importante complexo educacional do Estado de Pernambuco. Segundo Figueirôa, “(...) a contextualização em torno do IEP é imensa, pois se trata de uma instituição de prestígio social, se a sua estrutura física é notória pela grandiosidade e pela localização, o seu símbolo também é marcante, onde também faz aludir à memória da população” (FIGUEIRÔA *apud* COSTA, 2016, p. 77).

O IEP foi fundado nos termos do Decreto Estadual nº 2.631, de 26 de outubro de 1972, que se baseou na Lei Federal nº 5.692/1971, de Diretrizes e Bases para a Educação. Em sua

composição inicial, o IEP abrangia cinco escolas: o Jardim da Infância Ana Rosa Falcão de Carvalho, a Escola Sylvio Rabelo, a Escola João Barbalho, a Escola Sizenando Silveira e a Escola Cônego Rochael de Medeiros (VAINSENCHE, 2008), todas sediadas no mesmo perímetro geográfico situado entre a Av. Mario Melo e o Parque 13 de Maio, no bairro de Santo Amaro da Capital Pernambucana.

Destaque-se que, por volta de 1963, a EREMSS era chamada de Colégio Estadual de Recife e apenas assumiu a denominação atual com a criação do IEP (COSTA, 2016), passando a ministrar aulas de cultura geral do 2º grau, buscando, assim, “(...) dar continuidade ao ensino fundamental através de uma formação humanística destinada a alunos dentro de uma faixa etária de 15 a 18 anos” (COSTA, 2016, p. 78).

O nome, Sizenando Silveira, homenageia um antigo diretor e professor do IEP, o Professor Sizenando Elysio Silveira, em cuja data de nascimento, 18 de agosto, se celebra o dia do patrono do Colégio Estadual do Recife (COSTA, 2016).

Atualmente, a EREMSS não faz mais parte do complexo do IEP em que pese a permanência da localização de sua sede. É uma escola estadual exclusivamente de ensino médio situada no centro da cidade de Recife, Estado de Pernambuco, que possui funcionamento em regime integral de 40h (quarenta horas) semanais. Conta com 700 alunos matriculados, divididos entre primeiro, segundo e terceiro anos, e uma equipe com 32 professores⁸.

3.1.4 Professores e o ensino não formal

Uma das questões levantadas nas entrevistas foi justamente a visão dos professores acerca do rendimento do ensino formal e o possível uso de equipamentos não formais de ensino. As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro 2022 e março de 2023, período muito inconstante no meio escolar, temperado por eventos excepcionais, que estenderam o período de coleta de dados por tempo superior ao esperado³. Todas as entrevistas foram realizadas dentro do ambiente escolar, durante o expediente regular e mediante abordagem espontânea da pesquisadora aos pretensos entrevistados, que, em alguns casos, não aceitaram

⁸Dados fornecidos pela gestora da escola, Professora Marcia Almeida no dia 05/05/2023.

participar da entrevista, por diferentes razões. Sendo assim, dentre os professores entrevistados, três (P01, P02 e P03) ministram aulas de história nos três segmentos, um (P04) de filosofia e um (P05) de biologia.

P01 e P03, de forma muito segura, afirmaram que a atualidade não mais comporta apenas o ensino formal, sendo necessários suportes que se estendem para além dos muros escolares. Vejamos o que disseram os referidos docentes, respectivamente:

Hoje, na contemporaneidade, é muito importante haver não só o ensino formal na escola, mas também essa busca [de] informações de imagens, da parte bibliográfica, fora desse âmbito escolar, hoje não tem mais como você prender o aluno só dentro da sala de aula, ele precisa fazer visitas a museus, a teatros, aparelhos culturais (...) as eletivas da escola, elas têm no máximo 45 alunos. Na do "ROLÊ PELO RECIFE" tem 76 alunos inscritos. Tem professor que chega aqui: "-Ernani, você vai levar os alunos todos?" Mas é porque é a disciplina que chama a atenção deles. Eles querem sair desse âmbito. Eles têm essa urgência de sair desse lugar e aprender em outros lugares.

Para o tipo de público que a gente tem hoje, não. Porque o público que a gente tem hoje, ele é um pouco, muito diferente da minha época, para minha época. Para a minha época sim seria suficiente. A gente tinha o hábito de realmente estudar, a prática. Esses meninos hoje eles não têm, então, eu acho que só formal para eles não é suficiente, até pela diversidade que a gente tem hoje, então eu acho que só o formal para hoje não. Ele vai dar a base, isso sim, mas que seja suficiente para esse público que a gente tem hoje, não.

Os posicionamentos trazidos acima acompanham o discurso de muitos estudos dedicados ao tema do ensino formal e não formal. Gohn defende categoricamente que o mundo contemporâneo demanda novos formatos de educação. Segundo Gohn,

Cada vez mais os organismos internacionais do campo educativo preconizam que os indivíduos devem estar continuamente aprendendo, que a escola formal apenas não basta, que se deve aprender a aprender. Os conteúdos rígidos dos currículos são questionados, novos saberes são descoberto-identificados/identificados fora das instituições escolares, fundamentais para o crescimento/desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres humanos, assim como para o desempenho destes indivíduos no processo de trabalho em face às novas exigências do mundo globalizado (2014, p. 04).

Em sintonia, Gadotti reitera a necessidade de ampliação dos saberes diante das mudanças da contemporaneidade: "Hoje vale tudo para aprender. Isso vai além da 'reciclagem' e da atualização de conhecimentos e muito mais além da 'assimilação' de conhecimentos. A sociedade do conhecimento é uma sociedade de **múltiplas oportunidades de aprendizagem**" (2005, p. 03).

O P02 afirma que a sua base de ensino é a educação formal, mas também reconhece a importância da educação não formal ressaltando a necessidade de novos formatos de ensino, inclusive, em sala de aula. Ele disse o seguinte:

Eu acho que hoje em dia é até difícil você falar nesse formato apenas, porque mesmo na sala de aula a gente utiliza todos os recursos hoje em dia (...) mesmo a aula em sala hoje ela já tem um perfil um pouco diferenciado, eu não acho que é suficiente, se você notar o perfil do nosso aluno, ele é necessário, extremamente necessário, no sentido de que você percebe que a maior dificuldade do nosso aluno é ele interpretar, não só textualmente, imageticamente, mas ele transferir isso para a realidade (...) Então, pra mim a base ela é sala de aula. Ela sempre tem que ser, porque a escola não discute história só pela importância do que aconteceu. A gente discute pela formação do aluno hoje. Então, pra ele se entender enquanto pessoa, enquanto cidadão, ele tem que entender como é que esses processos eles aconteceram ao longo do tempo. Então uma coisa que a gente faz muito em sala de aula é a gente fazer um link com as outras humanidades e outras matérias também.

O P05 acompanha o entendimento do P02 acerca da insuficiência do ensino formal para o público discente atual com a ressalva de que o ensino formal tende a ser direcionado para a formação da base do aluno, no entanto não atende as necessidades atuais dos jovens. Quando se perguntou acerca da suficiência ou não do ensino formal, o P05 respondeu:

Para o tipo de público que a gente tem hoje, não. Porque o público que a gente tem hoje ele é um pouco, muito diferente da minha época para minha época, para a minha época sim seria suficiente. A gente tinha o hábito de realmente estudar, a prática. Esses meninos hoje eles não têm, então, eu acho que só formal para ele não é suficiente, até pela diversidade que a gente tem hoje, então eu acho que só o formal para hoje não. Ele vai dar a base, isso sim, mas que seja suficiente para esse público que a gente tem hoje, não.

Sendo assim, o que podemos constatar é que o ensino formal – embora necessário e, no Brasil, obrigatório –, não se traduz mais um recurso autossuficiente. A juventude contemporânea, diante da infinidade de informações a que é exposta diariamente, precisa de experiências que extrapolam os muros da escola. A consolidação do conteúdo depende da ampliação dos sentidos, ou seja, da articulação da teoria com a prática.

A educação não formal oferece a descompressão do ambiente educacional, na medida em que vários equipamentos podem ser utilizados com o intuito de otimizar a participação do aluno no processo de aprendizagem (GADOTTI, 2005). Nesse novo esquema, o aluno é sujeito de sua própria formação e esse envolvimento tende a tornar o caminho de aquisição de novos saberes mais prazeroso e, em consequência, mais efetivo.

3.1.5 Educação patrimonial e construção de identidade

Todo cidadão tem direito à memória, a entender o seu passado, conhecendo-o e atualizando-o. Todavia, a relação entre memória e cidadania impõe uma dialeticidade, pois para todo direito se contrapõe um dever. Nesse contexto, qual o dever do cidadão diante da memória coletiva? A resposta é: preservar. Assim, paralelamente ao direito de conhecer o passado histórico, todo cidadão tem o dever cívico de preservar o patrimônio cultural que assegura e representa aquele conhecimento.

Assim, a Educação Patrimonial tem sido amplamente discutida no âmbito político, teórico e metodológico, mas não há como se falar nesse tema sem explicar a trajetória histórica das políticas públicas assumidas no Brasil em defesa do patrimônio cultural.

Em 1937, foi estabelecido o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que tinha como finalidade desenvolver, em todo o território nacional, medidas com o objetivo de preservar o patrimônio cultural e promover o seu conhecimento, o que evidencia o viés educativo do dispositivo⁴. Inclusive, no anteprojeto que deu origem ao SPHAN, Mario de Andrades já defendia a importância pedagógica dos museus (FLORÊNCIO *et al*, 2014). O primeiro diretor do SPHAN e também primeiro presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, também foi um ferrenho defensor da importância da educação como o melhor caminho para a preservação do patrimônio cultural. Em suas palavras:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 39).

Apesar da amplitude do debate, a expressão Educação Patrimonial somente passou a ser utilizada após a década de 1980⁹, e teve como parâmetro o conceito trazido pelo (IPHAN) no Guia

⁹ O termo Educação Patrimonial passou a ser enunciado recorrentemente no país, a partir do 1º Seminário Sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado em 1983 pelo Museu Imperial de Petrópolis-RJ (SOUZA E THOMPSON, p. 13).

básico da educação patrimonial - GBEP (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999)¹⁰, sendo essa definição utilizada como referência para inúmeros trabalhos (OLIVEIRA, 2019).

Porém, segundo Átila Tolentino (2016), surgiram muitas críticas no universo acadêmico, apontando inconsistências no conceito trazido naquele guia, no sentido de que, sendo a educação uma prática sociocultural, não se deve pensar em patrimônio e educação de forma separada, sendo, portanto, redundante a expressão Educação Patrimonial (TOLENTINO, 2019). Outro ponto delicado no conceito de educação patrimonial apontado por vários autores (TOLENTINO, 2019; CHAGAS, 2013; OLIVEIRA, 2019) diz respeito ao fato de o GBEP falar em “alfabetização cultural”, expressão absolutamente equivocada, já que falar em alfabetização atribui ao cidadão um papel passivo na dinâmica de construção de sua própria cultura. Segundo Tolentino (2019, p.40):

Na verdade, a concepção de educação patrimonial adotada no referido Guia apresenta-se como instrutivista, isto é, a educação é considerada apenas como “transmissão de conhecimento”. Parte de um patrimônio cultural dado, fetichizado, e não concebe o patrimônio como uma construção e apropriação social, com seus consensos e conflitos. Nesse sentido, utiliza-se de conceitos controversos, como o de alfabetização cultural, que vai de encontro ao conceito antropológico de cultura.

Sendo assim, a expressão “alfabetização cultural” já não se harmoniza com a concepção mais atual de Educação Patrimonial, já que se considera o protagonismo de cada indivíduo na construção do seu repertório cultural.

Importante também esclarecer que a Constituição Federal de 1988 na tentativa de acelerar o ritmo evolutivo, no embalo dos movimentos democráticos, estabelece dispositivos que visam a assegurar o direito à cultura e à proteção do patrimônio cultural brasileiro¹¹. A partir da CF/88, o

¹⁰ Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (GBEP, p. 4).

¹¹ Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder

Brasil experimentou um aumento de movimentos que tinham como pauta principal o interesse pela valorização de sua memória, trazendo para o centro da discussão o tema da memória e seus corolários.

Atualmente, após anos de debates, o IPHAN, através da Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC⁸, ampliou a sua forma de atuação, alcançando uma noção transcendente de Patrimônio Cultural (GIL *apud* FLORÊNCIO, 2014, p. 04), em que se entende que a concepção de patrimônio vai muito além dos sítios e prédios históricos. Segundo Gilberto Gil, então Ministro da Cultura, “Patrimônio também é o suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial”.

Patrimônio Cultural, portanto, deve ser entendido em seu mais amplo e democrático aspecto, alcançando as noções traçadas na CF/88 e no Decreto nº 3.5519. Assim, Patrimônio Cultural, não mais Patrimônio Histórico e Artístico¹⁰, deve ser entendido como

(...) toda produção humana de ordem emocional, intelectual e material, independentemente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia (GODOY *apud* FERNANDES, 2021, p. 132).

Nesse contexto, quando se pensa em Patrimônio Cultural, não se devem considerar apenas os bens que tradicionalmente são tidos como “dignos” de preservação, como ocorre com monumentos famosos (como as pirâmides egípcias) ou aqueles definidos como importantes pelos vencedores de uma época (como o Arco do Triunfo, de Paris). Quando se reflete acerca da abrangência do conceito de Patrimônio Cultural, deve-se considerar o produto, material ou intelectual, advindo da criação humana e que guarde em si alguma significação dentro de um contexto maior, mesmo que não converse diretamente com os vencedores de uma época. Segundo Fenelon, os bens culturais “(...) não devem ser entendidos ou tratados como despojos que testemunhem o longo triunfo

público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 19/04/2022.

de alguns. São patrimônios coletivos de sujeitos sociais diversos, capazes de conhecer suas diferenças e seus direitos e enfrentar a força criadora da multiplicidade (...)" (1993, p. 33-34).

Em uma sociedade cuja versão do dominante se sobressai à do dominado, é comum se ouvir uma única história acerca de indivíduos ou grupos sociais de forma tão repetitiva, que termina por alcançar uma autenticidade generalizante. Segundo a escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2009, p. 87), "é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna". A humanidade é complexa demais para que uma determinada sociedade possua uma única história. "A história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história" (ADICHIE, 2009, p. 113). Dentro de um grupo, há diversas histórias a serem contadas e lembradas para que cada integrante busque se encontrar, se reconhecer e, assim, construir a sua própria identidade.

A memória, tal como dito no início deste trabalho, constitui um ingrediente importantíssimo na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva. A pluralidade da memória propicia a ampliação de referências, imprescindível no processo de formação da cidadania cultural (ORÍÁ, 2021). Nesse processo de construção da cidadania cultural, encontra-se o direito de preservação da memória histórica, que, segundo Oriá, "indica que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, a sua tradição, enfim, a sua história" (2021, p. 138).

Essa compreensão acerca da cidadania cultural gera no indivíduo uma relação de afetividade, de vínculo, com a história da qual também é protagonista. É nesse contexto que se assume a premissa de que para todo direito há também um dever, ou seja, o indivíduo tem o direito à memória e, simultaneamente, tal como faces da mesma moeda, tem o dever de preservá-la.

Eis a necessidade de uma Educação Patrimonial efetiva! Uma Educação Patrimonial que norteie o indivíduo nesse processo de construção de sua identidade, dando-lhe ferramentas para que ele reconheça a importância das práticas sociais, dos rituais e das mais diversas formas de criação e então não apenas entenda, mas compreenda a necessidade de preservar. Vale,

assim, trazer as seguintes palavras de Florêncio, as quais refletem a atual linha de pensamento do IPHAN sobre esse assunto:

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações (p.20)

Em arremate, tendo o patrimônio cultural um caráter dinâmico e socialmente determinado é de importância ímpar que a Educação Patrimonial acompanhe esse contexto, reconhecendo a relevância do diálogo com os atores sociais para a reflexão, apropriação e preservação daquele patrimônio (TOLENTINO, 2019).

4. A MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO E O PODER DA MEMÓRIA: O diálogo museu-escola

O estudo acerca da memória do Poder Judiciário e da potência identitária da memória, explorando a dialogicidade existente na relação museu-escola, tem como objetivo compreender o processo de construção de ensino do Judiciário, valendo-se primeiramente de uma apresentação sobre a construção da memória dessa instituição. Iniciaremos também a análise das experiências vivenciadas por alguns professores da Escola de Referência em Ensino Médio Size-nando Silveira (EREMSS) com relação ao ensino do Poder Judiciário.

Consoante com o já exposto nesse trabalho, a memória constitui um elemento de incontestável importância na formação da identidade cultural individual e coletiva. Memória e identidade andam de mãos dadas. A valorização e consequente preservação da memória implica em uma resignificação do passado com a finalidade de se estabelecer uma narrativa identitária, pois “preservar a memória de uma sociedade não significa atrelá-la ao passado e impedir o seu desenvolvimento, mas sim conservar seus pilares constituintes, para não incorrer em perda de conhecimentos e identidades” (DIAS, 2013, p. 5).

4.1 Memória institucional e a história da Justiça brasileira

Assim como as pessoas têm a necessidade de registrar acontecimentos de suas vidas e famílias e de guardar objetos afetivos que representem um momento de suas trajetórias, as instituições, públicas ou privadas, tendem a ter essa necessidade também (MARQUES, 2007). Cada vez mais, as instituições buscam se instrumentalizar no sentido de preservar a sua memória histórica. Esse movimento adquire singular importância quando a memória a ser preservada diz respeito à trajetória de uma instituição pública, cuja atuação abrange os mais diversos setores de uma sociedade.

Com o Poder Judiciário não podia ser diferente. Embora o Poder Judiciário, no Brasil, tenha sido estabelecido há mais de 400 anos, pouca importância foi dada à preservação da Memória da Instituição. A origem do Poder Judiciário está intimamente ligada à história do Brasil e deita suas raízes na dominação do território brasileiro pelos portugueses e no estabelecimento destes em tal território. A primeira autoridade a exercer atividade judicante em terras brasileiras foi o capitão-mor Martin Afonso de Souza, que teve suas atribuições definidas em três cartas régias subscritas pelo Rei João III, em 1530 (MATHIAS, 2009).

Em sequência, durante o regime das Capitanias Hereditárias, estabelecido no Brasil na primeira metade do século XVI, a função judiciária era exercida pelos donatários, que recebiam da Coroa Portuguesa, através da carta de doação e do foral da capitania, jurisdição cível e criminal no âmbito do território a eles atribuído (MATHIAS, 2009). Entretanto, o regime das Capitanias Hereditárias não teve o sucesso que se esperava, pois apenas duas capitanias prosperaram, São Vicente e Pernambuco (CHAVES, 2017).

Em 1549, com o desenvolvimento social e o aumento da complexidade das relações sociais, surgiu a necessidade de criação de um novo sistema. Para tanto, foi instaurado na Colônia o sistema de governo-geral, em que foi nomeado um governador-geral, representante direto da Coroa, que tinha autoridade sobre todo o território colonial (CHAVES, 2017). Nesse período, foi nomeado também um ouvidor-geral, o qual assumia a responsabilidade dirimir os conflitos porventura a ele submetidos e possuía autoridade sob toda a Colônia, mas devia submissão ao governador-geral. Importante esclarecer que cada capitania possuía um ouvidor local e cada vila um juiz ordinário (MATHIAS, 2009; CHAVES, 2017), revelando que a estrutura colonial se tornava cada vez mais intrincada.

Esse formato de organização das atividades judiciais se mostrou muito impreciso, haja vista que a continentalidade do território brasileiro diminuía, sobremaneira, a viabilidade de controle nas capitanias. Em face dessa problemática, em 1557, foi nomeado como novo governador-geral, o magistrado Mem de Sá, o que foi, sem dúvida, um avanço, pois se tratava de um jurista de formação acadêmica e que ocupava, em Lisboa, o cargo de desembargador na Casa de Suplicação e no Desembargo do Paço (CHAVES, 2017). Segundo Chaves, (2017, p. 288):

O governo de Mem de Sá é considerado como um avanço na administração da justiça, que recebeu grande impulso e desenvolvimento, seja por sua formação intelectual, seja por sua capacidade administrativa e como articulador político. Sua aliança com a ordem dos jesuítas foi considerada importante na proteção da população indígena às incursões dos colonos e na preservação da lei e da ordem.

Após o falecimento do governador-geral Mem de Sá (1572), o Brasil foi dividido em dois governos, um com sede em Salvador, o do Norte, e outro com sede no Rio de Janeiro, o do Sul (MATHIAS, 2009). Logo após esse acontecimento a Espanha assumiu o trono português, dando início a um período de domínio espanhol que se estendeu de 1580 a 1640, tendo como reis os Felipes I, II e III. Nesse período, foram editadas as Ordenações Filipinas (1603) que traziam normas de organização judiciária, mas mantinham grande parte da estrutura montada pelas Ordenações Manuelinas, então vigentes, nas palavras de Mathias (2009, p. 49-50):

Em síntese, era a seguinte organização em referência: a Casa de Suplicação (o tribunal superior do reino), a Relação, o Desembargo do Paço e os Juizes de Fora. Nesse Livro I, foi dado ainda regimento aos chanceleres, escrivães, corregedores, procuradores, distribuidores, porteiros e pregoeiros, meirinhos, inquiridores, ouvidores do crime, carcereiros, quadrilheiros, vereadores, alcaides e a mais alguns outros oficiais da justiça, diga-se assim.

Em 1587 foi criada a Relação e Casa do Brasil, sediada na Baía de Todos os Santos, sendo conhecida como Relação da Bahia. Essa Relação era um tribunal de justiça de segunda instância, onde se julgava agravos e apelações relativos a processos “[...] julgados por governadores-gerais, ouvidores-gerais e de capitania, provedor de defuntos e de resíduos, de juizes ordinários e de órfãos” (MATHIAS, 2009, p. 50). Ressalte-se, no entanto, que a Relação da Bahia foi extinta em 1626 e reinstaurada em 1652 e continuou sendo a única instância superior aqui no Brasil até 1751.

Em 1791, passou a existir nas vilas da Colônia um cargo privativo – e não mais cumulativo, com o de outros oficiais – de juiz de órfãos. Outra novidade ocorreu no fim do século XVII e se refere à instituição do chamado juiz de fora, o qual correspondia a “um juiz que vinha de fora, visto que os juizes ordinários, integrantes da Câmara da respectiva vila, eram eleitos, anualmente com os vereadores” (MATHIAS, 2009, p. 69). Imediatamente abaixo ao juiz de fora, havia o juiz de vintena ou pedâneo, que possuía uma competência de menor abrangência, pois não lhe era atribuída a alçada penal (CHAVES, 2016).

O século XIX foi, sem dúvida, um divisor de águas no cenário político, social e econômico do Brasil, haja vista que foi neste período que a família real portuguesa migrou para a Colônia, a qual mudou o seu status para “sede do Império português”. Assim, em 1808, foi criada a Casa de Suplicação do Brasil, tribunal de alçada superior, que, antes instituído apenas em Portugal, indubitavelmente teve grande representatividade para a organização judiciária brasileira. Ressalta Mathias que, “durante a regência e o reinado de D. João VI, pode-se dizer que ela não só foi nova e inovadora (ainda que se conservasse em boa parte a organização preexistente), como contribuiu, na realidade, para a futura independência político-administrativa do Brasil” (MATHIAS, 2009, p. 88). Nesse período, criou-se também o Supremo Tribunal Militar, a Mesa do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, a Relação do Maranhão, Juntas de Justiça, dentre outros órgãos judiciários. Além disso, destaque-se que, através de alvará, foi criada, em 06 de fevereiro de 1821, a Relação de Pernambuco, que tinha jurisdição na capitania de Pernambuco e nas províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Antes dessa criação, os recursos desses territórios eram julgados pela Relação da Bahia.

Logo após a proclamação da Independência do Brasil, foi editado, em outubro de 1822, o primeiro ato do governo que atingiu o Judiciário e que merece nota apenas por seu ineditismo em face da nova conjuntura política, pois, na prática, seu conteúdo apenas determinou que, nos documentos oficiais, se usasse o título de majestade imperial, nada mais (MATHIAS, 2009).

Inaugurada a trajetória constitucional no Brasil com a outorga da Constituição de 1824, muitas transformações aconteceram ao longo de quase duzentos anos na estrutura do Poder Judiciário. A Carta de 1824 previu a criação do, por ela denominado, Poder Judicial e a criação de cargos de juízes (aplicadores da lei) e jurados (conhecedores dos fatos)¹². A Constituição imperial também estabeleceu uma característica que se mantém até os dias atuais, a vitaliciedade do cargo de juiz¹³. Outro destaque da constituição inaugural do então Império do Brasil foi a criação do Supremo Tribunal de Justiça¹⁴.

Ainda durante a vigência da constituição de 1824, foram realizadas algumas alterações na organização judiciária que implicaram a extinção da Casa de Suplicação (1828) e das Mesas do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, com o conseqüente acréscimo de suas competências às Relações das províncias (MATHIAS, 2009). Contudo, com a proclamação da República, em 1889, foi instaurado no Brasil um governo provisório, que além de manter o Supremo Tribunal de Justiça e as Relações, inovou com a criação da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal (MATHIAS, 2009). Nesse contexto, ressalta-se que a primeira constituição da República foi promulgada em 1891 e, dentre outras previsões, manteve júri e o do Supremo Tribunal Militar.

Em sequência, em meio à instabilidade política mundial provocada pela primeira guerra, foi promulgada a Constituição de 1934. Essa Constituição trouxe várias disposições acerca do Poder Judiciário, destacando-se a elevação da Justiça Eleitoral a um status constitucional (MATHIAS, 2009)

¹²“Dispôs a Constituição do Império (art. 151) que “O Poder Judicial é independente, e será composto de Juizes, e Jurados, os quais terão lugar assim no Cível, como no Crime nos casos, e pelo modo, que os códigos determinarem”. E, no art. 151, que “os Jurados pronunciam sobre o fato, e os Juizes aplicam a Lei” (MATHIAS, 2009, p.140).

¹³ Os Juizes de Direito serão perpétuos, o que todavia se não entende, que não possam ser mudados de uns para outros lugares pelo tempo, e maneira, que a Lei determinar”, art. 153 da Constituição de 1824, disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 13/06/2022.

¹⁴ Art. 163. Na Capital do Imperio, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Provincias, haverá também um Tribunal com a denominação de - Supremo Tribunal de Justiça - composto de Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Titulo do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir. Art. 164. A este Tribunal Compete:I. Conceder, ou denegar Revistas nas Causas, e pela maneira, que a Lei determinar.II. Conhecer dos delictos, e erros do Officio, que commetterem os seus Ministros, os das Relações, os Empregados no Corpo Diplomatico, e os Presidentes das Provincias.III. Conhecer, e decidir sobre os conflictos de jurisdicção, e competencia das Relações Provinciales. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 13/06/2022.

e a previsão da criação da Justiça do Trabalho (SUSSEKIND, 2001). Três anos depois, foi outorgada a Carta de 1937, que implantou no Brasil o Estado Novo. De caráter autoritário, esse diploma legal previu algumas medidas que modificaram a organização do Poder Judiciário. Segundo Mathias (2009, p. 254):

Quanto ao poder judiciário, propriamente dito, a Carta, reduziu a sua estrutura aos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal; os juízes e tribunais dos estados e do Distrito Federal e dos territórios e os juízes e tribunais militares. A justiça federal foi extinta e as causas, que nela estavam em curso, bem como as no Supremo Tribunal Federal (este com um distintivo de atual, isto é o que estava funcionando até 10 de novembro de 1937), seriam objeto de decreto especial prescrevendo normas sobre o regime transitório. Por sua vez, o art. 122, 17, reforçou o tribunal de segurança nacional.

Já a Constituição de 1946 foi promulgada logo após a queda do Estado Novo e detinha um caráter redemocratizador. Criou o Tribunal Federal de Recursos, manteve os juízes e tribunais militares, restabeleceu a justiça eleitoral (juízes e tribunais eleitorais) e constitucionalizou a justiça do trabalho incluindo-a no Poder Judiciário (MATHIAS, 2009; SUSSEKIND, 2001).

Dando continuidade ao processo histórico constitucional, adveio a Constituição de 1967, logo após o rompimento da ordem jurídica em vigor, em 1964. Houve também a edição de vários atos institucionais que implementaram mudanças em todo o ordenamento. E o Poder Judiciário não ficou de fora, pois a organização judiciária foi seriamente afetada em seu funcionamento. Foi criado o Conselho Nacional da Magistratura, com jurisdição em todo o território nacional e com competência para conhecer de reclamações contra membros de tribunais, um avanço em matéria de controle de legalidade (DONATO, 2016).

Em 1988, após árduas lutas em prol da redemocratização do país, foi promulgada a denominada Constituição Cidadã, ainda em vigor. A partir do advento da Constituição de 1988, o Poder Judiciário ganhou uma força sem precedentes, pois

O novo período, que surgiu com a Constituição de 1988, conferiu ao Poder Judiciário força suficiente para participar ativamente das questões sociais e políticas; preceituando, em seu art. 5º, inciso XXXV, que: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” A vivência num Estado Social Democrático despertou na sociedade brasileira a conscientização do exercício da sua cidadania, aumentando o interesse pelas questões de interesse da nação (DONATO, 2016, p.39).

Destaca-se que, a Carta Magna de 1988, ao longo de pouco mais de duas décadas de vigência, sofreu várias emendas¹⁵ e uma delas provocou uma série de alterações no âmbito do poder

¹⁵ Até o dia 14/06/2022, foram publicadas 122 emendas à Constituição, sendo a última no dia 17/05/2022. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/quadro_emc.htm, acesso em 14/06/2022.

judiciário, razão pela qual foi denominada de Reforma do Judiciário¹⁶. Ressalte-se que a CF/88, simboliza para o Judiciário um verdadeiro divisor de águas, pois o juiz não é mais um autômato aplicador de lei, ele passa a ter então um espaço muito mais amplo para atuar, pois os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade assumem *status* constitucional e permitem que o magistrado atue da forma mais equânime possível, em que pese as diferenças sociais e geográficas tão latentes no Brasil. Segundo os ensinamentos de jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1994, p. 09):

Assim, pode hoje o magistrado inquietar-se sobre a razoabilidade da lei, a proporcionalidade dos encargos que acarreta, etc. Quando antes não lhe cabia senão ser a voz da lei [...] O exame mais aprofundado da Lei Magna, todavia, confirma, em outros pontos de relevo, que esta não entende o Judiciário como mero poder neutro, incumbido de aplicar contentiosamente a lei a casos particulares.

Um ponto de destaque da emenda constitucional 45 foi a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem a competência de controlar a atuação administrativa do Poder Judiciário¹⁷, buscando sempre o aperfeiçoamento desse Poder.

A CF/88, portanto, inaugurou um novo modelo de Estado dirigido notadamente à efetivação de direitos fundamentais, individuais e coletivos, e direitos sociais nela previstos. Na prática, no entanto, é comum vermos vários desses direitos serem negligenciados e até mesmo violados pelas mais diversas razões sobre as quais não pretendemos nos debruçar nesse estudo.

Conhecer seus direitos e saber onde buscar a sua efetividade é direito de todo cidadão brasileiro, porém muitas pessoas chegam à fase adulta com poucas informações ou até noções fantasiosas e inconsistente sobre o Poder Judiciário. Isso, sem dúvida, afasta a sociedade da Justiça tão essencial para o seu equilíbrio.

Sendo assim, uma das melhores armas contra a desinformação é a educação. Aproximar os jovens do Poder Judiciário através do conhecimento de suas prerrogativas e funções, certamente, é um dos caminhos para a formação de uma sociedade mais consciente de seus direitos e das maneiras legítimas de protegê-los e efetivá-los.

¹⁶Emenda Constitucional nº 45/2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em 14/06/2022.

¹⁷Artigo, 103-B, parágrafo 4º, da CF/88. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em 14/06/2022

4.2 O poder da Memória do Poder Judiciário

A CF/88, ao lado da valorização do Poder Judiciário, também enalteceu o valor da cultura dispondo de uma seção exclusiva denominada da cultura, cujo artigo inaugural dispõe: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”¹⁸.

Vale também registrar o direito fundamental à informação, que gera para as instituições públicas o dever de garanti-lo com excelência, assegurando ao cidadão acesso ao conteúdo dos documentos produzidos pelo Poder Público¹⁹. São bem colocadas as palavras de Böttcher e Sliwka (2020, p. 17), ao afirmarem:

Ademais, no título atinente à Ordem Social, a Constituição prescreve que cabem à administração pública a gestão da documentação governamental, incluindo-se também a produzida e acumulada pelo Poder Judiciário no exercício de suas funções, e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (artigo 216, parágrafo 2º).

Assim, apenas a partir da promulgação da Carta Magna de 1988, é que a memória do Poder Judiciário passou a ser trabalhada e estudada com mais afinco, pois, até esse momento, a História do Brasil era basicamente estudada na ótica do Poder Executivo (MARQUES, 2007). A partir desse cenário, é que vários órgãos do Judiciário brasileiro iniciaram um processo de definição de caminhos a serem percorridos no sentido de valorizar o seu patrimônio, e entendê-lo como meio de preservar a sua memória e, ainda, como consequência, fortalecer a identidade institucional, contribuindo, dessa forma, para o entendimento da dinâmica social atual.

Quando se fala em preservação do patrimônio do Poder Judiciário não se está referenciando apenas o acervo documental de guarda permanente gerado pela atividade judicial propriamente dita, mas também outras riquezas patrimoniais, materiais e imateriais, de valor histórico e cultural que devem ser disponibilizadas para toda a sociedade, pois são, segundo os ensinamentos de Böttcher e Sliwka, “relevantes fontes de pesquisa para a ciência e a cultura nacionais, às quais o Estado deve garantir o pleno acesso (artigo 215, da Constituição Federal)” (BÖTTCHER, SLIWKA, 2020, p.17-18).

Buscando dar efetividade ao dever de preservar e de garantir a publicidade dos bens do Judiciário, o CNJ, sempre levando em consideração a sua missão de garantir a transparência e a

¹⁸ Art. 215 da CF/88

¹⁹ Artigo 5º, incisos XIV, XXXIII, c/c artigo 37, parágrafo 3º, inciso II, da CF/88

eficiência desse Poder estatal, vem ativamente desenvolvendo uma série de atividades pouco conhecidas do público em geral, mas que têm sido de significativa relevância para o fortalecimento identitário do Judiciário e para a ampliação da divulgação do papel fundamental desse Poder no equilíbrio das dinâmicas sociais.

Nesse contexto, destaca-se que, em 2008, foi lançado o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), ocasião em que foi celebrado um acordo de cooperação técnica entre o CNJ e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)²⁰. Durante doze meses foram desenvolvidas atividades integradas com foco na implementação de política nacional de gestão documental e memória do Poder Judiciário (BÖTTCHER e SLIWKA, 2020). No entanto, apenas em 2020, após várias alterações no PRONAME, foi publicada Resolução nº 324 pelo CNJ, que dispõe sobre a normatização do referido programa, sobre a gestão de documentos e da memória do Judiciário. A partir dessa resolução, a disciplina acerca das gestões de documentos e da memória assume o caráter de obrigatoriedade em todos os tribunais do país. Segundo BÖTTCHER (2020, p. 01):

A norma recente sintetiza o amadurecimento e a expansão do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) do CNJ, existente há pouco mais de uma década, não só pela sua força cogente, mas também pela disciplina da Gestão dos Documentos Digitais e da Gestão da Memória. Os processos judiciais eletrônicos, que tiveram considerável incremento nos últimos anos, ainda não contam com tratamento arquivístico em ambiente de preservação digital sistêmica. A Gestão da Memória, a seu turno, veio a ser sistematizada por diretrizes e regras, pela primeira vez.

Nesse aspecto, cabe ao CNJ, junto com o comitê do PRONAME, coordenar iniciativas que visem à preservação da memória institucional do Judiciário em todo território brasileiro, representando um avanço na matéria. A gestão dessas ações deve se pautar nos princípios e diretrizes previstos nos artigos 3ºⁱ e 38 da Resolução 324ⁱⁱ dentre os quais merecem destaques, segundo BÖTTCHER (2020, p.6):

a) promoção da cidadania por meio do pleno acesso ao patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural gerido e custodiado pelo Poder Judiciário; b) o fomento às atividades de preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário e da história nacional ou regional por meio de criação de Museus, Memoriais, Espaços de Memória ou afins, assim como de divulgação do patrimônio contido nos Arquivos judiciais; c) colaboração e interação entre as unidades de Memória e de Arquivo.

A referida resolução presta-se a dar efetividade às normas constitucionais, que, como dito anteriormente, constituem importantes avanços em matéria de cuidado com a história do Judiciário e do Brasil, pois os bens culturais do Poder Judiciário, dentre os quais se enquadra a documentação

²⁰ O Conselho Nacional de Arquivo constitui órgão vinculado ao Arquivo Nacional.

destinada à guarda permanente²¹, são reconhecidamente parte integrante do Patrimônio Cultural brasileiro a ser preservado pelo Poder Público para ter garantido o seu acesso por parte de todo cidadão.

Outro acontecimento da história recente foi à criação do Dia da Memória do Judiciário, através da Resolução nº 316/2020 do CNJ. Esse diploma legal estabelece o dia 10 de maio como o Dia da Memória do Judiciário e institui o Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário que deve ser celebrado anualmente e tem como objetivo debater temas de interesse da gestão documental e de memória do Judiciário, inaugurando, assim, mais espaços para debates acerca de um assunto tão relevante para a sociedade.

O dia 10 de maio celebra o patrimônio cultural construído pelo Poder Judiciário desde o Brasil colônia. A data selecionada refere-se ao alvará de 10 de maio de 1808, em que Dom João V criou a Casa da Suplicação do Brasil, instituição a precursora do Supremo Tribunal Federal no Brasil. Essa iniciativa foi um ato muito importante no processo de independência do Brasil, pois ao criar a Casa de Suplicação no Rio de Janeiro, instância recursal que apenas estava presente em Lisboa, o Imperador conferiu à colônia a possibilidade de apreciar e julgar os recursos oriundos da primeira instância do Tribunal da Relação, revelando, dessa forma que a independência judiciária brasileira ocorreu antes mesmo da política, que só veio a acontecer no ano de em 1822. Sendo assim, diante da relevância do acontecimento, o dia 10 de maio é a data escolhida para a celebração da memória histórica do Judiciário²².

As datas comemorativas nos servem a “voltar no tempo” com certa regularidade e esse retorno nos faz refletir, fazer balanços, debater e celebrar com os contornos do nosso tempo. São, segundo Pierre Nora, lugares de memória, pois esta noção traz uma abrangência que, muitas vezes, através de uma análise superficial se deixa escapar, ensina o autor que lugares de memória são: “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eter-

²¹ Guarda permanente ou histórica: a definição do artigo 29, da Resolução é precisa ao dispor que os documentos e processos de guarda permanente constituem patrimônio cultural nacional e compõem o fundo arquivístico histórico do Poder Judiciário, devendo ser custodiados em locais com condições físicas e ambientais adequadas, preferencialmente do próprio órgão, e disponibilizados para consulta sem colocar em risco sua adequada preservação (BÖTTCHER, 2020, p.9).

²² Informação disponível em: <https://www.cnj.jus.br/dia-da-memoria-judiciario-mostra-sua-historia-para-a-sociedade/>

nidade" (NORA, 1993, p.13). O autor define esses espaços como meios que buscam preservar artificialmente os rituais, costumes, objetos e outros, por meio de uma "vontade coletiva" (NORA, 1993, p.13).

Assim, no impulso da ordem constitucional iniciada em 1988, marcadamente democrática, e no processo de modernização e globalização, surge a necessidade de se buscar suportes externos que permitam a preservação da memória histórica do Poder Judiciário. São, assim, criados em vários estados da federação os denominados Memoriais de Justiça. Esses espaços surgem de um anseio da contemporaneidade em que "A liquidação da memória foi soldada por uma vontade geral de registro" (NORA, 1993, p. 16).

Os Memoriais de Justiça são instituições criadas e mantidas pelo Poder Judiciário com o mister de preservar o seu patrimônio e colocá-lo à disposição da sociedade. Sociedade que, por não ser mais sociedade de memória, vem cada vez mais buscando suas origens de modo a entender melhor os seus contornos.

Através desses espaços de memória estabelece-se um diálogo importante entre o Poder Judiciário e a sociedade. O acervo museológico, bem como as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos memoriais da justiça podem contribuir com as escolas e, concomitantemente, ofertar ao corpo docente alternativas culturais com o objetivo de dinamizar a relação de ensino (ROMEIRO, 2019).

Segundo Michel de Certeau, "em história, como alhures, é científica a operação que transforma o "meio" – ou que faz de uma organização (social, literária, etc.) a condição e o lugar de uma transformação" (CERTEAU, 2020, p.69). É neste viés transformador que os espaços de memória do Judiciário podem se apresentar como um caminho pedagógico hábil a oferecer aos jovens não apenas um acervo, mas também a história de uma instituição sobre a qual, certamente, apenas conhecem nos piores cenários de contendas. Os memoriais da Justiça descortinam uma complexa estrutura, cheia de procedimentos próprios e dinâmicos, perante a qual a sociedade, em diferentes contextos, busca a solução de conflitos que não consegue ou não pode, em face do Ordenamento Jurídico, resolver de forma autônoma.

Através desse diálogo entre o museu e a escola se alcança um dos grandes objetivos da história que é a significação, pois esses espaços viabilizam ampliação do repertório cultural do indivíduo e, em consequência, a formação de um pensamento próprio, crítico e, quiçá, transformador. Como bem elucida CERRI: "(...) Conhecer a história e ser capaz de entender/praticar o seu método

de análise crítica dos enunciados e de construção do conhecimento é uma necessidade, se almejarmos formar um pensamento autônomo, crítico e criativo” (2011, p. 58).

Além do mais, é importante registrar que o Poder Judiciário tem muita história para contar. Como dito, a Justiça brasileira, embora de forma embrionária, acompanhou a história do Brasil desde a época colonial e foi palco de diversos contextos sociais. O registro das atividades desenvolvidas ao longo do tempo viabilizou a transmissão do conhecimento acerca de peculiaridades de diversas épocas da sociedade brasileira. Assim, o acervo preservado pelo Poder Judiciário constitui importante fonte de estudo, tal acervo contempla não apenas as informações sobre a evolução da atividade judicante, mas também um panorama de diversos conteúdos e vivências que acompanham a trajetória histórica do nosso país.

O acervo histórico do Poder Judiciário constitui uma ferramenta pedagógica poderosa, hábil a estreitar o distanciamento há muito estabelecido entre o Judiciário e a sociedade. Os documentos judiciais são registros de situações reais, retratos formais de relações que, de fato, aconteceram, tais documentos constituem, portanto, uma excelente fonte de informações que podem ser trabalhadas de diversas maneiras e alcançar os mais diferentes públicos.

4.3 Ensino do Judiciário sob a ótica docente

As entrevistas realizadas nos permitem constatar que o ensino acerca do Poder Judiciário se apresenta de grande importância para a educação atual. O P04 ressalta que o ensino sobre o Judiciário é não apenas importante, mas essencial:

“Olhe. Não é tangencial, não é oblíquo é fundamental. Eu estudei em São Paulo, eu estudei aqui em Pernambuco na Universidade Federal e a grande maioria dos meus amigos eram os juízes, o conceito de justiça não pertence à jurisprudência, ela toma emprestado das reflexões filosóficas, então é fundamental” (...).

Provocar a reflexão dos alunos é outro objetivo alcançado quando a atuação do Judiciário é abordada em sala de aula. O P01 afirma que ao trabalhar o tema junto com outros conteúdos ele percebe que os jovens ficam mais reflexivos e curiosos. Vejamos:

Sim, quando a gente trabalha sobre o tema da Escravidão em nosso país e percebem a forma como as pessoas eram julgadas, como as coisas eram conduzidas. Então eles ficam sempre atentos e pensativos sobre isso. Inclusive em um filme que a gente assistiu há pouco na sala de aula (eu utilizo muito desses meios visuais para o aluno, audiovisuais para que a gente prenda a atenção dele), que é o “Grande Debate” ele traz essa pegada de mostrar as formas de poder como é que ela se estabelece. Então durante aquela passagem de tempo no filme eles percebem que no ônibus tinha o lado pra sentar só quem é branco e o lado de

pretos. E tinha lugares e cadeiras e ônibus só pra quem é branco e só pra quem era negro. Então pra trazer essa ideia, isso é muito vivo na mente deles. -E por que Professor tinham leis sobre isso? E por que eles estabeleciam esse processo? E por que era dessa forma? Por que isso aconteceu assim? Então existe essa busca. Qual foi a lei que libertou? Quem foi que promulgou? Quando foi promulgada essa lei? Como foi estabelecido? Por que aquele julgamento foi dessa forma? Foi conduzido dessa forma? (...)

Porém, quando os alunos, estudantes de escola pública, são questionados acerca da visão que têm da justiça brasileira, eles, em regra, associam a ideia de justiça ao sistema prisional, ao poder coercitivo do Estado, é o que afirma o P01:

População hoje encarcerada no nosso país ela tem gênero e tem cor, quando se fala de justiça, a primeira associação que eles fazem é o sistema prisional, da lei, da polícia, da coisa entrar em vigor, de um momento que não conseguiu ser claro, e acabou indo para a delegacia. A ideia de justiça que eles têm hoje, ela perpassa muito por esse caminho (...)

Ao mesmo tempo em que traz essa visão restritiva acerca da atuação do Judiciário o P01 reafirma a importância de levar os jovens aos locais públicos de exercício de poder, com a finalidade de melhor apresentar o tema e trazer uma maior concretude ao assunto:

(...) tanto é que eu tenho levado eles nesses espaços para que eles entendam que a justiça, os poderes, eles não são só essa finalidade, ele não tem a finalidade de agregar só a de cumprir a lei no sentido de prender, de criar oportunidades, de abrir portas, eu sempre converso muito isso com eles. Eu também fui aluno de escola pública, e sou fruto de políticas públicas da educação, através do FIES, do PROUNI, dos os caminhos que tem para se chegar à universidade. Então a melhor nota da escola pública, tá lá, tem bolsa para estudar na universidade. Então, assim, não foi um caminho fácil de seguir, mas, se não fossem políticas assim, talvez eu não tivesse chegado aqui, talvez eu não tivesse ido tão longe. Então, assim, eu sempre trago essa mentalidade, isso para eles, para que eles compreendam que esses poderes têm uma função realmente de reger a sociedade, de apresentar, de mediar, de fazer cumprir, e isso é muito importante (...).

O P03 afirma que o ensino do Judiciário é dado em sala, especialmente quando contextualizado com outros fatos. O professor faz uso dessa estratégia para ensinar aos alunos o papel desempenhado pelo Poder Judiciário em situações mais próximas a eles, mesmo que não haja essa permissão no currículo escolar.

Bem, normalmente o judiciário cai em nossas aulas quando a gente está tentando discutir alguma discussão contemporânea, como, por exemplo a questão da Lava Jato, aí a gente vai trazer qual o papel do judiciário, a questão agora, das últimas eleições, qual o papel que o judiciário teve no tratamento das *fake news*, ele foi antidemocrático, não foi. Mas isso não é algo que o currículo permita (...) Quando vamos trabalhar, por exemplo, as questões das redes sociais, entramos nesse tipo de abordagem, mas é muito difícil porque o próprio currículo não pensa dessa forma.

A fala do P03 exemplifica situações da atualidade em que o Poder Judiciário é peça fundamental na manutenção da ordem, inclusive da ordem democrática. Os jovens são bombardeados

de informações das mais diversas origens, na maioria das vezes desconhecidas, sendo, dessa forma, de fundamental importância que esse público tenha acesso a um ambiente seguro com profissionais capacitados e comprometidos com a qualidade da informação para discutir temas tão sensíveis.

Não há lugar melhor que a escola para sediar essas discussões e não há profissional melhor que o professor para mediá-las. A escola deve ser um ambiente de diálogo como ensinou FREIRE, segundo o qual “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (1987, p.83). A prática do diálogo é inerente ao ser humano e pode ser um recurso transformador na medida que viabiliza a reflexão e o pensamento crítico. A escola, portanto, é o espaço em que essa prática deve estar sempre presente, cabendo aos professores oportunizar e instrumentalizar essa troca.

Outro aspecto relacionado ao ensino do Poder Judiciário é levantado pelo P02 que traz a informação de que a compreensão do papel do Judiciário esbarra na erudição da linguagem usada nas leis e decisões:

(...) Ampliando aí eu penso que a gente devia mesmo estudar na escola leis independente se você vai pra área ou não. Se você é cidadão. Eu digo: se você é cidadão tem que estudar o código civil, tem que saber quais são as leis que te protege, a gente discute muito acerca disso, mas a gente não vai para letra de lei. E eu penso que isso é uma parte do distanciamento porque a letra de lei é difícil (...) ou até você ter um trabalho em cima desses códigos que desmitifique ele. Porque a gente tem um “Mac para idiotas”, você não sabe nada de computador, mas você pega aquele livro e você vai conseguir mexer. Eu não percebo que isso é feito dentro do âmbito da justiça. Eu sei que algumas palavras são muito básicas, né? A Constituição mesmo dá ideia de justiça e judiciário, mas para a pessoa comum elas não dizem muita coisa e isso interfere na compreensão que a gente tem do texto.

Trazer o Judiciário para a sala de aula tem, de fato, esse desafio. O popularmente chamado “juridiquês”, ou seja, a linguagem utilizada em decisões, despachos, sessões e audiências nos tribunais vem sendo há muito debatida e colocada como um obstáculo na relação do Judiciário com a sociedade. As mudanças que acompanham o mundo globalizado têm exigido a ressignificação entre o direito e a linguagem (ANDRADE, RÊGO, SOUZA, 2021). O rebuscamento das leis e decisões acabam por afastar o seu destinatário que é a sociedade, sendo urgente uma mudança nesse sentido de forma que os referidos textos permitam um diálogo entre quem os elabora e para quem são destinados.

Muito embora a questão da linguagem não seja o enredo desse estudo, fica a reflexão exibida na entrevista com o P02 de que a erudição e o excesso de formalidades presentes nas leis e decisões judiciais são circunstâncias que dificultam a aproximação do público com o Poder Judiciário.

A partir da análise das entrevistas, identificamos que a temática do Judiciário, ainda que não esteja pontuada como requisito curricular, é trabalhada de forma tangencial pelos professores, pois, como se trata de Poder essencial do Estado, diversas situações o perpassam, o que, consequentemente, gera a necessidade de ampliação do debate acerca do papel do Judiciário.

5. OS LUGARES DE MEMÓRIA COMO ESPAÇO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Não há outro remédio senão navegar nas encrespadas águas globais, aprendendo a libertar-se dos seus redemoinhos e a aproveitar os ventos. [...] Por isso é essencial, para esta navegação ineludível e potencialmente criadora, contar com uma bússola e uma âncora. A bússola: educação, informação, conhecimento, tanto a nível individual como colectivo. A âncora: as nossas identidades. Saber quem somos e de onde vimos para não perdermos o rumo do local para onde vamos (ALBERGH I FUGUERAS *in* MENDES, 2001, p. 383).

Em “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”, Pierre Nora inicia seu pensamento afirmando que vivemos um tempo de aceleração da história, em que o passado está ficando morto e sem essência. A contemporaneidade e seus consectários, como a globalização, massificação e mediatização fragilizam a memória que se vê cada vez mais esfacelada, mutilada, desmoronada, pois os meios de memória cada vez mais se tornam mais raros. Essa aceleração se revela “na distância entre memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado” (NORA, 1993, p.07).

A aceleração da história, fenômeno contemporâneo, deságua em um movimento quase que obsessivo pela necessidade de se arquivar. Essa sensação de esvaziamento, revelada pela desatenta e acelerada passagem do tempo, tem resultado uma necessidade de se preservar qualquer vestígio do passado, na tentativa de se sacralizar novamente a memória, trazendo afetividade a essa herança (NORA, 1993, p.14).

Esse movimento se traduz em um comportamento assumido em inúmeras sociedades, nas quais essa urgência em se acumular vestígios corresponde a práticas bem comuns tanto no setor público quanto privado. Como bem elucidou NORA: “São hoje as empresas privadas e as administrações públicas que engajam arquivistas com a recomendação de guardar tudo, quando os profissionais aprenderam que o essencial do ofício é a arte da destruição controlada” (1993, p. 15).

Memórias particulares que buscam constituir a sua própria história são cada vez mais comuns (NORA, 1993), pois cada um se obriga a se buscar, se reencontrar, a localizar o seu espaço, ou melhor, se pertencer, pois o pertencimento é princípio e segredo da identidade (NORA, 1993).

A partir do momento em que a memória não estivesse presente em todo lugar, ela dependeria de um movimento individual, de uma decisão deliberada e solitária que anime o indivíduo a procurá-la (NORA, 1993). Quando não conhecemos o passado surge uma inquietação provocada por essa incerteza que transforma tudo em uma suspeita de história, um lugar translúcido que nos

subtrai a possibilidade visualizar o passado de forma mais nítida. É a essa visibilidade que os Memoriais se prestam. Segundo Assmann,

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim, fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve dos indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos (2011, p.318).

Segundo, NORA, os lugares assumem três sentidos: material, simbólico e funcional (1993, p.21), mas para serem considerados lugares de memória devem ser revestidos de uma “aura simbólica”. Essa expressão cunhada por BENJAMIN emitia um sentido de distanciamento do passado (BENJAMIN *apud* ASSMANN, 2011). NORA, por sua vez, afirma que “(...) um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (1993, p.21). Essa aura simbólica pode ser traduzida como uma característica que investe o lugar de significados, de pertencimento, de afetividade.

Conforme o pensamento de NORA quando falamos em lugares de memória não devemos restringi-lo a apenas espaços físicos destinados a esse fim. O historiador francês traz inúmeros exemplos de lugares de memória, como, a ação do minuto de silêncio, lugar simbólico, mas que só pode ser considerado lugar de memória se dotado da prefalada aura simbólica. O mesmo se opera nos lugares puramente funcionais, como os testamentos, os quais apenas se enquadram na definição de lugares de memória se fizerem parte de um ritual (NORA, 1993).

Os lugares de memória são portadores de identidades dos povos que eles representam, são formadores e reprodutores da memória coletiva de grupos e nações. Desse modo, os memoriais de justiça, como lugar material, possuem rastros de memória, pois representam parte da memória coletiva da sociedade brasileira e, ainda, aproximam essa sociedade de informações que traduzem a trajetória do Poder Judiciário ao longo do tempo, abrindo consequentemente uma janela para diversos recortes sociais.

Os memoriais estão abertos a construções e desconstruções, possuem, conforme NORA lucidamente expõe, “(...) sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (1993. p.22), pois são, além de lugares de conservação, lugares de produção de conhecimento, de construção de novos saberes e de resgate identitário.

5.1 ESPAÇO DA MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO PERNAMBUCANO: O Memorial da Justiça de Pernambuco

O presente estudo de caso tem como objeto de análise o Memorial da Justiça de Pernambuco – MJPE. Instituição criada em 1998 e mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - TJPE que promove, sem fins lucrativos, ações de guarda e preservação de documentos iconográficos e processuais por intermédio do seu arquivo histórico e de seu museu, bem como disponibiliza o seu acervo ao público em geral. O MJPE está vinculado à Comissão de Gestão e Preservação da Memória do Tribunal de Justiça de Pernambuco e desenvolve trabalhos nas áreas de museu e arquivo ²³.

O MJPE se encontra sediado no prédio histórico onde outrora funcionou a Estação Ferroviária do Brum. A Estação foi construída no final dos anos 1870 e inaugurada em 1881 (Fig. 01), no entanto só funcionou até 1932. Após longo período de abandono (Fig. 02), a sua guarda passa em 1997 aos cuidados do TJPE que, após a realização de obras de recuperação e restauro, estabeleceu no local o seu espaço de memória (Fig. 03).

²³ Informação disponível em <https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/apresentacao>, acesso em 24/03/2023.

Figura 01 – Estação do Brum, época da construção (1875/1880)



Fonte: <https://jobsonfigueiredo.com/restauracoes/estacao-do-brum.html>
Consulta em: 07/06/2023

Figura 02 – Estação do Brum, antes da restauração (1997)



Fonte: <https://jobsonfigueiredo.com/restauracoes/estacao-do-brum.html>
Consulta em: 07/06/2023

Figura 03 – Memorial da Justiça de Pernambuco (2023)



Fonte: Paulo Amogo

As funções institucionais do MJPE são:

Organizar e manter o acervo documental de valor histórico para o Poder Judiciário, bem como o arquivo fotográfico e de imagem e som; II - interagir com as áreas do Poder Judiciário para identificação de peças que devam compor o acervo do Memorial; III - manter estreita articulação com a Assessoria de Comunicação Social no que se refere ao arquivo fotográfico, e de imagem e som do Poder Judiciário; IV - prestar informações aos usuários sobre os documentos que compõem o seu acervo ²⁴

Em apertada síntese, cabe ao MJPE a gestão do patrimônio histórico do Poder Judiciário de Pernambuco, que não só inclui a organização e manutenção do acervo documental de valor histórico da instituição como todo o tratamento físico-químico dos documentos jurídicos que registraram a atuação dos representantes da justiça ao longo do tempo. Inclui também a função de disponibilizar informações aos usuários do museu acerca de seu acervo.

O acervo do MJPE é composto por:

Processos judiciais de primeira e segunda instância. Dos processos de primeiro grau de 1750 a 1959, constam os autos dos seguintes fundos: Comarcas do Recife, Afogados da Ingazeira, Águas Belas, Bonito, Cabo de Santo Agostinho, Cabrobó, Correntes, Escada, Flores, Floresta, Gameleira, Goiana, Ipojuca, Itambé, Nazaré da Mata, Paudalho, São Bento do Una e Serra Talhada, além do fundo Justiça Federal. Quanto à documentação de segundo grau, o Memorial tem sob sua guarda acervo dos extintos Tribunal da Relação, Superior Tribunal de Justiça (STJ-PE), Corte de Apelação e Tribunal de Apelação, órgãos que antecederam ao Tribunal de Justiça, de 1822 a 1946; Retratos antigos de Desembargadores; Fotografias de eventos do século XX do Tribunal; Projetos arquitetônicos do século XX; Objetos de escritório e móveis característicos do Poder Judiciário; Documentação administrativa do Poder Judiciário; Acervos particulares de Desembargadores e Juizes: Thomaz de Aquino, Martiniano Lins e Felisberto dos Santos Pereira (PERNAMBUCO, 2023).

Além da disponibilização do acervo para pesquisa o MJPE também realiza exposições desenvolvidas a partir dessa documentação histórica. É o caso da exposição de longa duração “Uma questão de Justiça”, apresentada pelo espaço desde 17 de dezembro de 2009, que traz como temas centrais discussões sobre a liberdade, a cidadania e o acesso à Justiça, tendo como base processos judiciais históricos relacionados à escravidão, à capoeira e ao cangaço (figura 04). Sobre essa exposição o servidor M02 forneceu uma breve, mas satisfatória explicação:

(...) essa exposição, ela partiu justamente dos assuntos que são recorrentes nas ações judiciais que chegam de todos os municípios de Pernambuco, as chamadas Comarcas, né? É de Serra Talhada, Agrestina, de Garanhuns, então esses processos, essas ações judiciais, que são frutos dessas querelas da sociedade e a partir de desses assuntos nós concebemos essas exposições que fala sobre o Cangaço, que era um banditismo social, né, aqui no sertão de Pernambuco e em outros estados, mas aqui a gente trata justamente de Pernambuco, né, do tribunal de justiça (...)

²⁴Informação disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/memorial-da-justica-do-tribunal-de-justica-de-pernambuco>. Acesso em: 26/05/2023

Em entrevistas realizadas com os responsáveis pelo setor educativo do MJPE podemos ver suas principais atividades são: pesquisa direta ao acervo e visitas mediadas à exposição de longa duração no prédio do MJPE, ao Palácio da Justiça e ao Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. Vejamos a explicação dada pelo encarregado do setor educativo do memorial- M01:

O Memorial de Justiça, o setor educativo ele cuida verdadeiramente, nós temos três espaços de comunicação, né?! São três espaços de comunicação. São espaços que, por exemplo, que o próprio Memorial essa parte expositiva que nós estamos aqui. Essa parte que cuida da gente fazer uma exposição, como a exposição uma questão de justiça e temos também, hoje o Palácio da Justiça que era espaço que nós não tínhamos como função, com a nova lei que modifica a função do Memorial, o memorial passa ser responsável por todos os espaços que cuidem da memória, da memória histórica cultural, cultural do tribunal então a gente começou a fazer a parte da mediação do Palácio da Justiça que é um prédio tombado, né, a nível estadual então a gente assumiu (...) Quem fazia antes era o cerimonial e também nós estamos fazendo essa atividade. Vamos dizer assim a visita educativa e administrativa dentro do fórum do Recife, nós estamos trabalhando com as universidades de direito em fazer uma visita a eles mais direcionados a um campo administrativo [INAUDÍVEL] de distribuição, onde são as unidades, o que é que as unidades cartorárias fazem, o que é que o fórum tem, é mais direcionado.

As visitas normalmente são mediadas por servidores do quadro efetivo do TJPE ou por estagiários dos cursos de pedagogia, história ou museologia, devidamente capacitados por aqueles servidores. Apesar de o acesso ao prédio do MJPE ser aberto ao público de segunda à sexta, mediante demanda espontânea, a mediação precisa ser previamente agendada²⁵ e impõe certa espera em razão do quadro reduzido de servidores²⁶, conforme informado pelo M01:

Nós temos três espaços que trabalhamos a mediação sabendo que tanto aqui o Memorial, como a parte do Palácio a gente recebe não só escolas e estudantes de direito, mas recebemos também turistas e qualquer pessoa interessada, agora as visitas são no palácio e no fórum elas são agendadas, aqui não, é aberto ao público.

Como o foco desse estudo é estabelecer uma análise acerca do que o MJPE tem a oferecer como suporte pedagógico aos professores de ensino médio a pesquisa se restringe às atribuições do setor educativo do museu.

²⁵ É de se registrar também que edifício sede do MJPE se encontra desde 2022 com o seu mezanino interditado para futuras obras de reparo, pois em razão de fortes chuvas na região houve severa infiltração que demanda a substituição de elementos estruturais como uma parte do telhado, encontrando-se o espaço com a sua capacidade de atendimento reduzida.

²⁶O quadro de servidores do MJPE é composto de 17 (dezessete) servidores, conforme relatório publicado no dia 31 de julho de 2022 e atualizada em 21 de setembro de 2022. Informação disponível em: file:///C:/Users/melc_/Downloads/TLP%203%20-%20APOIO%20INDIRETO%20-%202031.07.2022.pdf. Acesso em 28/03/2023. Através de informações colhidas informalmente pela pesquisadora, o servidor M01 afirmou que o referido relatório se encontra desatualizado, contanto o MJPE atualmente (29/03/2023) com 10 (dez) servidores efetivos. O setor educativo do MJPE conta com 01 servidor de carreira e 05 estagiários.

5.2 Práticas Educativas do Memorial da Justiça de Pernambuco

A ampliação da missão educativa dos museus se deu especialmente a partir do final do século XIX. A ação educativa em locais de memória tem como objetivo expandir as possibilidades de aproveitamento pedagógico dos acervos, a fim de que aquele que os procure desenvolva um pensamento crítico no que se refere ao contexto em que ele vive. Na visita ao museu, se busca complementar e ilustrar os ensinamentos dados em sala de aula, pois, consoante às palavras de Adriana Mortara Almeida, “Consideramos que os museus têm potencial para provocar uma experiência de aprendizagem que vai além da simples complementaridade do ensino escolar e que ocorre por meio de estratégias e métodos diferentes daqueles utilizados na escola” (ALMEIDA, 2008, p. 51).

A autora aprofunda a reflexão quando afirma que a ação educativa dos museus vai muito além de complementariedade das atividades escolares, haja vista que estes espaços de memória, cuidadosamente pensados e organizados, proporcionam experiências com objetos que têm potencial para promover a motivação, a curiosidade e o questionamento do jovem estudante.

Sistematizar e divulgar tanto a história da instituição quanto o conteúdo do seu acervo, produto dessa trajetória, viabiliza que a memória construída em nome da própria instituição lhe garanta caráter coletivo, não se restringindo ao seu quadro de pessoal, mas disponibilizando o acervo para a sociedade.

Nesse contexto, percebe-se que dentro do arquivo do Poder Judiciário existem inúmeros rastros de memória, fragmentos que permitem a reinterpretação do discurso histórico e que merecem ser democratizados com a sociedade. A democratização da informação é garantia da população, representa uma das faces do regime democrático de direito. A democracia falha quando o conhecimento está ao alcance de poucos. É visando fomentar a democracia que o Judiciário inaugura um novo tempo com a criação de seus memoriais, onde parte da memória da Justiça e da sociedade encontra-se preservada e disponibilizada para toda a população. Com o intuito de exemplificar a densidade do acervo do Judiciário trago a seguir casos presentes na exposição “Uma questão de Justiça” oferecida pelo Memorial da Justiça de Pernambuco.

Como primeiro exemplo, temos a ação de liberdade do escravizado Simplício Manoel (figuras 04 e 05) que tramitou em 1882. Vejamos o resumo do feito exposto pelo MJPE:

“Em 1822, no Recife, o escravo Simplício Manoel, representado por Tobias Barreto, seu curador e advogado, pleiteou a liberdade por meio de ação judicial. Como não houve acordo entre as partes em relação ao preço de Simplício, seu proprietário, requer réu que peritos fossem chamados para lhe atribuir um valor. Durante audiência de avaliação, o perito desempatador achou ambos os laudos excessivos um muito alto e outro muito baixo. Contudo,

em respeito ao direito de propriedade, desempatou pelo laudo do perito do proprietário, no valor de um conto de réis. Considerando esse arbitramento irregular e prejudicial a seu representado, Tobias Barreto peticionou ao juiz para que se realizasse novo arbitramento. Finalmente, as duas partes entraram em acordo para que fosse pago o valor de seiscentos mil réis pela liberdade do escravo. Em 13 de novembro de 1882, Simplício Manoel tornou-se um homem livre”.

A transcrição nos mostra uma face da escravização dos povos africanos, onde as pessoas pretas eram objetificadas pelas pessoas brancas, chegando ao ponto de serem valoradas economicamente e submetidas à perícia, tal como se dá hoje em dia apenas com bens móveis e imóveis. Um retrato que dá sentido a muitos fatos da atualidade, permitindo uma visão mais contundente do conteúdo dos livros de história tradicionais e abrindo espaço para reflexão acerca de fatos que precisam ser lembrados para que nunca mais volte a acontecer.

A educação em espaços de memória conta com um componente muito eficiente que é a contextualização. Segundo Köptcke, a educação não está limitada ao processo de ensino e aprendizagem, ela está diretamente relacionada ao contexto, não há como se falar em educação sem considerar a relação com o lugar ou situação (2014, p. 21). Eis as declarações do M02 que relata a missão da exposição permanente do MJPE e expõe exatamente essa característica conjuntural do discurso museológico nela presente:

A missão justamente é essa, você trazer esses aspectos para os dias de hoje, fazendo isso que a gente chama história, né? A gente falando das permanências que existe até hoje fazendo uma releitura dos casos que havia né? Porque exemplo quando a gente está a questão, a questão da escravidão em Pernambuco através das ações judiciais da sua liberdade, a gente traz para discussões assuntos como cotas raciais, né? Como o racismo e a gente traz tudo isso para esse debate que a gente faz com as escolas, faz a população que chega aqui e a gente termina, qual o papel da justiça? O que é fazer justiça? Qual o papel do judiciário nesses assuntos nessas discussões?

Com procedimento iniciado em 1927, outro processo apresentado na exposição “Uma Questão de Justiça” aproxima o visitante de uma personagem muito conhecida da nossa história: Virgolino Ferreira da Silva, Lampião (figuras 06 e 07). Vejamos o resumo disponibilizado pelo MJPE:

Virgolino Ferreira da Silva – o Lampião – e seu bando foram acusados de invadir o povoado de São Caetano, distrito de Flores, e de praticar “mortes e depredações”. Tudo teria acontecido num domingo de feira, em maio de 1925. Segundo as testemunhas ouvidas na delegacia, Moreno, Luiz Pedro, Félix Caboge, Antônio Sabiá, Jurema de Medeiros, Chumbinho, Chá Preto, Maçarico e Baraúna, todos comandados por Lampião, invadiram o povoado pela retaguarda das casas e iniciaram tiroteio que provocou a morte de três pessoas. O delegado indiciou o bando e encaminhou o inquérito ao promotor de justiça. Foragidos, os acusados foram citados por edital e não se apresentaram para interrogatório. Em suas alegações finais, o promotor requereu a pronúncia de todos, mas na sentença de primeira instância o juiz municipal decidiu pronunciar apenas Lampião e mais cinco, impronunciando os demais por falta de elementos de identificação. Em segunda instância, o Juiz de Direito confirmou parcialmente essa sentença e determinou que os pronunciados fossem presos e levados a Júri popular. Passados mais de 50 anos sem prisão nem julgamento dos réus, o Juiz da Comarca de Flores decretou, em 1997, a “extinção de punibilidade” devido à prescrição da pena (Imagem 02).

As transcrições nos fornecem uma visão da atividade judiciária da época, mostrando que, em 1882, alguns institutos jurídicos da atualidade já existiam, como, por exemplo, a defesa através de advogado e a sentença de pronúncia. Nota-se, portanto, que o visitante do Memorial pode ter contato com o sistema jurídico de outra época, o que lhe permite a compreensão de nuances de seu funcionamento e o desenvolvimento de uma visão crítica mais realista sobre o papel do Poder Judiciário.

Figura 04 – Transcrição de trecho do processo de ação de liberdade

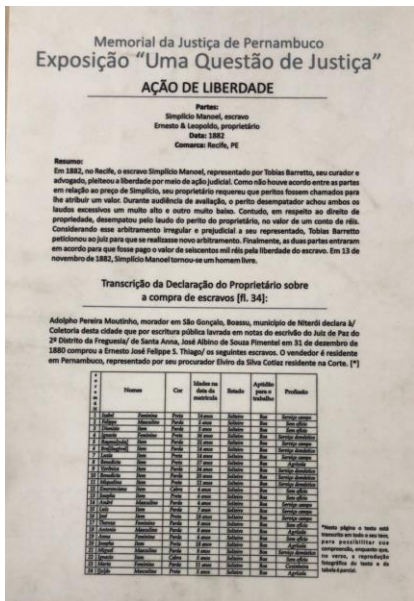


Figura 05 – Cópia de trecho do processo de ação de liberdade

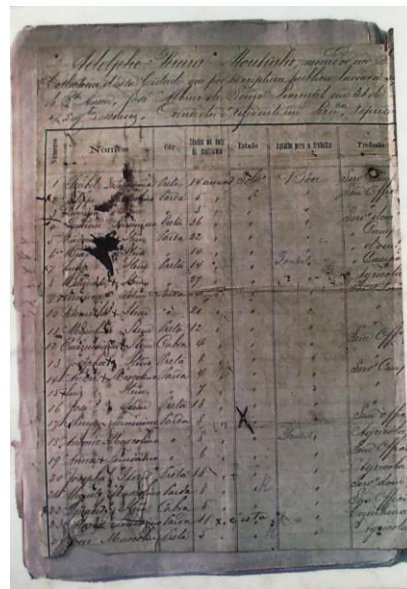


Figura 06 – Transcrição de trecho do processo de ação penal

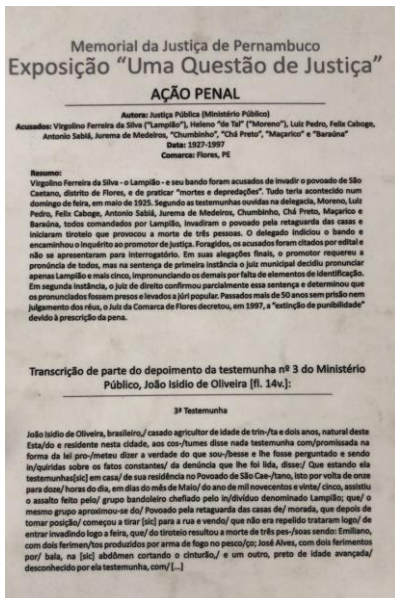
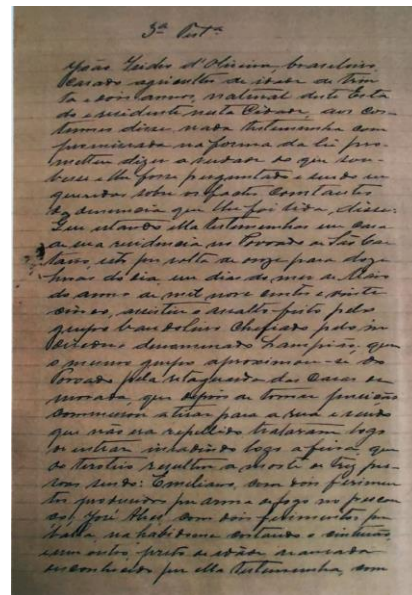


Figura 07 – Cópia de trecho do processo de ação penal



FARGE, ao trabalhar com arquivos de processos judiciais, afirma que neles há elementos da realidade e por isso produzem sentido mesmo após a passagem do tempo, acrescentando que “no arquivo, o relevo se organiza, basta saber lê-lo (...) o real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de figuras da realidade; e o arquivo sempre mantém infinitas relações com o real” (2017, p. 35)

Através da linguagem museológica os Memoriais de Justiça oferecem aos usuários acesso ao acervo do Poder Judiciário disponibilizando, assim, mais uma versão de sua história, bem como uma visão mais realista do referido Poder de modo a proporcionar a cada cidadão um caminho para que construa criticamente a sua visão social e contribua para a formação da identidade pessoal e coletiva.

5.3 Expectativas *versus* realidade dos professores

Através das entrevistas realizadas buscamos entender melhor o entendimento dos professores com relação à realização de atividades pedagógicas no MJPE, compreendendo como se dá na atualidade esse processo. Entender tanto as expectativas ideais quanto as reais desses professores quando convocados a refletir sobre a possibilidade de trabalhar com saberes a serem alcançados através de atividades educativas desenvolvidas em memoriais de justiça.

Os professores, em regra, reconhecem a potencialidade das atividades educativas em museus, admitem a riqueza quanto à qualidade de conteúdo que advém de visitas museais. O P01, por exemplo, ressalta a importância de mostrar ao aluno o assunto de uma forma diferente daquela dada em sala de aula. Vejamos:

Prazeroso. É muito significativo. Tudo é significativo. Mas essas visitas que nós fazemos a esses espaços traz ao aluno falas assim, depoimentos assim: “Poxa Professor, durante toda a minha vida na rede estadual o senhor foi o primeiro professor que me trouxe aqui nesse lugar”, “Aqui é Recife mesmo ainda?” Quando ele chega ao castelo de Brennand, aí você olha pra aquilo e vê um aluno que nunca foi num museu, que nunca entrou numa biblioteca, a não ser a da escola, e olhe lá, quando funciona (...) É muito gratificante você apresentar pra eles a história de uma forma diferente, de uma forma distinta, de uma forma que eles têm prazer de estar naquele lugar, de tirar foto, e se anima, e conversa, e pergunta para os guias que estão no museu, quando a gente consegue ter uma visita guiada. É muito importante, muito gratificante e, realmente, deve haver sim esse espaço. O Poder Judiciário precisa se colocar pra isso também

O P05 afirmou que já realizou visitas com seus alunos em museus e considera que foi muito construtiva: “(...) Foi ótimo! Os meninos adoraram, eu achei muito construtivo, eles têm um aparato legal lá, achei bom e eles fizeram essa ligação, né da questão da ação pedagógica, eu achei bem interessante (...)”. Quando questionado se essas visitas despertam interesse nos alunos o P05 acrescentou: “Demonstram, adoraram essa aula! Inclusive ano passado a gente esteve!”.

O P01 declarou que ministra uma eletiva denominada “Rolê no Recife”, na qual, todas as semanas, os alunos, sob a orientação do docente, saem da escola para locais próximos. Afirmou o professor que, normalmente, as eletivas dispõem de 45 vagas, mas, em razão da grande procura dos alunos, a “Rolê no Recife” conta com 76 alunos matriculados:

As eletivas da escola elas têm no máximo 45 alunos. Na do “ROLÊ PELO RECIFE” tem 76 alunos inscritos. Tem professor que chega aqui: “- P01, você vai levar os alunos todos?” Mas é porque a disciplina que chama a atenção deles. Eles querem sair desse âmbito. Eles têm essa urgência de sair desse lugar e aprender em outros lugares

Através dessa assertiva podemos ver que os alunos nutrem esse interesse em explorar novos ambientes educacionais, posto que a educação formal pura e simples não mais atende aos anseios dos jovens de hoje.

O P03 complementa os professores anteriores registrando a necessidade de se oferecer aos docentes condições de promover o intercâmbio entre o museu e a escola

(...) Então é muito importante nós professores se tivermos condições tentar tirar o aluno de sala de aula e mostrar que museus, tanto os museus que estão como amostra, como até museus ao ar livre como nós temos aqui no Recife, as estátuas dos grandes poetas, se a gente pudesse fazer uma espécie de roteiro a céu aberto, mas aí a gente acaba naquela naquele velho problema não há uma estrutura, não há uma organização geral que permita que tais atividades possam ocorrer.

Contudo, estudar a relação museu/escola demanda não apenas ressaltar os ganhos cognitivos e afetivos dos alunos ao se submeterem à experiência museológica. É essencial destacar os inúmeros desafios impostos aos professores no momento em que decide beneficiar seus alunos com essa experiência. Nas entrevistas realizadas os professores destacam algumas dessas dificuldades, dentre elas merecem destaque: falta de espaço na carga horária, excesso de conteúdo a ser trabalhado e escassez de recursos materiais e de pessoal para o planejamento das visitas. Vale a pena destacar os seguintes trechos das entrevistas:

P01: É como eu já falei na outra fala, é muita responsabilidade em cima daquele educador, que se você não cumprir as normativas se você não cumprir o programa as coisas não fluem. Você tem conteúdo, você tem as coisas pra fazer. Às vezes dá pra gente trilhar um caminho

mais leve pra gente conhecer a arquitetura colonial, a arquitetura francesa, mas é difícil haver.

P02: Se a gente analisar direitinho. A gente mal consegue dar conta do que a gente pode produzir dentro da sala é muito pouco tempo pra tudo que você... se você olhar o programa pra tudo o que se propõe é muito pouco tempo.

P03: (...) Mas existe toda uma estrutura da escola, na qual sair de sala de aula torna-se um pouco complexo, porque não pode, como as aulas são fragmentadas, eu não posso pegar uma tarde para ir por exemplo no Teatro de Santa Isabel, o qual é um patrimônio histórico aqui de Pernambuco, pra conhecer não apenas o teatro, mas também a arquitetura, conhecer um pouquinho daquele espaço, daquele lugar. Não posso, porque eu tenho uma, duas aulas, como é que eu vou fazer uma visita a um espaço que eu tenho que ir em uma aula, voltar, para que um outro amigo, um outro colega precisa dar essa aula. Logo, há um espaço sim, há umas estratégias que a gente faz, fazemos, mas é muito complexo dentro de uma carga horária fragmentada e muito restrita que a gente tem (...) olha, mesmo a gente sendo uma escola central, há essa dificuldade por causa da carga horária.

P04: Não, infraestrutura e apoio não. Mas como a minha experiência é pouca são 13 anos só, e esse escola onde eu estou é a minha sétima escola, (...) Mas com raras exceções minhas mesmo, a participação não foi tanta sobre isso não, não tem estrutura, o apoio ele é um apoio que já depende da secretária, da visão de governo. Aqui não vai nenhuma crítica à gestão da escola, mas é a infraestrutura que nós não temos, é um desafio.

P05: Agora infelizmente a escola não tem as estruturas e o recurso financeiro para a gente fazer esse tipo de aula, de atividade, com os meninos, mas sempre que dá para colocar no meu planejamento eu coloco.

Como se vê, todos os professores apresentam dificuldades bastante parecidas, que passam por um problema estrutural bem maior, cujo aprofundamento, no entanto, não cabe a esta pesquisa. Percebe-se que encaixar atividades fora do ambiente escolar demanda um grande planejamento de horário e de estrutura prática de que as escolas públicas comumente não dispõem. Então, os professores, com o objetivo de dinamizar as aulas, buscam alternativas em outros recursos e suportes. O P01 e o P05 declararam que a localização da EREMSS, no centro da cidade do Recife, onde está a maioria dos prédios históricos da capital, facilita a condução de grupos de alunos para lugares mais próximos à escola, pois, nesses casos, não há a necessidade de transporte nem de lanche, e o passeio levaria menos tempo. Alguns professores relataram experiências vivenciadas em escolas sediadas longe do centro, em que esse tipo de atividade é muito mais difícil de ser realizada.

Por fim, os professores afirmaram que nunca participaram de qualquer curso ou treinamento oferecido pelo MJPE, tendo os depoimentos revelado que dentre os entrevistados apenas 02 conheciam o MJPE, sendo que apenas 01 já visitou o espaço. O P01 afirmou que já ouviu falar do MJPE, no entanto nunca houve uma comunicação formal ou convite por parte do educativo do museu, inclusive acha há pouca divulgação.

P01: (...) Então é assim: Venha visitar, venha ao museu. E isso é muito importante. Esse espaço convidar a sociedade pra dentro. É isso que está faltando, o que eu sinto essa ausência, não só lá, mas nos outros Poderes também. Isso é como uma distância, como se aquilo fosse um órgão que a gente não tivesse acesso, não pudesse entrar para conhecer,

para visitar e precisa haver. Em outros espaços tem essa chamada, mas nesse do poder não tem e é importante isso haver. Eu estou por aqui desde 2007, quer dizer 2008 eu entrei na rede estadual, então eu não vi. Onde é que passou isso? Onde é que se transmitiu isso que não se passou pra gente? Nunca chegou uma carta-convite, nunca chegou nada. Eles precisam se mostrar pra que a informação aconteça e esse alunos que estão aqui eles sintam a necessidade de saber e entender que eles podem trabalhar num lugar como esse, almejar isso (inaudível).

Já o P02 afirmou que há alguns anos foi convidada a visitar o MJPE e avalia de forma muito positiva todo o processo.

P02: O Memorial, inclusive, é um dos melhores espaços em que eu já fiz trabalho, porque quando a gente linkou com eles, há alguns anos atrás, eles tinham duas exposições e aí a gente passou pela sala de limpeza de documentos, eles viram em primeira mão um documento antigo, a gente teve uma cópia do documento para que o aluno lesse, tivesse essa percepção da linguagem tal e depois a gente teve uma oficina onde eles iam usar o que eles entenderam pra fazer uma produção artística depois. Foi um momento lúdico, mas também uma forma de você aprender aquele tema. Aí nesse caso eu achei legal.

Por outro lado, conforme declarações prestadas pelos servidores do museu existe trabalho de divulgação em redes sociais ²⁷ e *website* ²⁸, como ficou registrado nas declarações do M03:

Sim, existe uma articulação, entre as mídias, tem o grupo do Instagram, que tem a página do Memorial TJPE, que está investindo bastante nisso porque é um jeito de atrair o público e aproximar também o público do museu, conhecer né? Inclusive agendamento agora está fazendo através do *link* trilha do *Instagram* agendamento para as visitas no palácio. Por exemplo então o *Instagram*, a equipe, né, que trabalha com *Instagram* trabalha também junto com nossa equipe de educativo e Mariana, que não tá aqui hoje, mas ela também às vezes faz postagens para o Insta, faz filmagens, às vezes a gente visita outros lugares, aí ela produz conteúdo para lá também

Nessa afirmação vê-se que, no perfil do MJPE no *instagram*, há um *link* para agendamento de visitas exclusivamente para o Palácio da Justiça, sede do TJPE, ou seja, as visitas mediadas ao MJPE não se incluem aí, precisam ser agendadas por telefone. De qualquer forma, o que podemos ver é que a estratégia de comunicação entre os professores e o MJPE está sendo insuficiente, circunstância que em nada colabora com o estreitamento dessa relação, comprometendo a eficiência da função de divulgar o patrimônio histórico do Judiciário e subtraindo de jovens a possibilidade de conhecer um pouco mais o Poder Judiciário, pois, sem dúvida, os professores são o elo entre os alunos esse espaço de memória da justiça pernambucana.

²⁷Instagram: @memorialtjpe

²⁸<https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/>

6. MEMÓRIA DE UMA EXPERIÊNCIA SOBRE O JUDICIÁRIO

Buscando contribuir com a valorização dos lugares de memória como espaços educacionais potentes foi produzido um videodocumentário que conta com duração de 20 minutos. Através dessa dinâmica ferramenta buscamos exibir registros da trajetória da pesquisa, das entrevistas realizadas com as/os docentes e das visitas realizadas no Memorial de Justiça.

Para melhor compreender a estrutura básica e melhor fundamentar a escolha desse formato foram utilizados como base teórica a obra do Professor Bill Nichols e o produto da pesquisa de Gustavo Henrique Zuccherato. Segundo NICHOLS, o documentário pode assumir as formas de vídeo e filme. O modelo adotado neste trabalho é o videodocumentário, pois é mais conciso e, assim, se adapta melhor aos fins propostos pela pesquisa e aos requisitos do programa de mestrado profissional.

De acordo com NICHOLS (2010, p. 16), os documentários “abordam o mundo em que vivemos e não um mundo imaginado pelo cineasta, os documentários diferem, de maneira significativa, dos vários tipos de ficção”. No entanto, é importante explicar que dentro do documentário há espaço para a utilização de recursos frequentemente usados na ficção como, por exemplo, roteirização, encenação, reconstituição, dentre outros (NICHOLS, 2010). A potência do documentário está na impressão de autenticidade que faz com que acreditemos que o que estamos vendo “(...) é testemunho do que o mundo é, e isso pode embasar nossa orientação ou ação nele” (NICHOLS, 2010, p. 19).

Outro ponto importante é que o documentário é marcadamente subjetivo, tal como acontece na História, pois não há como a percepção individual do cineasta se afastar da visualização do mundo (NICHOLS, 2010), entretanto essa prerrogativa mantém no documentário sua função de retratar o contexto real em que vivemos, ou melhor, “(...) como veículo de expressão que desvia nossa atenção para o mundo que já ocupamos” (NICHOLS, 2010, p. 19).

O videodocumentário fruto desta pesquisa é também de um documentário de representação social, pois nos apresenta um mundo já ocupado e compartilhado por nós, tornando “(...) visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade social, de acordo com a seleção e organização realizadas pelo cineasta” (NICHOLS, 2010, p. 26). Cabe ao espectador avaliar as reivindicações, posições e afirmações apresentadas, ou melhor, cada um terá o poder de decidir diante de seu repertório pessoal, de significados e valores, se acredita no que está sendo transmitido ou

não. Assim, como lucidamente esclarece Nichols, “Os documentários de representação social proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos” (2010, p. 27).

Outra importante característica do documentário é que esse veículo encoraja a crença, pois, com o objetivo de impactar o mundo histórico precisa convencer ou induzir que um ponto de vista se sobressaia a outro (NICHOLS, 2010). Dele tiramos não apenas deleite, mas obtemos um norte para nossos pensamentos e convicções. O documentário nos oferece a visão de uns fatos sociais que precisam de atenção, problematizando-os e oferecendo soluções viáveis (NICHOLS, 2010).

Didaticamente NICHOLS elege três formas através das quais o documentário se engaja no mundo pela representação. A primeira é o fato de o documentário oferecer ao espectador um “retrato ou uma representação reconhecível no mundo” (2010, p. 28). Isso se dá pela fidelidade do formato, pois através de recurso audiovisual o documentário presta-se a fazer registros de pessoas, lugares e coisas que poderiam ser visualizadas por qualquer indivíduo no mundo concreto. Essa característica traz consigo a verossimilhança que é a base para a formação da crença. Entretanto é apenas uma base, pois a imagem, embora diga muito, não consegue falar tudo. Outro aspecto está no fato de que, como já se sabe, as imagens podem ser manipuladas por meios convencionais ou digitais.

Assim, o produto dessa pesquisa registra entrevistas com professores realizadas em ambiente escolar em novembro de 2022 e março de 2023. Foram também registradas entrevistas com a equipe do educativo do MJPE na sede do próprio espaço de memória, em março de 2023. Há também o depoimento do Excelentíssimo Presidente do TJPE filmado e editado especificamente para o documentário em março de 2023 pela equipe de comunicação e imprensa do TJPE.

O documentário produzido retrata o caminhar da pesquisa desenvolvida e representa a academia, uma vez que a sua realização advém de uma necessidade de divulgação científica mais acessível ao público em geral. Representa a democratização do conhecimento, pois aproxima, através de uma linguagem mais palatável, o público não acadêmico dos caminhos e resultados da produção científica.

O produto também representa os docentes, aos quais se abre um espaço para expor suas ideias acerca de uma temática bem atual relacionada o seu ofício. O documentário conta com a essencial participação dos professores da EREMSS, que, mesmo diante dos desafios da rotina

diária de trabalho, doaram sua atenção para contribuir com o substrato do estudo. Os professores são protagonistas no documentário, uma vez que contribuíram, nas entrevistas, com ricas reflexões acerca do tema. Com o intuito de apresentar a EREMSS, a sua gestora, Professora Marcia Nogueira Diniz, ofereceu ao produto em questão um histórico da instituição e também elucidou peculiaridades atuais da escola.

O Poder Judiciário também está representado no vídeo, na medida em que se ressalta a importância da preservação de sua memória histórica. Nesse viés, também participaram do documentário dois servidores do MJPE e uma estagiária desse espaço. Da mesma forma, o Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dr. Luiz Carlos Figueiredo, enriqueceu o documentário com um depoimento acerca da importância do MJPE para a preservação da memória do Poder por ele chefiado. Ressente-se pela ausência, no presente documentário, de depoimento da gerente do MJPE, Sra. Mônica Pádua, que não pôde contribuir por falta de tempo disponível em sua agenda, mas abriu as portas do espaço para o desenvolvimento deste estudo e respondeu, por e-mail, ao questionário de pesquisa. O documentário representa, ainda, o interesse de outros. O documentarista representa, muitas vezes, o interesse de um determinado grupo e nesse grupo podem estar tanto o sujeito de seu tema como o interesse de uma instituição patrocinadora.

NICHOLS compara o documentário à atuação de um advogado, na medida em que exerce a defesa de um determinado assunto (2010). O documentário de forma ativa busca formar opiniões sobre o seu tema. Divulgando ideias e propostas dos professores e do corpo educativo do MJPE o documentário busca convencer o seu público de que, através do ensino não formal, o acervo do MJPE tem imenso potencial para contribuir na formação política dos jovens.

Deve-se destacar que o documentário é um produto que se afina com a ideia de acessibilidade. Nesse sentido, a nossa pesquisa tem se pautado na ideia de democratização do saber histórico, na remoção de barreiras impostas ao conhecimento. Assim, nosso videodocumentário se apresenta como uma ferramenta dotada de recursos audiovisuais que têm o condão de alcançar um público maior e, assim, honrar um dos ideais do nosso estudo, que é ampliar a divulgação da importância e do papel do Poder Judiciário.

Vale ressaltar que, a acessibilidade tem sido um objetivo norteador em vários espaços de memória e o MJPE não ficou de fora, ao contrário, a instituição busca incessantemente viabilizar o acesso físico ao acervo ao mais amplo número de indivíduos, como, por exemplo, com a criação do

projeto Do concreto ao sensorial²⁹, onde do prédio histórico em que o Memorial se encontra em funcionamento está representado em uma maquete tátil disponibilizada especialmente para visitantes com deficiência visual.

Esse produto será disponibilizado às videotecas das principais instituições de ensino superior do estado de Pernambuco, como UNICAP, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Rural de Pernambuco, Universidade de Pernambuco; MJPE; Escola Judicial de Pernambuco e EREMSS, representando uma devolutiva do meio acadêmico que, como dito, representa um dos objetivos do programa de mestrado profissional da UNICAP.

²⁹ “Quem visita o Memorial da Justiça de Pernambuco, no Recife, agora conta com mais uma importante ferramenta de acessibilidade. Em 6 de setembro, ocorreu a abertura do projeto **"Do Concreto ao Sensorial"**, voltado a facilitar o acesso de pessoas cegas, com baixa visão ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ao patrimônio arquitetônico do museu. O material fica disponível ao público de segunda a sexta-feira, das 13h às 18h, com possibilidade de agendamento em outros horários.

Realizado pelo Memorial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e pela Tangram Cultural com patrocínio do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE), o "Do Concreto ao Sensorial" disponibiliza três maquetes táteis – com descrições em braile – do edifício onde está instalado o museu, na antiga Estação Ferroviária do Brum. Ao serem tocadas, as peças possibilitam às pessoas com deficiência a compreensão da arquitetura do prédio”. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/-/voltado-a-acessibilidade-projeto-do-concreto-ao-sensorial-comeca-a-receber-visitantes>, acesso em 27/06/2022.

7. Considerações Finais

Tendo como base norteadora o potencial pedagógico inerente aos memoriais de justiça, o presente estudo buscou conhecer e entender como se dá a relação entre esses lugares de memória e o público escolar com base em narrativas de profissionais de ambos os espaços educativos envolvidos nesse processo. Para a efetividade e melhor aproveitamento dessa relação museu-escola é fundamental o incremento do diálogo entre essas instituições.

A análise sobre espaços de memória, com base na teoria de Pierre Nora e Mário Chagas, combinada com as ideias de Adriana Mortara Almeida, Luciana Conrado Martins e Luciana Sepúlveda Köptcke sobre a função educativa desses espaços viabilizou a compreensão dos memoriais de justiça como importantes espaços de educação formal. Paralelamente, ficou demonstrado ao longo do estudo que a memória do Poder Judiciário ganhou relevância a partir da Constituição Federal de 1988, no entanto apenas em 2020 houve a sua normatização, havendo poucos trabalhos científicos publicados sobre a matéria. Dessa maneira, a presente pesquisa traz a colaboração com futuros estudos que tenham como foco o uso educativo de memoriais de justiça, contribuindo, também, para preservação da memória histórica do Poder Judiciário.

Os memoriais de justiça são entidades cujas funções não se restringem ao mundo da pesquisa acadêmica, nem a visitas guiadas em prédios históricos pertencentes ao Poder Judiciário. Dentre suas funções, também há a de divulgar o seu acervo documental. Estabelecer esse olhar perante os espaços de memória da justiça é trabalhar a aproximação da atividade judiciária de públicos diversos; é democratizar o patrimônio do Poder Judiciário em sua densidade.

As ações educativas existentes nos museus não constituem uma atividade intuitiva desses espaços, exigem um movimento intencional, ou melhor, de opção institucional, pois dependem de uma escolha da instituição que dentre as atribuições que lhe cabem vai direcionar mais ou menos atenção, recursos e esforços àquela a que pretende se dedicar. O presente estudo se debruçou especificamente no setor educativo do Memorial da Justiça de Pernambuco, através de entrevistas com funcionários desse setor, buscando entender como tem sido explorado esse viés do memorial.

Também foram realizadas entrevistas com professores de ensino médio, as quais evidenciaram que, diante do mundo globalizado e do aumento do uso de mídias digitais, ampliou-

se a demanda por novos formatos educacionais. Os docentes apontaram a importância da utilização de equipamentos museais como ferramentas de educação não formal hábeis a suprir parte da atual demanda por novos saberes. Os dados coletados também nos informaram que o ensino do Poder Judiciário pode ser enriquecido com o contato dos alunos com patrimônio histórico preservado pelo Memorial da Justiça de Pernambuco.

Os professores entrevistados apontaram que não há previsão na grade curricular do estudo do Poder Judiciário, mas que conhecer as atividades desenvolvidas por essa instituição é importante na contextualização de assuntos curriculares como, por exemplo, a origem etnológica da população brasileira e a escravização de povos africanos. A ausência de previsão curricular sobre o ensino do Poder Judiciário também implica a dificuldade de “encaixar” atividades relacionadas fora do ambiente escolar, demandando dos professores um esforço a mais dentre tantos outros a eles impostos, configurando mais uma dificuldade a ser suplantada pelo docente.

Verificamos também que os professores entrevistados nunca participaram de cursos de capacitação sobre educação museal oferecidos por instituições de memória, tampouco pelo Memorial da Justiça de Pernambuco fato que revela não só uma carência nesse setor, mas também a incipiência na interação entre escola e museu.

Conforme estudo realizado, a relação museu-escola tende a ser muito beneficiada quando existe uma parceria entre as duas instituições. A visita da escola ao museu deve ser precedida de um planejamento preciso acerca dos seus objetivos pedagógicos e para isso é importante que o professor detenha prévio conhecimento acerca do acervo do memorial e estabeleça uma troca com a instituição correlacionando as atividades, garantindo, desse modo, que a visita não configure um mero acontecimento isolado na agenda escolar, o chamado “sair por sair”. Por isso acompanho o entendimento de que é muito importante que os professores realizem um planejamento prévio e que o memorial disponibilize para a escola material que sirva de suporte educacional para o docente. Pois, quando profissionais de áreas distintas trabalham em sintonia tendem a aprender um com o outro e a conhecer melhor as diferentes atribuições, o que amplia o seu âmbito de visão e viabiliza o surgimento de novas ideias.

Outro ponto abordado nesta pesquisa foi a falta de infraestrutura para subsidiar a visita ao museu, com, por exemplo, transporte, lanche e equipe de apoio. A carência de recursos financeiros em escolas públicas no Brasil é fato notório que, sem dúvidas, compromete e até mesmo desmotiva os professores na busca de alternativas pedagógicas para enriquecer o repertório de suas

aulas. Muito embora o Memorial da Justiça de Pernambuco disponibilize transporte para os estudantes, esse recurso é limitado a pequenas distâncias e quantidades de alunos, pois se trata de um veículo de médio porte e de uso compartilhado com o Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ressalte-se que o prédio em que se encontra a sede do Memorial da Justiça de Pernambuco possui espaço bem limitado e não se encontra ainda preparado para receber grupos com mais de 35 alunos por vez.

Outro aspecto constatado está relacionado ao quadro de servidores do Memorial da Justiça de Pernambuco, que atualmente se encontra bem restrito, resultando em sobrecarga de trabalho e grandes desafios na distribuição das atribuições em seu quadro de pessoal. Conforme as entrevistas, o quadro de pessoal do Memorial da Justiça de Pernambuco é responsável por todo o trabalho de restauração, preservação e divulgação do acervo documental do Tribunal de Justiça de Pernambuco; além disso, cuida da disponibilização do acervo para os pesquisadores, da realização de exposições solicitadas pelo TJPE, da realização de visitas guiadas ao Palácio da Justiça e ao Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano e da mediação de visitas na sede do Memorial da Justiça de Pernambuco, dentre outras. São múltiplas funções para um quadro muito restrito de servidores, gerando dificuldades que vão desde a ausência de um planejamento educativo mais consistente até a conciliação de agendas dos servidores. Infelizmente essa questão não depende da ação dos servidores, que já possuem o perfil multitarefas, mas de decisões administrativas que fogem ao controle inclusive da gerência do espaço.

Notou-se também que alguns professores, ao abordar a questão da logística, afirmaram que já é difícil organizar o deslocamento dos alunos de escolas situadas nas proximidades de pontos históricos, de modo que organizar esse tipo de dinâmica em escolas localizadas no subúrbio da cidade seria ainda mais complexo. Quando se fala em escolas públicas, é um obstáculo difícil de se transpor e, infelizmente, o Memorial da Justiça de Pernambuco não se encontra suficientemente aparelhado para contribuir nesse aspecto.

Ao mesmo tempo, os professores que apontaram essa dificuldade também contribuíram com uma ideia alternativa: a de levar o Memorial da Justiça de Pernambuco às escolas. Levando em consideração que a essência dos espaços de memória é o seu acervo, por que não levar uma parte dele para as escolas? Entendo que o formato itinerante, amplamente utilizado no mundo (SOARES, 2016), constitui uma boa opção para os problemas acima relacionados, pois permite o alcance de um público maior a um custo muito menor.

Fundamental registrar que a princípio foi planejada a realização de uma visita dos alunos ao Memorial da Justiça de Pernambuco com a intenção de aplicar o que *Allard e Boucher in Martins* chamam de programa educacional propriamente dito, que consiste na observância de três momentos: atividades de preparação, atividades na visita e atividades de retorno. No entanto, essa prática restou inviabilizada por questões completamente alheias ao meu controle. Várias intercorrências geraram adiamentos que culminaram com a escassez de tempo para a conclusão da pesquisa tendo que me valer, inclusive, de pedido de prorrogação de prazo para a conclusão do programa.

Não poderia deixar de mencionar nesse momento final a minha experiência como servidora efetiva do Tribunal de Justiça de Pernambuco há mais de 20 anos. Trabalhar no Judiciário me permite ver quão longe a justiça ainda está da população, quão romantizada e até mesmo tiranizada é a visão que o cidadão comum, também chamado de jurisdicionado, tem da atividade judiciária. Vivemos em uma democracia em construção e para a consolidação desse sistema é crucial o envolvimento da população. Para tanto, é fundamental que a sociedade conheça seus direitos e identifique no Judiciário um meio de garanti-los. Assim, a valorização e a divulgação da memória institucional do Poder Judiciário podem contribuir para ampliação da construção desse entendimento, sendo o Memorial da Justiça de Pernambuco um equipamento com enorme potencial educacional para suprir essas lacunas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única** 1. ed. - eBook. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMIL CURY, C. Sentidos da educação na Constituição Federal de 1988. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2013. DOI: 10.21573/vol29n22013.43518. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43518>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ANDRADE, Ionara Fonseca da Silva; RÊGO, Patrícia de Amorim; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes. **A linguagem Jurídica e a necessidade de sua simplificação para o acesso à justiça e cidadania**. Revista Cidadania e Acesso à Justiça. v. 7 n.2 p. 91-106, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/melc_/Downloads/8372-24037-1-PB.pdf. Acesso em 19/05/2023.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ALMEIDA, Adriana. Mortara. Desafios da relação museu-escola. **Comunicação & Educação**, n. 10, p. 50-56, 1997. . Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36322>. Acesso em: 20/08/2022.

ALMEIDA, Adriana. Mortara. Desafios da relação museu-escola. **Comunicação & Educação**, n. 10, p. 50-56, 1997. . Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36322>. Acesso em: 20/08/2022.

BARROS, José D'Assunção. **O humanismo e suas origens pré-renascentistas**. Historiæ, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 250-260, 2021

BORIN, Marta Rosa; ROMERO, Maria Helema N. MEMORIAL DO MANECO: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL. **Revista do CEPA**, v. 37, n. 49, 4 out. 2018.

BORTOLOTTI, Karen Fernanda. **História da educação**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. Resolução CNJ 324/2020: gestão documental e da memória do Judiciário. **Consultor Jurídico**, p. 1–9, julho, 2020a. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-14/carlos-bottcher-resolucao-cnj-3242020>. Acesso em 15/08/2022.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre; SLIWKA, Ingrid Schroder. GESTÃO DOCUMENTAL E DA MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO: o programa do Conselho Nacional de Justiça. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, v. 4, n. 2, p. 15–46, ago. 2020b.

BOTO, Carlota. **O Humanismo, o livro e a escola: vínculo clássico para o mundo contemporâneo**. International Studies on Law and Education. Universidade do Porto, 1992. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle11/19-30carlota.pdf>. Acesso em 01/08/2022.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: Entre o iluminismo e a revolução francesa**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

BOTO, Carlota. **A liturgia escolar na idade moderna** 1. ed. - eBook. Campinas, Papyrus, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. [s.l.] Brasiliense, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf . Acesso em 15/04/2022.

CABRERA, Miguel Ángel. **Historia, lenguaje y teoría de la sociedad**. Madrid. Ediciones Cátedra, 2001.

CANTOS, Priscila Kelly. A educação na Companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuítas. Orientador: Profº. Drº.: Célio Juvenal Costa, 2009. TCC (Pós-Graduação) Curso de Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2009/2009_priscila_cantos.pdf. Acesso em 16/08/2022.

CASTANHO, Sérgio Eduardo. **Memória, História e Educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, p. 154-164, 2016.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2012

CHAGAS, Mario Chagas. **Memória e Poder: Dois Movimentos**. Cadernos de Sociomuseologia, v.19, n.19, 11. 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>. Acesso em 27/05/2021.

CHAVES, Luciano Athayde. O Poder Judiciário Brasileiro na Colônia e no Império: (Des)centralização, Independência e Autonomia. **Revista AJURES**, v. 44, n. 144, p. 279–313, 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. O Poder Judiciário no Brasil. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, v. 2, n. 1, p. 114–143, 2016.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez editora, 2017.

DIAS, Andréa Castro. A Preservação da Memória Institucional no Âmbito do Poder Judiciário Federal. **Revista Autos & Baixas**, v. 1, n. 2, 2013.

DONATO, Verônica Chaves Carneiro. **O Poder Judiciário no Brasil: Estrutura, Críticas e Controle**. Mestrado—Fortaleza: UNIVERSIDADE DE FORTALEZA, 2006.

DUARTE, ROSÁLIA. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, v. 24, p. 213–225, Curitiba: Editora UFPR, 2004.

DUTRA, Soraia Freitas. **A educação na fronteira entre museus e escolas: um estudo sobre as visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto** Universidade Federal de Minas Gerais, 1 fev. 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/CPSA-92VHW9>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FENELON, Déa. **Políticas Culturais e Patrimônio Histórico**. 2. Em: CICLO DE DEBATES SOBRE CULTURA E MEMÓRIA PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA HOJE. Brasília: ENAP, 1993.

FIGUEIRÔA, Ana Paula Rodrigues. **O Instituto de educação de Pernambuco em sua primeira década: (1946-1955): em cena, as práticas das atividades físicas nas memórias das Normalistas** Recife. UFPE, 2012, disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12830>. Acesso em 03/05/2023.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. PODER JUDICIÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. Judicialização da política e politização da justiça. **Revista de Direito Administrativo**, v. 198, p. 1–17, 1994.

FLORÊNCIO, SÔNIA RAMPIM et al. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. [s.l.] IPHAN, 2014.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Sion: Institut International des Droits de 1^o Enfant**, p. 1-11, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1, 2006, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn> . Acesso em: 16/04/2022.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal no campo das artes**. São Paulo: Cortez, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. *Investigar em Educação*, II ^a Série, Número 1, 2014. Disponível em https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58758928/Saberes_e_Processos_Participativos_41_57-libre.pdf?1554105807=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEducacao_Nao_Formal_Aprendizagens_e_Sabe.pdf&Expires=1684932074&Signature=Aj9MW7Kzb4xCScoCD4D31mBkR1wY5WFFtKjLZGvTzb1Cog5YzvmuMD-

W230DUCwALpfy6oiBGUKQ4ada5UqPsPtjCbJwTcxwfJA7g6BWvX80sriA3YNxIVXEfyBwEvf9dI3hO
vVdBq302oIJSTfyORrIOO5tO1Y4-
zJQvOW6IN1XLrrSzwydEBEDA3OYWeicBVegRu~NcGvckDOoclCr4plmFVwU2hSsBaBQTFybk~PJW
WXrUOE2r9LQnYG2IbgiT9P-
G~ymqND8TONebx38Vjacg0IOuL47qn6GTSNoNx4qCU88SIEPvyKAwxHQimXnWeuyVljowigF63Dh
Dtw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 24/05/2023.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JOÃO, Maria Isabel. **Memória, história e educação.** "NW noroeste [Em linha]: revista de história". Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/8343>. Acesso em 13/04/2022.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. **Revisitando a parceria museu-escola: currículo e formação profissional. Museologia e Patrimônio.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, vol. 7, n. 2. Rio de Janeiro, UNIRIO / Mast, 2014.

LE GOFF, Jacques Le Goff. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LÜBBE, A. J.; MOTTA, D. A. DA; AGLIARDI, M. O. **Preservação da Memória da Justiça do Trabalho: Dificuldades, Avanços e Perspectivas.** Revista TST, v. 87, n. 1, mar. 2021.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação histórica : recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

MARTINS, Luciana Conrado, CASTRO, Fernanda, ALMEIDA, Adriana Mortara. **A Política Nacional de Educação Museal em um contexto pós pandêmico.** Cadernos do CEOM. V.34, n. 54, p.43-54. Chapecó: 2021. Disponível em: <https://pesquisa.tainacan.org/wp-content/uploads/tainacan-items/4329/24931/5960-Texto-do-Artigo-25049-1-10-20210614-1-1.pdf>. Acesso em 20/08/2022.

MATHIAS, Carlos Fernando. **Notas para uma História do Judiciário no Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário.** Campinas: Papyrus, 2005.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares.** Proj. História, 10. São Paulo. 1993. Disponível em: file:///C:/Users/melc_/Downloads/12101-Texto%20do%20artigo-29004-1-10-20121015-1.PDF. Acesso em: 10/10/2022.

ORÍ, Ricardo. **Memória e Ensino de História**. Circe Bittencourt (org). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2021.

PERES, Tirsia Regazzini. Educação brasileira no Império. **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caderno de formação: formação de professores–Educação, Cultura e Desenvolvimento**, v. 1, p. 48-70, 2005. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2013/04/EDUCA%C3%87%C3%83O-NO-BRASIL-IMP%C3%89RIO.pdf>. Acesso em 26/08/2023.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Memorial da Justiça de Pernambuco. **Informações sobre o acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco**. Disponível em <https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/acervo>. Acesso em 24/03/2023.

QUADROS, Claudemir. **História da Educação Brasileira**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18304/Curso_Lic-Pedag_Historia-Educacao-Brasileira.pdf?sequence=1. Acesso em 27/02/2023.

RIBEIRO, P. R. M.. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Ribeirão Preto: Paidéia, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjn-LDdfDb/?lang=pt#>. Acesso em 28/02/2023.

RIBEIRO, P. R. M.. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 4, p. 15–30, fev. 1993.

SANDER, Roberto **O museu na perspectiva da educação não-formal e as tendências políticas para o campo da museologia** / Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2006, Roberto Sander, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, EPSJV, p. 289-320, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425–438, 2002.

SUSSEKIND, Arnaldo. História e perspectivas da Justiça do Trabalho. **Revista TST**, v. 67, n. 4, p. 15, 2001.

THOMPSON, Analucia, SOUZA, Igor Alexander Nascimento de. **A educação patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural**. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15023>. Acesso em 19/04/2022.

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática**. IN: TOLENTINO, Átila e BRAGA, Emanuel (orgs.). Caderno Temático 5. João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

VAINSENER, Semira Adler. Instituto de Educação de Pernambuco (IEP). *In: PESQUISA Escolar*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/instituto-de-educacao-de-pernambuco-iep/>. Acesso em: 03/05/2023.

VERCELLI, Ligia (org). **Educação não formal: campos de atuação (Pedagogia de A a Z; vol.11)** 1. ed. - eBook. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

ZUCCHERATO, Gustavo Henrique. **Memorial de projeto experimental: vídeo-documentário - (Re) construindo Pinhal: um documentário sobre a história de Espírito Santo do Pinhal/SP**. 2015. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Comunicação Social-Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/155140>>.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ANAMÉLIA DE CARVALHO

Roteiro da Entrevista 01

Nº da entrevista:

Data:

Dados de identificação

Nome da/o professora/or:

Escola:

Gênero:

Formação:

Instituição que se formou:

Disciplinas que leciona:

Qual o nível escolar que leciona:

Tempo de atuação no magistério:

Tempo de atuação nesta escola:

1ª Seção

A educação em espaços não formais

- 1) Qual a sua opinião sobre o ensino formal na formação de jovens? Acredita que ele sozinho é suficiente?
- 2) Como vê e a qual a sua relação com atividades educacionais que são desenvolvidas fora do ambiente formal de ensino?
- 3) De que forma o seu planejamento contempla a realização de atividades que são realizadas fora do ambiente formal do ensino?
 - ➔ Se positiva a resposta, quais espaços foram utilizados para essa atividade? Qual o tipo de apoio que recebeu para isso?
 - ➔ Se negativa a resposta, por qual motivo não foi possível esse tipo de planejamento e a sua execução?

História, Memória e Identidade

- 4) Qual a sua percepção sobre a memória e a influência que ela exerce na construção da identidade dos jovens?
- 5) Você percebe o interesse das/os suas/eus alunas/os ou dos jovens de uma maneira geral em conhecer e saber mais sobre fatos históricos?

Ensino do poder judiciário

- 6) De alguma maneira, a sua disciplina contempla conteúdo/discussão sobre o poder judiciário?
- 7) Ao seu olhar, de que maneira as atividades desenvolvidas pelo judiciário podem ser divulgadas?
- 8) Na sua opinião, de que maneira as/os alunas/os, as/os jovens, de maneira geral, veem a justiça brasileira?

Educação Patrimonial e os espaços de memória

- 9) Durante a sua vivência pedagógica, já participou ou teve contato com a discussão sobre o papel educativo dos museus? (Por exemplo, curso, evento, capacitação)
- 10) Em relação a sua experiência com visitas mediadas em museus e centros culturais, como foi esse momento?
- 11) Agora, sobre a sua experiência e de suas/es alunas/os, já realizou esse tipo de atividade (visita a museus e centros culturais). Poderia me dizer como foi?
- 12) Ainda, sobre o aspecto da discussão anterior, em sua opinião, as/os jovens demonstram interesse nesse tipo de atividade?

Memorial da Justiça de Pernambuco e a relação com o seu público

- 13) Você desenvolve alguma relação com o Memorial da Justiça de Pernambuco?
- a) Destacar se já realizou alguma visita, participou de alguma atividade organizada por essa instituição, tem conhecimento sobre as atividades pedagógicas que são desenvolvidas nesse espaço?
- b) Sobre a divulgação do Memorial, quais as informações que conhece sobre esse espaço, como teve acesso? (amigos, através de sua *homepage*?)
- c) Qual o tipo de contribuição que uma visita ao Memorial traz para a sua disciplina?

Sobre o Memorial da Justiça de Pernambuco

- 14) Na sua opinião a visita ao Memorial da Justiça pode contribuir no ensino de sua disciplina? Como?

2ª Seção

Visitando o Memorial da Justiça de Pernambuco

Nº da entrevista:

Nome da/o professora/or:

Data:

- 15) Você visitou este espaço antes de realizar a atividade mediada?
 Sim
 Não
- 16) A sua turma já havia visitado alguma instituição cultural antes desta visita?
 Sim Qual? _____
 Não
- 17) Foi feita alguma preparação para os alunos?
 Sim Qual? _____
 Não
- 18) Foi utilizado algum material pedagógico antes da visita?
 Sim Qual? _____
 Não
- 19) Quais os seus objetivos ao realizar esta visita?

3ª Seção
Sobre a visita ao Memorial da Justiça de Pernambuco

Nº da entrevista:

Nome da/o professora/or:

Data:

- 20) Conte-me como foi a sua experiência ao realizar a visita ao Memorial da Justiça de Pernambuco.
- 21) Em relação ao preparo pedagógico da instituição, poderia destacar alguns aspectos:
- Acompanhamento das/os visitantes pela equipe do museu
 - Utilização e disponibilização de material pedagógico
 - A metodologia e forma abordadas para explicar o conteúdo
- 22) Em sua opinião, houve interesse das/os alunos? Se não, o que faltou para que isso ocorresse?
- 23) Por favor, diga-me sobre as suas expectativas depois da realização da visita ao museu

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista 02

Nome da/o professora/or:
Escola:
Gênero:
Formação:
Instituição que se formou:
Disciplinas que leciona:
Qual o nível escolar que leciona:
Tempo de atuação no magistério:
Tempo de atuação nesta escola:

➤ **EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS**

A.1 Qual a sua opinião sobre o ensino formal na formação de jovens? Acredita que ele sozinho é suficiente?

A.2 Qual a sua visão com relação às atividades educacionais que são desenvolvidas fora do ambiente formal de ensino?

A.3 Dentro do seu planejamento de aulas há previsão de realização de atividades fora do ambiente formal de ensino?

Se positiva, de que forma estas atividades são contempladas?

Se negativa a resposta, por qual motivo não foi possível esse tipo de planejamento e a sua execução?

Se positiva a resposta, quais espaços foram utilizados para essa atividade? Qual o tipo de apoio que recebeu para isso?

➤ **HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE**

B.1 Qual a sua percepção sobre a memória e a influência que ela exerce na construção da identidade dos jovens?

B.2 Você percebe o interesse das/os suas/eus alunas/os ou dos jovens de uma maneira geral em conhecer e saber mais sobre fatos históricos?

➤ **ENSINO DO PODER JUDICIÁRIO**

C.1 De alguma maneira, a sua disciplina contempla conteúdo/discussão sobre o poder judiciário?

C.2 Ao seu olhar, de que maneira as atividades desenvolvidas pelo judiciário podem ser divulgadas?

C.3 Na sua opinião, de que maneira as/os alunas/os, as/os jovens, de maneira geral, veem a justiça brasileira?

➤ **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ESPAÇOS DE MEMÓRIA**

D.1 Durante a sua vivência pedagógica, já participou ou teve contato com a discussão sobre o papel educativo dos museus? (Por exemplo, curso, evento, capacitação)

D.2 Em relação a sua experiência com visitas mediadas em museus e centros culturais, como foi esse momento?

D.3 Agora, sobre a sua experiência e de suas/es alunas/os, já realizou esse tipo de atividade (visita a museus e centros culturais). Poderia me dizer como foi?

D.4 Ainda, sobre o aspecto da discussão anterior, em sua opinião, as/os jovens demonstram interesse nesse tipo de atividade?

➤ **SOBRE O MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E SUA RELAÇÃO COM**

O SEU PÚBLICO

E.1 Você conhece o Memorial da Justiça de Pernambuco?

SIM

d) Você já realizou alguma visita, participou de alguma atividade organizada por essa instituição?

e) Você tem conhecimento sobre as atividades pedagógicas que são desenvolvidas nesse espaço?

f) Sobre a divulgação do Memorial, quais as informações que conhece sobre esse espaço, como teve acesso? (amigos, através de sua *homepage*?)

E.2 Qual o tipo de contribuição que uma visita ao Memorial poderia trazer para a sua disciplina?

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS**TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NO MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO****M01 – Servidor responsável pelo setor educativo do MJPE**

Pesquisadora: Vamos lá? Fábio, qual é a sua formação, sua formação do modo geral e especificamente na área de educação?

M01: A minha formação, eu sou formado em letras, fui professor durante cinco anos, sou formado também direito, sou formado em museologia, todos pela Universidade Federal, e Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e hoje tenho algumas especializações em direito público, direito penal, direito processual e também direito cidadania e hoje eu faço mestrado em antropologia.

Pesquisadora: Quais são as suas funções nesta instituição?

M01: Nessa instituição, as minhas funções aqui, eu vim para o memorial mais para ocupar a função de museu de museólogo, é uma função que não tem o cargo, não foi criado o cargo de museólogo, Mônica pediu para ocupar essa função devido a minha formação de museólogo de carteira e utilizar minha experiência que eu tive na minha formação, me faltava a prática, tinha teoria mas me faltava prática eu vim para cá, [frase confusa]. Eu trabalhei na prática durante 18 anos no tribunal e adoeci e no adoecimento eu fui na atividade [e-mail], eu fui para atividade [e-mail], eu fiquei resistindo em vir para o Memorial. Pensei que não me adaptaria ao Memorial, mas depois de um tempo, de Mônica tanto pedir, eu disse eu vou. Então Mônica me recebeu muito bem, foi também no momento da pandemia, momento que eu estava fazendo um mestrado. Então ela me incentivou bem muito a eu vir para cá, eu quis vir, foi também uma solicitação dela do CNJ, Conselho Nacional de Justiça, pedindo que todos os espaços de memória do tribunal de justiça, memoriais ou salas, eles tenham um museólogo, um museólogo de formação, mesmo, ai infelizmente, nos só temos como museólogos dois tribunais, Tribunal do Amapá e Tribunal de Sergipe, tem concurso e cargo, então como eu

sou auxiliar judiciário eu vim para cá e assumi, ai Mônica teve como justificar, ainda que não houvesse o cargo, mas havia o museólogo aqui fazendo a ação, tendo cuidado, zelo com a atividade museal dentro do Memorial.

Pesquisadora Quais são as responsabilidades do setor educativo do Memorial de Justiça?

M01: O Memorial de Justiça, o setor educativo ele cuida verdadeiramente, nós temos três espaços de comunicação, né?! São três espaços de comunicação. São espaços que, por exemplo, que o próprio Memorial essa parte expositiva que nós estamos aqui. Essa parte que cuida da gente fazer uma exposição, como a exposição uma questão de justiça e temos também, hoje o Palácio da Justiça que era espaço que nós não tínhamos como função, com a nova lei que modifica a função do Memorial, o memorial passa ser responsável por todos os espaços que cuidem da memória, da memória histórica cultural, cultural do tribunal então a gente começou a fazer a parte da mediação do Palácio da Justiça que é um prédio tombado, né, a nível estadual então a gente assumiu. Quem fazia antes era o cerimonial e também nós estamos fazendo atividade, vamos dizer assim educativa e administrativa dentro do fórum do Recife, nós estamos trabalhando com as universidades de direito em fazer uma visita a eles mais direcionados a um campo administrativo [INAUDÍVEL] de distribuição, onde são as unidades, o que é que as unidades cartorárias fazem, o que é que o fórum tem, é mais direcionado, então nós temos três espaços que trabalhamos a mediação sabendo que tanto aqui o Memorial, como a parte do Palácio a gente recebe não só escolas e estudantes de direito, mas recebemos também turistas e qualquer pessoa interessada, agora as visitas são no palácio e no fórum elas são agendadas, aqui não é aberto ao público.

Pesquisadora Qual é a formação e as respectivas funções, das atribuições do setor educativo, as pessoas que existem dentro do setor educativo, qual a formação dos servidores, dos estagiários que compõem o educativo do Memorial?

M01: Olha é uma área de educação é uma área multidisciplinar, é uma área multidisciplinar então no momento a gente só tem de funcionário mesmo, eu, eu tenho transformação em letras, na educação porque eu fui professor em letras também e hoje em museologia, né? Eu ocupo essa função e temos também hoje no momento, até ontem nós tínhamos cinco estagiários, né? Hoje só quatro, nós temos dois estagiários do quadro que são remunerados pelo tribunal é um estagiário em muse-

ologia pela Universidade Federal uma estagiária de pedagogia pela Universidade Rural que são pagos, e temos dois estagiários voluntários que são de história da Unicap e um estagiário de museologia também da UFPE, então a gente tem quatro estagiários, então eu sou eu que coordeno essa equipe desses quatro estagiários e as funções são multidisciplinar, dentro das atribuições agente cuida da mediação desses espaços, mas a mediação não é uma coisa assim tão fácil não porque a gente tem todo uma parte burocrática de agendamentos, ligações de agendar de marcação para depois também de avaliação de contagem contabilidade que a gente faz do quantitativo das pessoas e do espaço. Mas a gente tá uma demanda também, como a gente do Memorial nunca a gente faz uma única coisa só a gente nesse momento nós educativo estamos responsáveis pela exposição do Rodolfo Aureliano, para uma exposição que há dentro do Fórum do Recife que nós vamos lançar o novo espaço, e esse novo espaço vai ser um Fórum Cultural, que faz parte do Memorial da Justiça, Pernambuco então aí vamos começar com a exposição de Rodolfo Aureliano, nós estamos assim criando essa exposição, os estagiários, eles são praticamente totalmente envolvidos até muitos estagiários dois, duas apesar de ser estagiária, mas já tem formação em arquitetura em relação à programação com todo planejamento todo planejamento, dele todinho vendo design, logo, formação medindo o espaço, escolhendo peça, então a gente na realidade, a gente tem nesse momento no setor de educativo além da função da educativa, a gente acumula a função museológica, museal, expositiva do Tribunal.

Pesquisadora: Existe uma relação do setor educativo do memorial com outros setores aqui do museu?

M01: Existe sim, o Memorial ele é uno. O Memorial assim, internamente ele é dividido assim na parte mais ou menos administrativa, na parte de pesquisa, uma administrativa restrita a uma funcionária, Mônica, é a gerente Mônica Pádua e nós temos três grandes partes que a parte da conservação, que a gente trata do educativo e a parte da pesquisa por que o grande chave do Memorial foi o acervo que a gente tem de processos históricos, que pega todos os processos históricos que são grandes, são muitos, até alguns do final do século XVIII, século XIX, do século XIX tem uma grande quantidade. Então a gente pega isso recolhe, muitos estão aqui, muitos processos estão aqui, outros estão no arquivo geral outro de são distribuídos entre a Universidade Federal, e também ainda para a gente recolher nas comarcas, muito tem para se recolher. Então essa é a parte

que recolha e também da conservação quando ele chega ele é feito todo tratamento dele, no processo de seleção de limpeza e até às vezes o restauro de cuidado, do processo. Então dentro dessa parte de conservação e tem uma parte de pesquisa em que a gente atende os pesquisadores que são muitos até alguns internacionais que vem pesquisar por que o acervo da gente é muito grande, é muito grande, e a gente tá no processo de digitalização, o Memorial tem muitas funções, tem muitas funções dentro da parte da a pesquisa, além de receber, ela também tem uma parte junto com a conservação da digitalização, a gente tem mais de 500 processos digitalizados, que nós temos que ele vem pesquisadores no Brasil todo para pesquisar a história do, não só a história direito, mas a história mesmo a partir do documento histórico ver como é que se dava as relações sociais as relações através das, dos depoimentos, através das próprias ações, como é que se julgava, então a gente tem isso. Isso foi uma grande chave de formação que a gente tem dentro do Memorial, que é a pesquisa, da pesquisa e da conservação e tem a parte que é a da educação que a parte que eu cuido, que a parte que trabalha com as mediações desses espaços que nasceram primeiramente a partir dessas obras, desses documentos, por exemplo hoje, a gente tem essa exposição aqui que ela é feita a partir de documentos da própria do próprio cerimonial, nessas exposição de Justiça, ela está dividida em três partes, né, gente a gente tirou um [lote/ mote/ monte] e tentou inovar para não ficar o Memorial de Justiça, apenas restrito a uma memória dos magistrados apenas com togas com documentos e togas assim, mas tentar ver a justiça do ponto de vista do povo mesmo uma museologia também uma história social a partir do povo. Então dentro desse processo a partir de 2009, houve a formação de dessa exposição que tem que tirar a partir dos processos de três grandes temas que são o tema da capoeira o tema do Cangaço e o tema das ações de liberdade, então tiraram desses processos esses três temas e fizeram para gente inovar procurar, uma que é por isso que o nome do título é uma questão de Justiça, né? Que justiça é essa que a gente não centrar apenas na historiografia dos memoriais só restrito a roupa, a toga, dos documentos dos magistrados, mas também o povo né? Então eu acho que isso advém da própria formação da casa, de ser uma casa de pesquisa, de acervo de pesquisa para os historiadores, para os historiadores no direito, para o pessoal de ciências humanas e sociais. Então esse processo do Memorial ter nascido como um acervo é muito importante para enriquece da formação da exposição. Como também deles, eles trazem uma contribuição que eu acho importante, rejuvenesce a gente.

Pesquisadora: Qual é a missão do memorial, uma visão geral da missão do Memorial?

M01: Memorial da Justiça tem como missão, a gente tem até isso como legislação, é guardar a memória do tribunal, no central de todos os memoriais de Justiça, guarda a memória da Justiça. E no caso da agência Justiça de Pernambuco em geral mesmo, né, mas eu acho que o que passa aqui no memorial é a gente esclarece aqui como se dá a Justiça de Pernambuco, né, mas a justiça em que como se deu a justiça. Como se dá a partir dos próprios processos que a gente vai mergulhar e vai ver a pesquisa nos processos de pesquisa na própria história da vida social das pessoas. Então aí a gente tem muitas das práticas como a gente estuda a escravidão ou escravização que é o nome hoje correto dos escravos, a partir do Cangaço. Então a gente vai partir dos documentos, como é que se retrata não só a partir do como a gente tem dentro dos processos do discurso do Magistrado, o magistrado sempre refaz a fala daquele que ele tá vendo lá no intervindo, o interlocutor né? Mas assim a gente tem a própria fala do próprio do próprio entrevistado próprio interlocutor, daquele que procura, aciona Justiça dentro dos depoimentos, eu acho que é muito rico isso dentro do que a gente vê, dentro de quando a gente vai com a justiça [INAUDÍVEL], de família a gente encontra muita coisa interessante.

Pesquisadora: E a missão educativa?

M01: A missão educativa da gente, do Memorial de Justiça de Pernambuco, é a gente se preocupar com cuidado de passar de repassar para quem visita a gente a questão da justiça, não uma questão, uma questão de justiça e do ponto de vista geral e social, não são aquelas justiça dos dados que a gente colhe dentro dos próprios dos próprios tribunais de justiça, quanto tanto julgados positivos e negativos e estantes habeas corpus, mas sim da Justiça no sentido geral no sentido mais assim evolutivo, no sentido de Hannah Arendt e Norberto Bobbio, no sentido mais evolutivos de construção de direitos, eu acho que a gente procura fez dentro da Justiça da gente quando a aponta nas ações de liberdade que os escravos muitas vezes, eles acionaram a partir de outras pessoas os possíveis direitos que eles já tinham de ter direito a sua a sua alforria a parte de detectar que o seu dono não mas não matriculou que ele era escravizado fora de uma época, então eu acho a partir desses documentos que a gente tem a gente vê acesso da justiça e também de esclarecer de educar as pessoas, por exemplo a partir dos documentos da Justiça da gente que muitas coisas que se tem hoje como o Cangaço como por exemplo até as próprias ações de liberdade não é esse processo

uno por exemplo. A gente tem se tem processo aqui que o escravo ele é meio liberto, ele é fruto de um, ele é fruto de um inventário, né, de processo de sucessão em que os novos donos na justiça, a liberdade dele, outro não, então ele 15 dias trabalha para o dono, e 15 dias ele é livre. Então eu acho que o processo da gente é de desmitificar muita coisa como por exemplo Cangaço, por exemplo muitas coisas do Cangaço a partir dos documentos da gente esclarecer muitas coisas dentro, por exemplo da capoeira. Então, eu acho que o processo da gente educativa, é de esclarecer muito dos fenômenos que ainda são cristalizados, ainda como forma as zonas dentro da história, dentro do conhecimento das pessoas a gente vê que a partir dos documentos da reflexão que não são coisas apenas unas, a gente tem escravos e escravas que tem escravos que tem uma parte da escravidão os escravos tentam comprar sua alforria, então a gente vê a partir dos documentos e processos têm diferentes, que eu acho importante falar para os alunos do 2º grau, para outros alunos também, que o processo por dentro no caso exemplo da escravização, não foi o um como a gente vê nas novelas da Rede Globo, a gente tem um processo, às vezes o escravo é subordinado, ele procura sua justiça [INAUDÍVEL] de esclarecimento de abertura para esses fenômenos.

Pesquisadora: Qual é o público alvo do programa?

M01: O educativo, o público alvo da gente, assim, o alvo mesmo são as escolas, as escolas de 1º e 2º grau que nos procuram e as universidades e faculdades no sentido gerais, né? Mas é bem fato que a procura muito grande da faculdade de direito e a faculdade de história, eu acho porque a gente tem o acervo né, o acervo histórico, aqui a gente tem um acervo históricos de processos e da faculdade de direito porque eles querem esclarecer, talvez conhecer mais um pouco da história, da história do direito. Eles vêm ver como é, como é que a gente cuida, como é que a gente recebe esses autos principalmente hoje os autos foram deixando de ser autos físicos, hoje são autos apenas eletrônicos, virtuais. Temos também uma grande procura da gente, mas também temos a procurar em segundo plano de muitos turistas, e nos agendamos turistas, as vezes escolas que a gente manda buscar às vezes alunos e turmas.

Pesquisadora: Existem atividades voltadas especialmente para a formação do professor?

M01: Voltadas nesse momento eu acho que não, depois da pandemia, a pandemia desestruturou as atividades de muitas empresas e de muitas instituições, antes a gente havia um contato em que o professor ele vinha aqui, aqui nós temos uma pedagoga que fazia a função que eu faço hoje, e

havia o contato, em que ele vinha aqui e conversar com a gente fazer a visita e dizer o que é que ele poderia utilizar. Hoje a gente tá tentando implementar isso apesar do grande acervo de atividades que a gente tem...

M02 – Servidor lotado no MJPE

Pesquisadora: Ivan, como foi concebida a exposição?

M02: Essa exposição é uma exposição temporária, antes dela, nós temos uma função chamada O Tribunal da Relação, que o tribunal que deu a origem ao que hoje chama-se o Tribunal de Justiça, né? Era onde era chegado os recursos de alguns estados vizinhos e de Pernambuco também chegava aqui, o primeiro tribunal, o que deu origem ao que hoje é o Tribunal de Justiça, onde todas as cidades do interior chegavam recursos. Após essa exposição que passou longo período, nós pensamos em fazer outra exposição aqui, e essa exposição, ela partiu justamente dos assuntos que são recorrentes nas ações judiciais que chegam de todos os municípios de Pernambuco as chamadas Comarcas, né? É de Serra Talhada, Agrestina, de Garanhuns, então esses processos, essas ações judiciais, que são frutos dessas querelas da sociedade e a partir de desses assuntos nos concebemos essas exposições que fala sobre o Cangaço que era um banditismo social né, aqui no sertão de Pernambuco e em outros estados, mas aqui a gente trata justamente de Pernambuco né, do tribunal e justiça, a gente tem várias ações relacionadas aos crimes do banditismo social, a gente também aborda nessa exposição as ações de liberdade, onde os escravizados eles recorriam a justiça, né para poder ter a liberdade e também do tipo penal capoeiragem que existiu, que era escrito no código penal, que hoje não existe mais esse crime, mas que por muito tempo, né a vadiagem e à capoeiragem, ele foi fruto de criminalização. E aí a gente como a gente, como tem várias ações, aí a gente concebemos essa exposição através de servidores, de estudantes de professores, de professores universitários. Essa exposição é uma exposição temporária, que permanece aqui, a gente convida até a população a visitar essa exposição, né? A gente é recorrente, a gente recebe universidades e escolas de primeiro e segundo grau, a gente recebe aqui para fazer visita nas terças e nas quintas. Fabio que é o responsável pelo setor do educativo, é com o pessoal dele que marca e a gente recebe o pessoal de história, de arquivologia, de museologia, de direito, a gente recebeu alunos de biologia já, nessa missão de que o memorial tem não é, de se aproximar sociedade do poder judiciário.

Pesquisadora: Como foi o processo de montagem dessa exposição, eu acho que a gente já falou, que existia uma exposição anterior, né?

M02: A gente recebeu muita ajuda e a participação dos estagiários que nesse período nós temos uma quantidade muito boa de estagiários, porque para conceber uma exposição dessa a gente precisa de estudos, os processos eles são justamente de uma época anterior ao que a gente tá falando hoje, a gente tem processo aqui de 1740, né? Eles eram produzidos no manuscrito e as letras com algumas dificuldades para leitura, né? Exigindo assim algum exercício e a ajuda de paleógrafo, dessa ciência e de outras mais como a arquivologia e a gente precisa disso tratar o documento, para poder ler, estabilizar, a gente tem que ter todo esse tempo, fora a parte que estrutural da própria exposição que é de mostrar, de como mostrar, de que jeito mostrar, aí tudo isso exige demanda pessoal e financeira para isso. Mas a gente teve, nesse tempo a gente tinha muitos estagiários e servidores e até pessoal das universidades que gratuitamente fizeram isso para a gente.

Pesquisadora: Como uma missão educativa do Memorial de Justiça se reflete nessa exposição?

M02: A missão justamente é essa, você trazer esse aspectos para os dias de hoje, fazendo isso que a gente chama história, né? A gente falando das permanências que existe até hoje. Fazendo uma releitura dos casos que havia né? Por exemplo, quando a gente fala da questão da escravidão em Pernambuco através das ações judiciais da sua liberdade, a gente traz para discussões assuntos como cotas raciais, né? Como o racismo e a gente traz tudo isso para esse debate que a gente faz com as escolas, faz a população que chega aqui e a gente termina, qual o papel da justiça? O que é fazer justiça? Qual o papel do judiciário nesses assuntos nessas discussões?

Pesquisadora: Pronto M02, era só isso mesmo!

M02: Tá jóia!

M03 – Estagiário do MJPE

Pesquisadora: M03, qual é a sua formação geral, e educação, se houve alguma formação sem ser em educação, que formação é essa?

M03: Bom, sou arquiteta, a minha primeira graduação, né? Foi arquitetura e eu sempre gostei muito da área de educação então depois que eu terminei o curso eu iniciei um mestrado, mas não concluí, e me descobri professora fazendo um curso no magistério. E aí eu terminei o magistério e ingressei em pedagogia e agora eu estou no final do curso de formação de pedagogia.

Pesquisadora: Aí a sua função aqui no Memorial, você é estagiária de...?

M03: Aqui eu sou estagiária de pedagogia e atuo dentro do setor educativo, mas junto com Fábio o que é o museólogo.

Pesquisadora: Desde quando?

M03: Desde janeiro do ano passado, faz um ano.

Pesquisadora: Quais são as responsabilidades do setor educativo do Memorial?

M03: O setor educativo ele tem uma diversidade de funções muito grande, mesmo porque ele não é um setor institucionalizado ainda, então ele atende as mediações faz a parte de receber as visitas de agendamentos também, a gente tá fazendo planejamento da exposição, a gente faz catalogação de acervo. Faz de tudo um pouquinho.

Pesquisadora: Qual é a formação e as respectivas atribuições desses setores? Ele é composto por quem, quais são as funções de cada pessoa, existe essa divisão dentro do grupo que compõem o setor educativo, existe uma subdivisão?

M03: Não existe uma subdivisão muito rigorosa, a gente trabalha muito unido e de um jeito muito dinâmico em que todo mundo faz um pouco, mais Fábio enquanto é o único servidor, da equipe formada por Fábio e mais cinco estagiários, então ele assume funções mais de gerenciamento e também questões burocráticas dentro do Memorial, a gente tem uma série de funções de coisas que a gente tem que fazer, seguindo o regime do TJPE, então ele fica responsável por ele foi essa comunicação pela articulação com outros setores da comunicação junto a Mônica que a gerente, com a comunicação de [INAUDÍVEL] que são outros órgãos que dão suporte a as nossas atividades.

Pesquisadora: Existe uma relação com o setor educativo do Memorial com outros setores do Museu?

M03: Sim, existe uma articulação, entre as mídias, tem o grupo do Instagram, que tem a página do Memorial TJPE, que está investindo bastante nisso porque é um jeito de atrair o público e aproximar também o público do museu, conhecer né? Inclusive agendamento agora está fazendo através do link trilha do Instagram agendamento para as visitas no palácio. Por exemplo então o Instagram, a equipe né que trabalha com Instagram trabalha também junto com nossa equipe de educativo e Mariana aqui não tá aqui hoje, mas ela também às vezes faz postagens para o Insta, faz filmagens, às vezes a gente visita outros lugares, aí ela produz conteúdo para lá também e tem essa boa troca, e também com os historiadores, Monica, Carlos, Ivan estão sempre trocando ideias, sempre atuando junto com a gente, Ivan fez com se fosse um treinamento com a gente, uma ambientação.

Pesquisadora: Qual é a missão do Memorial, uma visão geral, a visão institucional do Memorial de Justiça?

M03: Bom, a missão oficial, não saberia dizer! A Missão em que eu consigo perceber é aproximar o público, o público geral do judiciário, de ele fazer entender que ele parte disso, aproximar o patrimônio das pessoas, que o patrimônio é de todos né? Não pertence só ao TJPE, o TJPE está cuidando do patrimônio, na verdade ele é público pertence a todos e a gente tem que fazer mediação para que as pessoas se apropriem dos espaços também.

Pesquisadora: [INAUDÍVEL], isso que você falou, que seria a missão educativa do Memorial. Como é composto o programa educativo do memorial, segundo Flávio ele comentou sobre as visitas daqui no Memorial, as visitas do TJ, como é feita esse programa, como é feito esse programa do educativo?

M03: Programa tu diz em relação ao funcionamento, é isso? Ou...

Pesquisadora: As atividades, o programa que vocês têm disponível, o que é que vocês têm para oferecer em relação a essa área educativa?

M03: a gente está atualmente se dividindo entre três espaços de atuação, né, o Memorial que é aqui onde a gente tá, no Memorial funciona a parte de pesquisa, funciona a parte de conversão, de acervo e também tem as pessoas que vem espontaneamente conhecer, porque ver o prédio aí entram. Que é a visita espontânea, então a gente cuida dessas visitas espontâneas, a gente recebe elas, a gente também faz agendamento para os grupos de escolas que querem visitar, a gente não cuida do agendamento da pesquisa, mas se o pesquisador estiver aqui e quiser fazer também a parte mediação a gente

dá um suporte nisso. No Fórum Rodolfo Aureliano a gente faz agendamento de visitas para lá também, normalmente com grupos de faculdade, tem um grupo de escola também, e atualmente tem feito muitas visitas no Palácio da Justiça, por que o Palácio estava fechado para reformas e tinha uma demanda de professores que procurava, pessoas também turistas que passam por ali que a gente sabe que é uma área turística muito conhecida, né do Recife cartão postal e que as pessoas passam por ali querem visitar e aí formalizou um dia na semana toda para tá fazendo visitas lá.

Pesquisadora: Qual é o público alvo desse programa?

M03: O público-alvo é o mais diversos possível, atender todos os públicos desde estudantes universitários que é um público que vem muito e principalmente estudantes de história, estudante de direito, de turismo, turista, professores a comunidade em geral.

Pesquisadora: E qual é o objetivo das atividades desenvolvidas pelo programa?

M03: O objetivo eu acho que tá relacionado a missão, né, que eu falei, que aproximar o público do judiciário, se apropriar, conhecer o patrimônio histórico, respeitar né, e a partir daí trazer essa sensibilização no olhar para a preservação do patrimônio edificado, e do patrimônio cultural da gente.

Pesquisadora: O Memorial, ele desenvolve alguma atividade especificamente voltada para a formação de professores?

M03: Não, pra formação de professores não...

Pesquisadora: Para formação docente, algum trabalho mesmo que vocês desenvolvem aqui, existe algum curso que capacite assim, que vocês promovam, dentro da área de atuação de vocês, que capacitem os professores de forma que eles possam levar esse conhecimento pra fora, tá entendendo? Na sala de aula?

M03: Não, não aconteceu até agora, mas quando a gente percebe tem cursos que vem agregar a nossa formação, a gente é liberado para realizar, nesse sentido.

Pesquisadora: Vê só não vou fazer a pergunta sobre a exposição, mas eu queria ver se dava para você responder essas daqui, vê? Quem atende o professor e os alunos, quando eles estão aqui fazendo a visita?

M03: Nós, os estagiários.

Pesquisadora: Os estagiários, né?

M03: Do educativo.

Pesquisadora: Como é feita a escolha desse pessoal?

M03: Nos não escolhemos, eles que vem até a gente geralmente e aí como eu disse através do formulário, né? Eles têm candidato a uma visita.

Pesquisadora: Isso é em relação as pessoas que vêm visitar, mas no caso de vocês assim, no dia quem é que faz essa escolha, “é você Marina que vai receber esse pessoal”, quem faz essa coordenação, é vocês mesmos?

M03: É entre a gente, a gente tem uma escala, por que a gente tem duas estagiárias, só, que são bolsistas que sou eu e Mariana, então a gente tá aqui todos os dias de segunda, a sexta e os outros estagiários são voluntários então eles têm uma carga horaria reduzida, e aí a gente altera. Então dependendo de quem esteja aqui no dia disponível a gente designa para o atendimento.

Pesquisadora: Como é feita a preparação educativa desse pessoal, especificamente em relação a exposição, devido ao quadro ser pequeno vocês já fazem essa preparação desde o início né?

M03: Desde que a gente chegou a primeira ação assim de ambientação foi conhecer a exposição, e aí eu posso considerar o processo formativo da gente, Ivan fez mediações com a gente, teve outra funcionária que chamava Verinha, que também fazia a mediação junto e ela também recebeu a gente nos espaços fez a mediação, e a gente foi se apropriando de como eles faziam o processo de mediação antes, tem o referencial bibliográfico e a gente estudou esse referencial bibliográfico inteiro antes de começar a fazer a mediação de uma forma mais autônoma, assim quando a gente conseguiu se apropriar melhor dos conteúdos, então a gente começou a tomar frente de fazer a mediação sozinhas.

Pesquisadora: Como é feita essa estrutura da visita, existe um roteiro prévio dessa visita, os professores podem sugerir temas, como é feita essa preparação assim? O modelo básico da visita, mas assim dentro dessa perspectiva o professor pode dar sugestão de trabalhar escravização?

M03: Sim! A gente já tem um roteiro, né predefinido que é um roteiro que dura mais ou menos uma hora uma hora e meia de visita nesse espaço, mas também pelo prédio no caso daqui do memorial, mas já teve casos também do professor vir uma sugestão de tema que queria trabalhar. Por exemplo, o bicentenário da Independência, na independência a gente trabalhou questões relacionadas à escravidão, questões relacionadas a exploração da mão de obra negra no Brasil, tráfico ilegal, uma série de questões que a gente conseguiu conversar, foi o mais uma roda de diálogos com os alunos e também já teve as suas culturais aqui, por exemplo, teve uma professora que queria, já conhecia o Memorial antes e queria fazer uma turma para fazer a culminância do projeto de empreendedorismo da turma deles, e fez a premiação aqui. Então dependendo, se o professor quiser vir fugir o roteiro...

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS**TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM PROFESSORES DA ESCOLA REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO SIZENANDO SILVEIRA****P01 – Professor****Vídeo 1**

Pesquisadora: Professor Ernani, vamos passar para a primeira sessão da entrevista. Qual sua opinião sobre o ensino formal na formação de jovens? O senhor acredita que ele sozinho é suficiente? O ensino formal, que é aquele ensino dentro só da escola, no nível escolar.

P01: Hoje na contemporaneidade é muito importante haver não só o ensino formal na escola mas também essa busca informações de imagens, da parte bibliográfica, fora desse âmbito escolar, hoje não tem mais como você prender o aluno só dentro da sala de aula, ele precisa fazer visitas a museus, a teatros, aparelhos culturais, por exemplo, uma Torre Malakoff, Caixa Cultural, museus como Paço do Frevo, Cais do Sertão, Assembleia Legislativa, dentro desses outros modelos que a gente precisa visitar, para conhecer como se dá esse processo da História, e é de suma importância que isso aconteça para que se case a teoria que é realizada dentro do âmbito escolar e a prática, a prática de vivenciar um laboratório, de vivenciar algo extra e isso chamará a atenção do aluno.

Pesquisadora: Como o senhor vê e qual a sua relação com atividades educacionais que são desenvolvidas fora do ambiente formal de ensino?

P01: Eu vejo de uma forma muito importante, chega até ser um pouco redundante, mas é muito importante ocorrer esse espaço, essas aulas fora da sala de aula, para que traga a atenção do aluno para a disciplina, para o conteúdo e assim se constrói o conhecimento de uma forma mais interessante, atrativa.

Pesquisadora: De que forma o seu planejamento contempla a realização de atividades que são realizadas fora do ambiente formal de ensino?

P01: De maneira total, né. Vamos trabalhar sobre História, Sociologia, Geografia, pensando sobre esses conteúdos na sala de aula, no planejamento, sempre eu agrego essas visitas ao Castelo Brennand, por exemplo já falamos sobre monarquia, absolutismo, é interessante, idade média, é necessário casar isso e nesses espaços a gente tem essa oportunidade, você fala na sala de aula é uma coisa, mais aí ele chega no local e ele ver a vestimenta de um cavaleiro medieval, de um cavalo tem até a vestimenta de um cão trajado direitinho para ir para a batalha. Isso traz nele um -Nossa!!! Isso realmente aconteceu, isso existiu de verdade. É muito interessante.

Pesquisadora: Agora vamos passar para a seção HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE. Qual é a sua percepção sobre a memória e a influência que ela exerce na construção da identidade de jovens.?

P01: É um processo difícil de transitar. É um momento complicado na mente do jovem hoje, porque eles são de outra geração. Essa geração de hoje ela quer tudo muito rápido. Eles querem a informação eles querem as coisas tudo num clicar, numa busca do google eles não se dão mais ao trabalho de ler, sentar e pesquisar. Eles fazem aquela pesquisa de cinco minutos e acham que o seu curso que teve uma formação de 04 (quatro) anos não valeu de nada. Então é algo bem por aí. Mas a construção de memória. Vivemos em uma sociedade em que ela é um pouco falha nisso, chega numa data, 15 de novembro ??? Significa o que pra você essa data? Fica um olhando para o outro. – É feriado. É feriado de que? Não sabem o que foi o quinze, o que aconteceu naquela data. O que ocorreu naquele momento. Ficam um pouco perdido nisso aí. E principalmente quando é data. Quando a gente trabalha só o fato com eles teta trazer, estabelecer uma linha de tempo, mas a memória é falha. Hoje em dia ficam muitas lacunas na cabeça deles. Essa memória não se constrói. Essa identidade não se constrói de uma forma como antes tinha esse apreço pelo estudo principalmente da história, de se conhecer a história da sua cidade, do seu estado . Hoje a gente percebe essa distância. Houve até um fato agora, recente, no Qatar, da bandeira de Pernambuco. E os alunos ficaram assim: - Nossa! Confundiram a bandeira com luta contra o preconceito, com a luta da memória transgênero, LGBTQI+. Mas e a bandeira??? Tu sabes o que significam as cores daquela bandeira? Os símbolos que estão naquela bandeira? Ficam olhando, mas não sabem. Sabem o hino? O hino daquela bandeira, quem escreveu o hino, a letra do hino? Não, não sabem. Então, muito se perdeu. Onde se perdeu isso? Essa é a pergunta.

Pesquisadora Exatamente. E Pierre Nora fala de um fenômeno chamado de Aceleração da história. Ele diz que o negócio está tão frenético que se perde e que a gente precisa preservar, mas é muito mais fácil você preservar se você conhecer se você saber por quê está preservando. Daí vem essa questão da identidade. Da construção da identidade.

Pesquisadora: Quando eu trabalho esse tema na sala de aula, a formação do povo brasileiro. A gente traz o Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, trabalha sobre Raymundo Faoro em os Donos do Poder. Eles ficam perdidos naquela formação, naquela junção e miscigenação que houve naquele momento de formação do Brasil. E é notório que muito se perdeu. A gente não sabe o porquê desse desinteresse de saber. Eu acho que hoje o maior desafio do professor é formar um aluno que acha que não precisa aprender. O susto que me dá, às vezes, é esse. Ele acha que não precisa daquilo. Ele acha que não precisa daquela informação. Talvez essa seja a nova pegada do novo ensino médio. Pra mostrar a ele de que realmente ele precisa saber um pouco de iniciação científica, precisa trilhar inovação e tecnologia, ele precisa perpassar por essas disciplinas para entender que no seu dia a dia isso vai ser utilizado. Muitas perguntas surgem: -Eu vou utilizar isso no meu dia a dia pra que, Professor? Por isso que tem as trilhas. As trilhas de humanas, de exatas, de saúde, então são momentos bem distintos e bem, eu acho que isso vai ser muito gratificante, muito proveitoso na verdade até para que ele se defina. Nesse ensino normal, em sala de aula, sem ser no ensino médio. Você às vezes pergunta aos terceiros anos. São cinco terceiros anos, seis terceiros anos, dependendo da escola e você pergunta : -Quem vai prestar o Enem? Três, quatro dentro de uma sala, em diverso, às vezes, dez, quinze alunos. Muitos não tem esse interesse de ir para esse lado. Esse novo ensino médio, ele traz essa realidade. Ele fala com aquele aluno que não quer ir para o meio acadêmico. Ele quer permanecer onde? Na educação tecnicista, ele quer empreender algum negócio, ele quer participar de uma olimpíada, ele quer ser esportista... alguma coisa desse tipo. Então ele não quer esse meio acadêmico. Então isso dá um leque de possibilidades pra isso. E é necessário também. O *sub* também faz parte. O subemprego, esses empregos do terceiro setor também o comércio também precisa. Não se precisa só de gente que está na universidade. Quando eles trazem essa realidade eu sempre digo que está tudo bem. E está tudo bem. É a sua escolha. Você quer ir até aqui? Está tudo bem. Você não é forçado a nada. Ninguém vai forçar a nada.

Pesquisadora: Eu acho que são muito novos, muitas descobertas ainda. Muitos não querem naquele momento, mas depois de um tempo, quando a maturidade vai chegando e aí eles vão se descobrindo.

Pesquisadora: O senhor percebe interesse dos alunos de uma maneira geral em conhecer e saber mais sobre fatos históricos?

P01: Bom. Nas trilhas de humanas, sim. Mas nas trilhas de exatas há um total desinteresse. Na de linguagem ainda tem alguns que surgem com essa ideia, porque alguns tem a pegada de ser jornalista e aí trazem esse busca de informações. Eles perguntam. Eles acham isso interessante, mas no grupo de alunos que é da trilha de exatas eles mal querem escrever. Você fala alguma coisa e vai escrever e aí eles já perguntam: -Você vai escrever Professor? Aí eu fico olhando pra eles... Eles não querem escrever. Eles apenas, bote um cálculo, uma fórmula de Bascara, pronto! Aí eles ficam todos animados. Trabalham equação... mas aí já é outra área. Mas eu sinto um pouco de desinteresse neles. Mas os de humanas é algo que a sala de aula, você se sente em casa. É uma turma que escolheu aquela trilha de humanas. Eles realmente participam, eles perguntam. Hoje o aluno, principalmente o aluno daqui da Sizenando, da EREM Sizenando Silveira, a turma de primeiro ano é uma turma, são alunos que são bem atentos a perguntar, gostam e tem prazer de estudar, de vivenciar, de querer buscar coisas fora do assunto. Você traz um trecho de um filme e eles falam: -Professor, esse filme foi ótimo. Vou assistir em casa, vou baixar, vou tentar em alguma plataforma e vou assistir, porque realmente eu achei muito interessante as colocações desse filme. Mas nas outras trilhas não... eles ficam meio aquém da situação: -Eu vou assistir...

Pesquisadora: Agora a gente vai passar para parte que fala sobre o Poder Judiciário. De alguma maneira a sua disciplina contempla algum conteúdo que traga, nem que indiretamente, alguma menção sobre o Poder Judiciário?

P01: Sim, quando a gente trabalha sobre o tema da Escravidão em nosso país e percebem a forma como as pessoas eram julgadas, como as coisas eram conduzidas. Então eles ficam sempre atentos e pensativos sobre isso. Inclusive em um filme que a gente assistiu agora a pouco na sala de aula (eu utilizo muito desses meios visuais para o aluno, audiovisuais para que a gente prenda a atenção dele), que é o "Grande Debate" ele traz essa pegada de mostrar as formas de poder como é que ela se estabelece. Então durante aquela passagem de tempo no filme eles percebem que no ônibus

tinha o lado pra sentar só quem é branco e o lado de pretos. E tinha lugares e cadeiras e ônibus só pra quem é branco e só pra quem era negro. Então pra trazer essa ideia, isso é muito vivo na mente deles. -E por que Professor tinham leis sobre isso? E por que eles estabeleciam esse processo? E por que era dessa forma? Por que isso aconteceu assim? Então existe essa busca. Qual foi a lei que libertou? Quem foi que promulgou? Quando foi promulgada essa lei? Como foi estabelecido? Por que aquele julgamento foi dessa forma? Foi conduzido dessa forma? Então assim a gente sempre faz esse resgate com eles e eles sentem essa necessidade, tanto é que nós visitamos o prédio aqui da câmara dos vereadores e eles fizeram tantas perguntas que eles foram bem mais além do que eu pensei que eles iam falar. Como funciona aquele lugar? Quem trabalha naquele lugar? O que eles fazem naquele lugar? Pra onde direciona o dinheiro público? Por que se debate, se discute aquele tema? Eles tem a necessidade sim. Acerca disso eles são bem antenados, sobre leis, principalmente sobre direitos. Deveres ninguém quer saber muito não, mas direitos eles querem sempre estar cientes sobre isso.

Pesquisadora: No seu olhar de que maneira as atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário, pela Justiça, pelo Tribunal de Justiça, podem ser divulgadas? No seu olhar como que o senhor entende que o tribunal poderia, o Memorial poderia divulgar melhor as atividades próprias do Poder Judiciário?

P01: Eu acho que o educativo do Judiciário poderia mostrar isso para a comunidade, através de reportagens, visitas as escolas, para ele estimular. Eu sei que hoje o professor ele fica muito sobrecarregado, ele jaz sobre muitas obrigações que às vezes impede essa saída da escola. Principalmente quando a escola é de bairro. Eu trabalhei no Coronel Anto na Macaxeira, eu trabalhei na Escola Gilberto Freire no Alto Treze de Maio. Eu não vou tirar o meu aluno daqui do alto pra leva-lo sem recurso de ônibus, sem recurso de oferecer um lanche para os alunos, para um local desse. Aqui no centro é diferente. No centro a gente tem o privilégio de tudo estar perto de nós. Então eu saio com meus aluno aqui. Eu tenho um grupo de alunos que do “Rolê pelo Recife”. Então a gente vai nesse rolezinho pelo Recife, sai da escola andando, passa pelo Parque Treze de Maio. Nesse mês de consciência negra a gente saiu visitando, não entrando pelos espaços, porque teria que ter um agendamento prévio pra isso acontecer e totalmente isso é entendível, mas por conta de Copa, mudança de horários, atrapalhou muito esse percurso, mas percebemos, saímos daqui, fomos para o Parque Treze de Maio, conversamos sobre essa data. Fomos para a Casa José Mariano, conversamos sobre

aquele prédio que ele também, ele e a esposa dele foram dois abolicionistas. Então começamos a entender que cada local desses foi dado nome de alguém que lutou por essa causa libertária. E vamos passando por todos esse lugares, fazemos uma caminhada e é superinteressante se o educativo desses lugares chegassem um pouco nas escolas, pois é aqui que se forma o cidadão. É aqui que se transforma. Eu cursava direito e quando eu percebi que a verdadeira mudança da sociedade acontece aqui na sala de aula. Então eu deixei aquele curso e vim pra cá. Nossa, que frase de bastante impacto, né? Mas a mudança ela realmente acontece aqui. É aqui a base de tudo. Se aqui houver aquele investimento de realmente os alunos puderem não só aprenderem aqui, mas se valorizar mais essa aula que é “informal” e sai dessas quatro paredes, sai desse âmbito e se constrói esse espaço, essa narrativa em outro lugar. Isso realmente vai ser de grande valia pra formação acadêmica desse aluno, desse futuro profissional. Pra que ele seja um cidadão produtivo para a sociedade. Então eu acho que se esses espaços se abrirem, receberem esse pessoal. Eles trazerem no início do ano, na metade do ano, mas fazendo um trabalho de vir. E as vezes não conseguem nem sair de lá, mas criarem um espaço alternativo, dentro de uma escola, por exemplo, dentro de uma escola até tal dia vai ficar exposto lá tal e tal material. Às vezes tinha um ônibus aí ele vinha e colocava uma exposição dentro do ônibus.

Vídeo 2

Pesquisadora: Na sua opinião, de que maneira os alunos de maneira geral, enxergam a justiça, a justiça brasileira, como que o senhor acha, a sua percepção?

P01: É notório, a população hoje carcerária do nosso país ela é uma população hoje encarcerada no nosso país ela tem gênero e tem cor, quando se fala de justiça, a primeira associação que eles fazem é o sistema prisional, da lei, da polícia, da coisa entrar em vigor, de um momento que não conseguiu ser claro, e acabou indo para a delegacia. A ideia de justiça que eles têm hoje, ela perpassa muito por esse caminho, tanto é que eu tenho levado eles nesses espaços para que eles entendam que a justiça, os poderes, eles não são só essa finalidade, ele não tem a finalidade agregar só a cumprir a lei no sentido de prender, de criar oportunidades, de abrir portas, eu sempre converso muito isso com eles. Eu também fui aluno de escola pública, e sou fruto de políticas públicas da educação, através do FIES, do PROUNI, dos os caminhos que tem para se chegar à universidade. Então a melhor

nota da escola pública, tá lá, tem bolsa para estudar na universidade. Então assim, não foi um caminho fácil de seguir, mas se não fossem políticas assim, talvez eu não tivesse chegado aqui, talvez eu não tivesse ido tão longe. Então assim, eu sempre trago essa mentalidade, isso para eles, para que eles compreendam que esses poderes tem uma função realmente de reger a sociedade, de apresentar, de mediar, de fazer cumprir, e isso é muito importante. Afinal de contas se não fosse para obedecer a lei ninguém pararia no sinal de trânsito.

Pesquisadora: E assim, o conhecimento e desmitifica muita coisa, ele faz com que as pessoas entendam que o judiciário ele está para servir a sociedade e ele faz parte de um dos poderes que equilibra a democracia. É muito importante que os alunos eles tenham esse conhecimento, e não enxergar o judiciário como algo distante, mas próximo deles, que eles podem se socorrer no judiciário no tempo que eles precisarem, e não é só o judiciário que está para combater o crime, pra combater a fraude de execução, o judiciário... (gravação interrompida) Eles são importantes instrumentos de formação

Pesquisadora: Durante a sua vivência pedagógica já participou ou teve contato com a discussão sobre o papel educativo dos museus? Assim, o senhor já participou de curso, eventos que debatem a importância desses espaços como espaços educativos?

P01: Ainda não. Nunca participei não. Eu levo porquê eu sei da importância que eles tem, né, porque durante a formação do seu curso de licenciatura a gente fala disso em sala de aula. A gente visita esses espaços, mas quando você está na coisa pública as capacitações que existem às vezes não perpassam por aí não. É um discurso muitas vezes fora do que era pra construir. É aquela coisa de você ter que se prender na legislação pra trabalhar o seu conteúdo e se você não cumpre aquilo você é irresponsável. É como eu já falei na outra fala, é muita responsabilidade em cima daquele educador, que se você não cumprir as normativas se você não cumprir o programa as coisas não fluem. Você tem conteúdo, você tem as coisas pra fazer. Às vezes dá pra gente trilhar um caminho mais leve pra gente conhecer a arquitetura colonial, a arquitetura francesa, mas é difícil haver. Deveria haver esse olhar mais aguçado sobre isso, mas com o novo ensino médio, antes tínhamos duas aulas de história, agora é uma só. Ontem mesmo eu recebi um reportagem que falava sobre uma nota de repúdio sobre o novo ensino médio

Pesquisadora: Isso tem que ser muito discutido com a sociedade, especialmente com os professores, pois eles estão na linha de frente.

P01: Quando eles mexem na saúde eles discutem com os médicos. Quando querem mudar alguma coisa na área deles eles chamam os advogados, mas com os professores já vem tudo pronto e acabado é igual a (inaudível) você não pode questionar. Essa é a nossa fala nas formações. Nessa semana eu participei de uma formação e aí eu trouxe essa realidade: - Mas vocês não conversaram conosco, vocês não sentaram, não apresentaram... trouxeram o novo ensino médio todo aí e agora vai... Tanto é que a gente tá aprendendo tudo no empurrão. E agora a gente está terminado com os primeiros anos e agora ano que vem a gente vai começar com os segundos, mas é pioneirismo, é algo que começou agora. É a primeira vez que está começando aquilo. Então não vai ser mais o susto que a gente tomou com os primeiros anos, mas é uma narrativa totalmente diferente, distinta. Tem seus pontos positivos e tem seus pontos negativos, mas a gente está tentando organizar pra que se compreenda que esses espaços, são importantíssimos para você garantir a memória, a identidade isso precisa realmente ocorrer, esses momentos de saída desse âmbito.

Pesquisadora: É também uma forma de ilustrar a teoria, né?

P01: Mais rica.

Pesquisadora: Em relação à sua experiência com visitas mediadas em museus e centros culturais. Como foi esse momento? Uma visita que se destacou na sua carreira, como foi esse momento?

P01: Prazeroso. É muito significativo. Tudo é significativo. Mas essas visitas que nós fazemos a esses espaços traz ao aluno falas assim, depoimentos assim: - Poxa Professor, durante toda a minha vida na rede estadual o senhor foi o primeiro professor que me trouxe aqui nesse lugar. Aqui é Recife mesmo ainda? Quando ele chega ao castelo de Brennand. Aí você olha pra aquilo e vê um aluno que nunca foi num museu, que nunca entrou numa biblioteca, a não ser a da escola, e olhe lá quando funciona. Então, um aluno que nunca passou na frente do teatro Santa Isabel e nunca soube porque aquilo foi construído, pra que aquilo foi construído e é muito (inaudível) Pra entreter quem aquilo foi construído. Nossa!!! É muito gratificante você apresentar pra eles a história de uma forma diferente, de uma forma distinta, de uma forma que eles tem prazer de estar naquele lugar, de tirar foto, e se anima e conversa e pergunta para os guias que estão no museu, quando a gente consegue

ter uma visita guiada. É muito importante, muito gratificante e, realmente, deve haver sim esse espaço. O Poder Judiciário precisa se colocar pra isso também.

Pesquisadora: O senhor não acha que uma medida de própria ação do memorial, de fazer, quando o senhor fala que não participou nenhum curso, evento ou capacitação relacionada à educação em museus, não seria interessante o Memorial desenvolver, fazer um seminário, um Workshop, assim, por exemplo, que é uma coisa mais curtinha, mas convidando professores da rede pública e particular para eles mostrarem um pouco do acervo deles e assim fazer a divulgação do Memorial, do Judiciário e promover esse intercâmbio entre as escolas.

P01: Deve haver essa ligação. Esse casamento de trazer. Essa relação de professor também passar por esses espaços. Para que a gente possa estimular. Quando houver uma divulgação de informação sobre isso. Estamos abertos, o agendamento pode ser feito nesse email, nesse número de telefone... Eu creio que muita gente vai buscar esses espaços. Muito professor vai buscar esses espaços, porque a informação ela não tá muito difundida. Pronto, eu estava vendo que está havendo no museu Cais do Sertão um evento sobre o que é poesia nesse momento de ... esqueci o nome do poeta que eles estão trabalhando, mas está havendo esse momento de informação de contribuição o museu está voltado pra aquilo e isso chama e eles estão divulgando lá: - Faça seu agendamento estaremos até o dia 30, não é? Manoel Correia de Andrade. Então é assim: Venha visitar, venha ao museu. E isso é muito importante. Esse espaço convidar a sociedade pra dentro. É isso que está faltando, o que eu sinto essa ausência, não só lá, mas nos outros Poderes também. Isso é como uma distância, como se aquilo fosse um órgão que a gente não tivesse acesso, não pudesse entrar para conhecer, para visitar e precisa haver. Em outros espaços tem essa chamada, mas nesse do poder não tem e é importante isso haver. Eu estou por aqui desde 2007, quer dizer 2008 eu entrei na rede estadual, então eu não vi. Onde é que passou isso? Onde é que se transmitiu isso que não se passou pra gente? Nunca chegou uma carta-convite, nunca chegou nada. Eles precisam se mostrar pra que a informação aconteça e esse alunos que estão aqui eles sintam a necessidade de saber e entender que eles podem trabalhar num lugar como esse, almejar isso (inaudível).

Pesquisadora: O jovem demonstra interesse nessas atividades?

P01: As eletivas da escola elas tem no máximo 45 alunos. Na do "ROLÊ PELO RECIFE" tem 76 alunos inscritos. Tem professor que chega aqui: -Ernani, você vai levar os alunos todos? Mas é porque a

disciplina que chama a atenção deles. Eles querem sair desse âmbito. Eles tem essa urgência de sair desse lugar e aprender em outros lugares. Aqui no Parque Treze de Maio tem os direitos humanos espalhados em diversas placas e que precisam de manutenção, porque muitas pessoas vandalizaram algumas placas, não tem nem como a gente ler o que tem escrito ali. Mas quando a gente tira os alunos daqui leva eles para fazer uma visita e começa a ler eles começam a conhecer os direitos humanos. Isso é muito importante. Essa narrativa, essa construção, numa caminhada no parque, além de exercitar o corpo com a caminhada, eles exercitam a mente com o aprendizado. Então as coisas se casam direitinho, a informação, o processo ensino ensino-aprendizagem ele acontece de uma forma que, além dela ser gradativa ela é excitante, é estimulante para o aluno. Ele gosta, ele vibra ele se alega e quando você aprende dessa forma você não esquece.

Pesquisadora: O senhor desenvolve alguma relação com o MJPE?

P01: ainda não. Estou ansioso inclusive, mas ainda não visitamos esses espaços por conta dessa falta de informação.

Pesquisadora: O senhor já teve alguma informação sobre esses espaços, como através de sites, instagram, ?

P01: ainda não

Pesquisadora: Qual o tipo de contribuição que a visita ao MJPE traria para sua disciplina?

Ernani: Seria de total importância, porque os alunos podem olhar mais de perto um documento que normalmente ele só vê numa foto no livro. Ele ver o documento. Talvez ele toca, acredito que não para não danificar o documento. Eu trabalhei em um projeto quando estava na universidade sobre Fernando de Noronha, sobre um documento do Ministério da Guerra que estava e Fernando de Noronha e foi trazido pra cá para o Arquivo Público Jordão Emereciano e eu participei da limpeza, da higienização daqueles documentos eu tive essa oportunidade e como foi rico pegar documentos com a prisão de Miguel Arraes de pessoas que durante o golpe militar ficaram lá exilados e aí eu comecei a escrever algo sobre isso. Sobre como Fernando de Noronha se converteu num campo de prisioneiros políticos e comuns durante o período desde a revolução de 1930 até o golpe de 64. Então essa foi um pouco da minha busca ativa de projeto de mestrado quando eu tinha acabado de sair da universidade, mas que pena que eu não consegui concluir, mas eu tive esse contato com a

documentação, com documentos de imagem e fotos dos presos políticos, pois antes não podia, a lei não deixava você ter acesso a essa documentação através da DOPS, mas isso é muito rico. Se eu conseguir levar o aluno e mostra as leis, quem assinou a lei, se tem algum documento de alguma pessoa ilustre (inaudível).

Pesquisadora: Tem inventário de escravizados lá...

P01: Nossa!!! Isso é muito importante. Isso é enriquecedor tanto pra aula como para a formação do aluno. Até para que ele fixe. Tem aquele jovem que é negro e ele não se reconhece como negro, quando ele passa a entender, a estudar, ele olha pra você e ressignifica a sua vida, ter um olhar distinto sobre suas origens, sobre o que ele é, que processo o povo dele passou. Eu estava trabalhando com a minha filha e ela trouxe a tarefinha da escola eu falei assim: - escravidão, né? Aí ela: -Escravidão não pai, povos que foram escravizados. Então assim, você olha para uma criança de seis anos, que está na fase de alfabetização e teve uma aula de história na escola e que trata o tema dessa forma, isso deixa você com uma esperança muito grande que no futuro essa geração vai olhar para o semelhante que está ao seu lado e trata-lo como igual

P02 – Professor

Vídeo 4

Pesquisadora: O primeiro grupo de perguntas é sobre a educação em espaços não formais, mas na sua opinião, sobre ensino formal, que é esse ensino dentro da sala de aula. Qual é a sua opinião desse tipo de ensino, dentro da sala de aula? A senhora acredita que o ensino formal apenas, é o suficiente?

P02: Eu acho que hoje em dia é até difícil você falar nesse formato apenas, porque mesmo na sala de aula a gente utiliza todos os recursos hoje em dia. Então, quando a gente vai discutir um tema, a gente não discute só um tema, a gente vai trazer, não só a importância, mas a gente vai trazer também um link com a atualidade, aí você usa os meios. Os meninos usam internet o tempo todo, inclusive, as vezes na sala. No meu formato, todo material que eu vou usar em sala, eu passo para eles nos grupos de whatsapp, então eles podem usar o slide que eu estou usando, fazer a ficha na

hora, eu peço pra se anotar alguma coisa para questão da memória, formatando o tema na sua cabeça, mas eles vão usando internet eles podem ter acesso ao meu material nos celulares deles mesmos. E, hoje a gente já não pede para o aluno trazer livro, por que hoje você pode baixar, pegar em pdf, tem como fazer isso usando o celular. Dependendo do trabalho eu uso muito o celular. Uso as mídias, hoje, é muito comum toda sala tem um grupo de whatsapp, aí você faz esse link com os outros meios, fora o livro e a aula em si mesmo a aula em sala hoje ela já tem um perfil um pouco diferenciado, eu não acho que é suficiente, se você notar o perfil do nosso aluno, ele é necessário, extremamente necessário, no sentido de que você percebe que a maior dificuldade do nosso aluno é ele interpretar, não só textualmente, imagetivamente, mas ele transferir isso para a realidade. Como é que aquele tema que aconteceu lá atrás vai ter algum significado para ele hoje. Eu digo que esse é o foco central de todas as disciplinas, principalmente das humanidades. Eu não sei se você percebe, mas hoje a gente está num momento que as humanidades estão sendo colocadas de lado, algo que não é mais importante. E isso é muito perigoso. Então, pra mim a base ela é sala de aula. Ela sempre tem que ser, porque a escola não discute história só pela importância do que aconteceu. A gente discute pela formação do aluno hoje. Então, pra ele se entender enquanto pessoa, enquanto cidadão, ele tem que entender como é que esses processos eles aconteceram ao longo do tempo. Então uma coisa que a gente faz muito em sala de aula e a gente fazer um link com as outras humanidades e outras matérias também. Então, naturalmente em história você vai fazer discussão conceitual, você vai buscar a sociologia, a filosofia, você vai buscar os autores. Então esse link você faz em sala de aula, mesmo que você não faça profundamente. E outro a parte vamos dizer assim que história dá para o aluno não só a produção crítica mas o entendimento das respostas textuais. Como é que você vai responder a isso. Você sabe isso tem níveis, não é? Então história está linkada diretamente com a área de linguagem, com certeza. Então eu acho o trabalho de sala de aula ele é fundamental. É legal, importante ver museus... ótimo! Seria o momento em que o menino veria com a história ela é produzida, mas dependendo do perfil desse aluno tá certo, não é tão importante quanto a produção em sala de aula. Seria mais importante para aquele menor grupo que futuramente vai para a área de humanidades. Para os outros seria uma coisa mais mesmo de curiosidade. Se a gente analisar direitinho. A gente mal consegue dar conta do que a gente pode produzir dentro da sala é muito pouco tempo pra tudo que você... se você olhar o programa pra tudo o que se propõe é muito pouco tempo.

Pesquisadora: Como a senhora vê hoje como essas atividades educacionais são desenvolvidas fora do ambiente formal. Como que a senhora vê esse tipo de atividade? Que nível de importância que a senhora dá para essas atividades que são desenvolvidas fora ? E já me adiantando aqui se a senhora já teve dificuldade de fazer esse planejamento.

P02: Ok! Eu acho que é importante no sentido de que é uma coisa que pode complementar a atividade, porque se você organizar e você quiser realmente – Ah, eu vou discutir um tema e eu posso fazer um link com um (inaudível) com um museu. Pode inclusive fazer as viagens virtuais. É problemático pra mim tirar aluno da escola, por que? Por conta da estrutura. Então hoje eu estou numa fase que eu não faço mais esse planejamento, eu não tiro aluno de sala de aula, a não ser que eu seja realmente convidada para isso, porque eu preciso de ônibus, eu preciso de colegas. Eu não vou sair sozinha com uma turma de 40 alunos. Eu não faço mais isso, porque é um tiro no pé. Alguns colegas ainda fazem, especialmente os mais jovens, mas é muito problemático, porque você é responsável por aqueles alunos e todo o time. E mais, às vezes, os institutos eles querem fazer essas atividades, mas, às vezes, eles não estão preparados para os alunos. Eu acho assim, se o instituto convida ele tem que ter algo programado. Eu vou fazer uma exposição e vou chamar uma turma de alunos. Ok! E qual vai ser a atividade posterior? Você vai estar tirando ele da organização da sala de aula e você vai tá tomando o tempo, às vezes não só daquela disciplina, mas de outras. E o que a gente percebe às vezes é que você sai da escola e o objetivo é sair da escola. Eu não acho que esse seja o objetivo. O Objetivo é você chegar, perceber, e você ter uma atividade amarrada a isso para que você consiga ter o feedback. Então, às vezes, os institutos não estão prontos para essa dinâmica. Se eu levo o aluno para gastar 1 hora em um instituto, 1:30h, ele vai fazer a visita, ótimo! E aí, vamos agregar e vamos ver que tipo de conhecimento que a gente consegue tirar daí. E, às vezes, isso não é produzido. Às vezes, é a aquela coisa, a gente vai pra visita, a gente vai pra andar com o aluno.

Pesquisadora: A senhora acha que no caso se houvesse um intercâmbio anterior, vamos supor, no planejamento, entre o professor e um memorial, por exemplo, seria bem mais proveitoso.

P02: Justamente, porque, assim, você tem poucos espaços e você tem um programa enorme pra você dar conta. Você vai ter pouco tempo. Você vai dispor de um espaço seu que já está planejado pra sair da escola e, às vezes, você leva aulas de outros colegas, porque tem o transporte, tem o tempo e etc... e às vezes isso não é efetivo, pra mim o que falta é esse link mesmo. Você está criando

um projeto que é para a escola pública. Então fala com os professores da escola pública pra ver qual é a necessidade dele pra que ele prepare também uma atividade e ele consiga linkar isso.

Pesquisadora: Eu acho também que tem que ter um envolvimento nesse sentido.

P02: Também dá uma obrigatoriedade e também dá um perfil mesmo diferente para esse aluno, porque na visão dele ele vai sair e não vai ter aula, é uma folga, é um passeio e o objetivo não é esse, é você ter o conhecimento num formato diferente, mas se você não preparar antes, isso se perde ao longo do tempo. A gente prepara, inclusive, a gente tem vários eventos ao longo do ano e a gente nota isso. Se você não organizar direitinho, fechar com o objetivo daquela atividade, você vai perder o tempo e com o tempo também o aluno não quer ir mais. Tem essas questõezinhas aí. O Memória, inclusive, é um dos melhores espaços em que eu já fiz trabalho, porque quando a gente linkou com eles, há alguns anos atrás, eles tinham duas exposições e aí a gente passou pela sala de limpeza de documentos, eles viram em primeira mão um documento antigo, a gente teve uma cópia do documento para o aluno lesse, tivesse essa percepção da linguagem tal e depois a gente teve uma oficina onde eles iam usar o que eles entenderam pra fazer uma produção artística depois. Foi um momento lúdico, mas também uma forma de você aprender aquele tema. Aí nesse caso eu achei legal. Alguns institutos as vezes fazem um programa e não percebe que o aluno está ali, ele não vai chegar, inclusive, você tem que mediar tudo, você tem que mediar a linguagem. Ao longo dos anos, os alunos tem chegado ao segundo ano cada vez mais despreparado. Então dependendo da linguagem que você use você perdeu o aluno logo de saída, porque ele não tá te entendendo, ele não vai linkar contigo. Ele vai passar um tempão ali, mas não vai adiantar.

Pesquisadora: Agora esse grupo de perguntas é sobre Memória, História e Identidade. Como é que a senhora acha que a memória, ou melhor, a senhora acha que a Memória exerce uma influência na formação da identidade de jovens?

P02: Completamente. E você pode até linkar a memória como produto de experiência, mas também a experiência psicológica, porque se você for pensar mesmo dentro de psicologia mesmo, o que você lembra não é exatamente o que você viveu. Então, a emoção tudo isso está linkado ali dentro da memória que está te construindo, né? Por isso que é importante a gente sempre, né, se rever, né, pra gente pensar como criou aquela determinada memória. E hoje eu vejo isso muito distanciado, no sentido de que hoje eu faço piada com os meninos quando a gente discute alguns temas

principalmente linkado com história de Pernambuco. Eles acham engraçadíssimos, porque eu faço piada com eles: - Sim, porque que a ponte ali é Maurício de Nassau? Se disser que é a faculdade eu tiro ponto (risos). Porque eles não tem mais esse link. Eles não fazem mais o link com a realidade realmente. O nome das ruas, os nomes das pontes... que faz parte né da história de Pernambuco e aí há uma reflexão para nós historiadores, porque não nossa grade de Pernambuco a gente não estudo história de Pernambuco. Você estuda história de Pernambuco no primeiro grau, no segundo grau você faz umas puxadas assim dentro dos temas que são obrigatórios, mas a gente não estuda história de Pernambuco. Principalmente história de Pernambuco que a gente pegaria o que, contemporâneo. Se a gente pegar a história mais antiga, a gente pega colônia e tal até a parte da independência e os movimentos de revolta, mas Pernambuco contemporâneo não se estuda realmente. Não sei se respondi.

Pesquisadora: Respondeu. A senhora entende... a senhora percebe nos alunos o interesse de conhecer melhor os fatos históricos, ou a senhora acha que isso está se esvaindo?

P02: Eu acho que hoje com essa coisa da internet fica como se fosse: Ah! Tudo está ali. Eu não preciso mais gravar nada e isso realmente dá um déficit grande, porque eles não sentem a obrigatoriedade de gravar a base dos temas e isso faz com que eles tenham um retrabalho enorme, porque a cada ano eles tem que rever um monte de temas, porque eles não sentem essa obrigatoriedade mais de gravar os temas, entendeu? Eu trabalho muito com notas mental, por conta disso, pra que eles consigam pelo menos ter aquela imagética do tema em geral. Desde o ano passado que eu estou usando os mapas mentais praticamente com todos os temas. Eu escolho os temas principais para que eles produzam. Mas até isso é relativo, porque ele pode pegar um mapa pronto, ou modificar um pouco. Então não ajuda tanto na compreensão, porque não foi ele que criou o instrumento, mas eu acho que é um instrumento muito bom pra eles buscarem isso de volta, mas essa percepção de todo o conhecimento estar na internet está quebrando muito o ensino histórico.

Vídeo 3

Pesquisadora: A senhora acha de alguma maneira a sua disciplina, de qualquer aspecto, trabalha ou menciona o poder judiciário?

P02: Muito. A gente faz todas as bases, pelo menos é o que a gente costuma fazer. Assim, a gente leciona, só não sei dizer se o aluno realmente incorpora, alguns realmente vão incorporar, outros não. Então... (gravação interrompida)

Ampliando aí eu penso que a gente devia mesmo estudar na escola leis independente se você vai pra área ou não. Se você é cidadão. Eu digo se vc é cidadão tem que estudar o código civil, tem que saber quais são as leis que te protege, a gente discute muito acerca disso, mas a gente não vai para letra de lei. E eu penso que isso é uma parte do distanciamento porque a letra de lei é difícil

Pesquisadora: é...

P02: Você não decifra com facilidade. Há alguns anos atrás eu peguei uma parte do Código Indígena e era antes dessa lei que obriga a discutir indígenas e africanos na escola, e aí eu peguei alguns artigos da lei e achei que aquilo ia ser massa de trabalhar em sala de aula. Não fui, porque aí eu tive que buscar um dicionário técnico

Pesquisadora: hum hum..

P02: para algumas palavras para eu poder explicar para os meninos item por item. Então, a linguagem da lei ela também afasta e eu com dificuldade que leio imagine os meninos

Pesquisadora: Eu quando tô trabalhando assim eu leio o mandado, porque eu tenho obrigação por lei de ler o mandado, mas terminando de ler eu falo: - Traduzindo...(risos)

P02: ou até você ter um trabalho em cima desses códigos que desmitifique ele. Porque a gente tem um mac para idiotas, vc não sabe nada de computador, mas você pega aquele livro e você vai conseguir mexer. Eu não percebo que isso é feito dentro do âmbito da justiça. Eu sei que algumas palavras são muito básicas, né? A Constituição mesmo dá ideia de justiça e judiciário, mas para a pessoa comum elas não dizem muita coisa e isso interfere na compreensão que a gente tem do texto.

Pesquisadora: Durante a sua vivência pedagógica a senhora já fez alguma capacitação específica relacionada ao trabalho em museus, em memoriais? Algum curso de capacitação, seminário...

P02: Não, nunca fiz. Já fiz, já programei e já participei de visitas. Já fiz colóquios junto com alguns institutos, mas nunca tive realmente uma formação específica para isso.

Pesquisadora: Essa pergunta agora eu acho que a senhora já contemplou: é em relação à sua experiência com visitas mediadas em museus e centros culturais, como foi esse momento? Que a senhora falou sobre a própria visita no memorial

P02: Isso. tem alguns espaços que você vai, onde na verdade você o resultado não é muito bom, no sentido de que você não capta muita coisa. Não consegue finalizar realmente o que se conheceu ali e outros eles não estão preparados para lidar com alunos (INAUDÍVEL). Tem espaço que quando eu fui fazer visita eu me senti desrespeitada, no sentido de que você me convidou. Você me convidou para me deixar esperando

Pesquisadora: é...

P02: Você me convidou para mandar o meu aluno sentar no chão? Tem uns locais que é muito chatinhos de visitar por conta disso, porque eles não entendem o aluno de escola pública como visitantes, e nós somos visitantes. E você nos convidou o que é pior ainda, mas outros são muitos interessantes. O Espaço Brennand é extremamente interessante. O Museu do Homem do Nordeste é muito bem organizado ali. A casa de Gilberto Freyre também é muito bom de fazer. Então alguns institutos eles realmente fazem o papel deles nesse sentido. Por isso não é tão fácil de chegar lá, é muita escola pra fazer essas visitas

Pesquisadora: Os jovens em sua opinião demonstram interesse em fazer essa atividade?

P02: Não

Pesquisadora: Não, né...

Professora Viviane: Basicamente, museu é coisa velha. E tudo o que ele precisa tem na internet. Mais colorido, animado e ele aprende mais rápido. E dependendo do, do programa que você fizer, da organização que você fizer, ele realmente *linka* mais rápido na internet, porque a linguagem, né, de quem tá repassando a informação ainda não mudou. Ele tá num mundo muito rápido e a maioria dos profissionais não chega e uma coisa que eu notei que para realmente chegar, tentar, né... é usar as gírias deles na aula, inclusive. Eles acham muito divertido, porque eu tenho um perfil muito sério

então eu uso isso para tentar chegar lá. Eu não sou naturalmente muito acessível, mas aí isso faz com que eles cheguem. Então quando eu vou falar de um tema da antiguidade, ok, mas o Rei é o Cara. O Cara lá é o rei é uma coisa mais ou menos assim, porque se você formalizar muito ele vai deixar de prestar atenção, porque a linguagem que ele usa já não é essa. Tem um problema grande em relação a isso.

Pesquisadora: Você já desenvolveu alguma atividade no Memorial de Justiça?

P02: hum hum

Pesquisadora: Quando a senhora soube do Memorial, a senhora soube através de que? Assim: Homepage, Instagram

P02: Na verdade, o Memorial montou há alguns anos atrás uma exposição que era: cangaço, capoeira e política. Era uma coisa bem... E aí a gente foi uma das escolas que foi convidada pra lá. E aí a direção pediu para eu assumir o projeto. E aí a gente fez várias viagens pra lá com mais de uma turma. Foi um trabalho muito bem estruturado. Aí a gente fez esse trabalho, mas na verdade eu sabia do Memorial porque é um dos espaços que a gente tinha para fazer pesquisa na Universidade, mas aí eu não cheguei a usar o espaço. Eu usava o Arquivo Público e usava também o daqui da Rua do Imperador. Aí eu fazia trabalhos para uma professora pra fazer a leitura de documentos. Mas aí eu nunca tinha usado o espaço como historiadora mesmo. Aí foi esse convite que fez a gente chegar lá. Foi um trabalho bem interessante.

Pesquisadora: Na sua opinião, a visita ao Memorial de Justiça pode contribuir para a sua disciplina? Como? Pra finalizarmos. O que a senhora espera? Até que ponto contribui?

P02: Eu acho que contribui se a gente conseguir organizar bem, né? A visita ao espaço. O fato do aluno ele perceber mesmo como é que a história vai ser produzida a partir daqueles documentos. Eu faço isso as vezes com leituras da revista de história da Biblioteca Nacional e aí eles escolhem uma matéria e fazem um trabalho em relação a isso, mas é... nem todos os alunos vão fazer esse *link* realmente, como eu disse a você é aquela questão de você tá num momento muito rápido, muito imagético, né? Então pra eles é um pouco difícil parar tá? E voltar às bases, ler um documento antigo. A exposição foi uma ótima pedida quando a gente fez esse trabalho, porque primeiro a gente

fez a exposição aí eles tiveram curiosidade pelo cangaço, pela capoeira e aí eles viram inclusive indumentárias, foi bem interessante, para depois a gente ver algum documento, chegar realmente no objetivo que era o documento, porque se for direto para o documento aí vai ficar mais difícil.

P03 - Professor

Áudio 3

Pesquisadora: Professor, esse primeiro grupo de perguntas é sobre a educação em espaços não formais. Qual é a sua opinião sobre o ensino formal na formação de jovens? O senhor acredita que o ensino formal, que é esse ensino que é dentro da sala de aula, restrito a um ambiente escolar, ele sozinho é suficiente para a formação ampla dos jovens?

P03: Sabemos que a escola não é apenas a formação do indivíduo quanto conceito científico, ela também tenta formar o indivíduo pra sociedade, e também, quando estar formando o indivíduo pra sociedade ele também tá formando para a sociabilidade, logo, a escola é o ambiente onde os indivíduos iram aprender a conviver num ambiente diferente do de casa, é onde esses estudantes que muitas vezes estavam em casa, principalmente agora depois de pandemia, perderem um período muito grande e importante da socialização secundária, foi um pouco retardada. Agora, voltar a escola, mas não apenas para sala de aula, mas o convívio com o outro é muito importante. Tem uma educadora que eu sempre leio alguma coisa sobre ela, a Viviane Mosé, que ela diz que a principal formação dos estudantes acontece nos corredores, com as conversas, através das interações. Então a sala de aula é algo importante? É, mas a interação com o outro, com o outro indivíduo, é um dos elementos importantíssimos para formação desse jovem nesse momento tão complexo que a gente tá.

Pesquisadora: Qual a sua visão com relação com atividades educacionais que são desenvolvidas fora do ambiente formal de ensino? Atividades como visitas a parques, museus, monumentos, essas atividades que são realizadas fora desse ambiente da escola.

P03: Fora do ambiente da escola é muito importante porque dá ao estudante uma amplitude de abordagem do conhecimento, porque normalmente o estudante, principalmente de escola pública, acredita que a sua formação cultural, educacional esta restrita a escola, e quando a gente tira ele de dentro de sala de aula, além de dar a possibilidade de novas vivencias novas interações, mostra a ele que a sua formação esta ligada não apenas a escola, mas a comunidade, a sociedade, aos aparelhos culturais que são oferecidos a ele.

Pesquisadora: Dentro do seu planejamento de aula, a previsão de realização de atividades fora desse ambiente de escola?

P03: Sim. Há previsão, claro. Mas existe toda uma estrutura da escola, na qual sair de sala de aula tornasse um pouco complexo, porque não pode, como as aulas são fragmentadas, eu não posso pegar uma tarde para ir por exemplo no Teatro de Santa Isabel, o qual é um patrimônio histórico aqui de Pernambuco, pra conhecer não apenas o teatro, mas também a arquitetura, conhecer um pouquinho daquele espaço, daquele lugar. Não posso, porque eu tenho uma, duas aulas, como é que eu vou fazer uma visita a um espaço que eu tenho que ir em uma aula voltar, para que um outro amigo, um outro colega precisa dar essa aula. Logo, há um espaço sim, há umas estratégias que a gente faz, fazemos, mas é muito complexo dentro de uma carga horária fragmentada e muito restrita que a gente tem.

Pesquisadora: Que espaço o senhor já utilizou, que equipamento cultural, histórico o senhor já utilizou nessas atividades fora da escola, pra onde o senhor já levou os seus alunos?

P03: Já levei ao Teatro de Arte Moderna, desculpa, o Museu de Arte Moderna daqui de Recife. Nós já fomos ao Teatro do Parque, nós já fomos ao próprio Teatro de Santa Isabel, tem outros colegas já levaram os estudantes a Assembleia Legislativa, e aí eu tenho que marcar muito a nossa escola, é uma escola que está central, logo, esses espaços culturais tem uma certa proximidade, porém, quando a gente tá falando de escola no subúrbio, é possível fazer esse tipo de traslado de visita aos espaços. Olha, mesmo a gente sendo uma escola central há essa dificuldade por causa da carga

horária, devemos pensar um pouquinho para além da minha realidade, a realidade que a própria educação de Pernambuco tem, quando a gente tem escolas distantes dos grandes centros culturais e que não há nenhum elemento, nenhum incentivo para trazer esses estudantes para esses espaços culturais, como por exemplo o Museu do Cais do Sertão, é um instrumento fantástico mas a gente aqui sente que tem uma dificuldade porque tem uma certa distância, imagine quem está no subúrbio, fica muito mais difícil.

Pesquisadora: Agora eu vou passar para o bloco história memória e identidade. Qual a sua percepção sobre memória e a influência que ela exerce na construção da identidade de jovens?

P03: Sobre memória e identidade. Nós estamos falando da memória do Recife uma capital multi-cultural, certo. E que essa memória não é utilizada, apresentada, vista por nossos jovens, a parte cultural que nos temos aqui, a nossa memória muitas vezes não são trabalhadas por nossos alunos, até porque a carga horária e até os próprios currículos educacionais, apesar de dizer que temos que trabalhar outro contexto nosso aqui, é muito fechado, não dá pra você trabalhar Pernambuco, e se você for trabalhar Pernambuco, vem a prova do ENEM que não cai Pernambuco, então a memória de Pernambuco, a identidade pernambucana, nós pernambucanos estudamos pouco Pernambuco. A não ser alguns casos de 1917, Palmares, Guararapes, são essas discussões que estão na história geral, mas a nossa memória, a nossa cultura em si ela muito passada por cima (INAUDÍVEL).

Pesquisadora: O senhor acha que tem interesse dos alunos em desvendar esse universo, se sente curiosidade neles de conhecer de saber mais sobre fatos históricos?

P03: Se eles não têm consciência do que é ser Pernambucano, se eles não se reconhecem introjetados neles essa identidade pernambucana, como é que eles iram ter interesse.

Pesquisadora: É bem sobre isso mesmo o meu trabalho! O ensino do poder judiciário, de alguma a sua disciplina ou então as suas discussões contemplam alguma discussão sobre o poder judiciário, o trabalho desenvolvido pelos juízes, pelas varas, essas atividades judiciárias propriamente dita, vocês trabalham de alguma maneira esse assunto?

P03: Bem, normalmente o judiciário cai em nossas aulas quando a gente está tentando discutir alguma discussão contemporânea, como por exemplo a questão da Lava Jato, aí a gente vai trazer qual o papel do judiciário, a questão agora, das últimas eleições, qual o papel que o judiciário teve

no tratamento das fake News, ele foi antidemocrático, não foi. Mas isso não é algo que o currículo permita.

Pesquisadora: Mas é assunto do cotidiano que envolve a participação do judiciário.

P03: A gente vai tentando. Quando vamos trabalhar por exemplo as questões das redes sociais, entramos nesse tipo de abordagem, mas é muito difícil porque o próprio currículo não pensa dessa forma.

Pesquisadora: No seu ponto de vista de que maneira as atividades desenvolvidas pelo judiciário podem ser melhor divulgadas.

P03: O judiciário, pensando como um professor, ele está muito distante da sociedade em si, ele está muito distante da escola, ele está muito distante de uma certa população do país, o judiciário para boa parte da população dos nossos alunos é um lugar aonde você vai para ter uma espécie de demanda respondida, mas não é algo que faça parte da democracia para ele. É como se fosse algo extremamente abstrato, distante do seu dia a dia.

Pesquisadora: E na sua opinião, de que maneira os alunos, eles veem o judiciário, como eles enxergam? No seu ponto de vista, assim, o senhor acha que eles têm algum conhecimento, ou são conhecimentos bem quebrados, desvinculados de uma realidade, aquele conhecimento de filme, aquele conhecimento bem fictício ou senhor entende que existe uma politização já dos jovens, entendo os jovens do ensino médio.

P03: Para mim, responder o que o jovem pensa seria de uma certa maneira leviandade minha, mas eu posso dizer que alguma parte dos meus alunos tem uma visão romântica do judiciário, o judiciário como uma possível carreira, uma possível carreira mais não enxergar ele como uma espécie de um dos poderes da democracia como algo que interfere diretamente na sua vivência social, eles não enxergam isso, eles enxergam como uma espécie de carreira ou como um cargo de poder, eles enxergam muito disso, eu quero ser um juiz ser um juiz pra eu mandar, eu não quero ser um juiz para contribuir para com a sociedade.

Pesquisadora: Agora sobre educação patrimonial, espaço de memória. Quanto a sua convivência pedagógica já participou ou teve contato com a discussão sobre o papel educativo dos museus, já participou de congressos, seminários, relacionados a atividade museológica?

P03: Sim, inclusive eu fui estagiário do museu de arqueologia da UNICAP, então essa discussão em relação ao museu como espaço de ser apropriado pelo estudante é algo que eu já vivenciei, certo, acredito que é muito importante, até porque estamos numa sociedade onde/na qual museus é um segmento da nossa cultura muito voltado para a nossa elite, a população não participa, nossos jovens não participam, a gente tenta de uma certa maneira levar esse jovem para um museu, mas para além da própria dinâmica da escola, com a sua fragmentação com seus muros e barreiras, a própria sociedade não valoriza esse tipo de conhecimento. Então é muito importante nós professores se tivermos condições tentar tirar o aluno de sala de aula e mostrar que museus, tanto os museus que estão como amostra, como até museus ao ar livre como nós temos aqui no Recife, as estátuas dos grandes poetas, se a gente pudesse fazer uma espécie de roteiro a céu aberto, mas aí a gente acaba naquela naquele velho problema não há uma estrutura, não há uma organização geral que permita que tais atividades possam ocorrer.

Pesquisadora: Pense numa visita que ao senhor já fez com os alunos, que o senhor lembra, que o senhor acha que foi bem aproveitado que os alunos gostaram?

P03: Museu do Cais do Sertão! Foi excelente, até porque lá houve uma aproximação, um reconhecimento da identidade nordestina, pernambucana. Aquela exposição ali muitos dos meus alunos disseram, “eu nem sabia que isso era de Pernambuco”, então para mim houve um envolvimento, a própria dinâmica, a própria forma da exposição permitiu com que essa aproximação ocorresse. Eu achei muito interessante!

Pesquisadora: O senhor conhece o Memorial da Justiça de Pernambuco?

P03: Eu nunca fui lá, inclusive tentei marcar, mas não consegui.

Pesquisadora: O senhor tem conhecimento de quais atividades pedagógicas são desenvolvidas nesse espaço?

P03: Não, não tenho.

Pesquisadora: Sobre a divulgação do Memorial, quais informações que o senhor conhece no espaço, de que forma o seu conheceu?

P03: Foi no site.

Pesquisadora: No site. Qual o tipo de contribuição que uma visita ao Memorial poderia trazer para a sua disciplina.

P03: Aproximação com a justiça, a desmitificação da justiça. Acho que seria muito bom, tanto para o judiciário conhecer esse segmento da sociedade, “aluno de escola pública”, como para os alunos da escola pública entender que o judiciário é um poder da república, não apenas um trabalho que tem poder. Mas sim um poder de Estado e que estar acessível a ele, que é dele como cidadão.

P04 – Professor

Áudio 1

Pesquisadora: Professor, com relação aos espaços não formais certo, vamos começar com a primeira pergunta que diz o seguinte. Qual a sua opinião sobre o ensino formal que é o ensino dado nos limites escolares, na formação dos jovens, qual a importância desse ensino? E se o senhor acha que somente o formal dado nas escolas é suficiente, dentro de um contexto de multiculturalidade que a gente vive hoje?

P04: Bom, a primeira pergunta tem a palavra, “minha opinião”,

Pesquisadora: Sim. É a sua opinião mesmo!

P04: Eu sou professor de filosofia, a gente foge de opiniões, a gente gosta de ciência, mas nesse caso, cai apropriado porque eu não sou nenhum expert. Eu posso falar da minha experiência tanto no nível superior, como nível estadual e nível médio. Tem experiências em outros países como por exemplo, Portugal, escola que foge completamente o padrão de formalidade que nós estamos acostumados e segundo a literatura que eu tenho lido, se sai bem, como eu não sei, mas se sair bem, por exemplo um aluno vai para sala que quer, tem aula que quer, coisa e tal. Então, Rubem Alves teve lá por sinal, ele comenta em um dos textos que eu li dele sobre essa tal escola, eu acho que há uma possibilidade. Agora a pergunta que eu faço de volta é o seguinte. O mercado está também interessada em pessoas formadas fora das instituições formais? Serão formadas essas pessoas para atingir algo. Então, me parece que nós estamos atrelados à uma educação formal. Tem esse porém, esse porém prático em relação ao trabalho. Lá na Europa já não é tanto assim. Tem pessoas que vão sair de casa e tem aí em reconhecimento internacional. Inclusive o primeiro-ministro deles não tem formação formal, mas é um expert área dele e se não me engano também em economia. Então, no Brasil assim, muito um pouco assim distante, mas aprender, mesmo, tirando o trabalho de lado, eu não vejo empecilho nenhum. Isso é uma coisa validada.

Pesquisadora: Dentro do seu planejamento de aula existe a previsão de atividades fora do ambiente escolar? Existe uma infraestrutura, existe um apoio?

P04: Não, infraestrutura e apoio não. Mas como a minha experiência é pouca são 13 anos só, e esse escola onde eu estou é a minha sétima escola, então eu tive sorte de estar em escola topo né, Trajano de Mendonça, Professor Fernando Mota, na escola Professor Fernando Mota era os alunos, que eu tenho muita saudade, que produziam material inclusive com vídeos, [INAUDÍVEL] mas fora do contexto da escola. Mas com raras exceções minhas mesmo, a participação não foi tanta sobre isso não, não tem estrutura, o apoio ele é um apoio que já depende da secretária, da visão de governo. Aqui não vai nenhuma crítica que a gestão da escola, mas é a infraestrutura que nós não temos, é um desafio.

Pesquisadora: O senhor já utilizou algum espaço fora da escola, assim algum equipamento cultural, algum museu, um ambiente fora da escola?

P04: Para dar aula, não.

Pesquisadora: Sim, pra dar aula!

P04: Para dar aula eu confesso que não. Que eu me lembre não.

Pesquisadora: Pesquisadora: Com relação a memória e identidade o senhor acha importante que a memória exerce uma influência importante na formação da identidade de jovens?

P04: Olha, como professor de Filosofia a gente ensina a teoria do conhecimento, na teoria do conhecimento, que é uma palavra feliz na nossa língua, por que se divide, o nome dessa disciplina se for na Inglaterra, se for na Alemanha, na Itália ainda se usa o termo [INAUDIVEL] seja como for na teoria do conhecimento tem esse tópico como mais importante, a memória. E ela depende muito do organismo dos nossos estudantes, dos professores, mas eu não consigo entender um avanço na área do educacional nos processos cognitivos, se não tiver a memória.

Pesquisadora: Você acha que os jovens têm interesse em saber mais sobre a própria história sobre os fatos históricos, o senhor acha que existe esse interesse?

P04: Olha, aí, eu acho que aí você toca num ponto crucial em relação a educação. Tá acontecendo coisa no Brasil, que é muito diferente da minha época, a senhora tá numa escola que está na segunda semana e a gente já vê alunos querendo férias. São poucos, mas existem e o danado é que a contaminação é mais fácil daqueles que não querem dos que querem, eu não poderia que é uma coisa que 100%, mas, eu acho que nós estamos lutando com algo muito mais forte, que eles têm o dia todo na casa deles à noite toda, “a mídia”. Isso é muito forte a mídia, a diversidade de propostas que ela tem e sem cobrança, o calcanhar de Aquiles da relação professor e estudante se dá na avaliação. Somos amigos até então, depois da avaliação começa a se pensar duas vezes, então, o interesse é paradoxal, uns tem, outros não tem.

Pesquisadora: Entendi. A minha pesquisa ela envolve o Memorial da Justiça de Pernambuco, então assim tem algumas perguntas sobre o poder judiciário, o senhor acha que de alguma maneira sua disciplina, a filosofia nesse caso, ela contempla algum conteúdo ou discussão mesmo que de forma secundária, que entre o judiciário, o poder judiciário, que traga esse assunto.

P04: Olhe. Não é tangencial, não é oblíquo é fundamental. Eu estudei em São Paulo, eu estudei aqui em Pernambuco na Universidade Federal e a grande maioria dos meus amigos eram os juizes, o

conceito de justiça não pertence a jurisprudência, ela toma emprestado das reflexões filosóficas, então é fundamental. Eu estou nas trilhas agora do ensino médio novo, então estou pegando os segundos anos que foi tirado a disciplina de filosofia com o nome de filosofia entre as ciências humanas, estou exatamente com justiça e direitos humanos. Coisa que eu já venho ensinando a muito tempo, está entrelaçado filosofia com justiça. Sócrates então foi grande inaugurador disso, eu não consigo entender uma formação boa do juiz dia de um advogado sem o fundamento muito forte da filosofia.

Pesquisadora: Ao seu olhar de que maneira as atividades desenvolvidas pelo judiciário podem ser melhor divulgadas?

P04: Isso é uma questão ótima, eu acho uma questão ótima precisa ver mais interação, muito mais interação. Então o que poderia melhorar um pouco o intercâmbio. O judiciário abrir um espaço contínuo, sistemático para visitas de alunos conhecer esse mundo. Para que os valores, estamos aqui tratando de [INAUDIVEL] valores das jurisprudências, faz parte de nossas vidas, seja uma coisa real na vida desses estudantes. Nos aqui não podemos fazer muito, filosofia embora tem a prática, ela é muito mais teórica, não significa que ela, que essa filosofia não reflita a nossa vida. Então eu preciso dessa interação, esse intercâmbio. Pessoas no judiciário fazendo visitas para que os alunos então sintam e vivam esse mundo.

Pesquisadora: Na sua opinião, como é que os jovens, eles veem a justiça brasileira?

P04: Com desconfiança! Quando veem!

P04: Por que retorna, estamos agora retornando as perguntas que foi feita sobre os interesses. Os interesses, no meu modo de ver como eu falei é muito pouco, ainda mais nesse sentido. Eles não estão interessados. A não ser naquilo que sirva imediatamente a eles, então eles ficam espantados quando eu dou uma aula, quando falo da importância da política da justiça, eles não sabem, ele não tem interesse nisso, quando alguns começam a conhecer, aí sim, falta interação.

Pesquisadora: Eu vejo isso, eu sou Oficial de Justiça, então eu vejo muito isso me deparo com isso muito. Sobre educação patrimonial e espaços de memória. Durante a sua vivência pedagógica, já participou ou já teve contato com o papel educativo de museus. O senhor já participou de seminários de capacitações, dado, oferecido por museus sobre espaços educativos desses espaços.

P04: Eu estou entendendo, eu compreendo a sua questão. Nós não temos muito isso, se não é por interesse do professor, então como eu sou um camarada que gosta de graças a Deus de ler, eu tenho uma biblioteca de mais de 5.000 mil livros, esse assunto me vêm pela minha própria conta, não como um programa da secretaria de educação , pelo menos eu vejo esse sentido essa vontade.

Pesquisadora: Em relação a sua experiência com visitas mediadas em museus em centro culturais, como é que foi esse momento? O senhor lembra de algum momento que o senhor fez com seus alunos?

P04: Não, como eu disse não. Eu já os vi indo não comigo, mas em outras disciplinas de história.

Pesquisadora: Você que tem o interesse dos alunos em sair de sala de aula?

P04: Desde que o interesse seja sair de sala de aula.

Pesquisadora: O Senhor conhece o Memorial da Justiça de Pernambuco?

P04: Memorial de justiça, meu Deus!?

Pesquisadora: É o espaço que tem um acervo do passado mesmo, mais de 100 anos atrás do Tribunal de Justiça daqui ele fica na rua perto do Forte do Brum na antiga Estação Ferroviária do Brum. Nunca foi não, né? Certo. Mas o senhor sabia que existia esse espaço?

P04: Bom, dentro da linha que existe muitas coisas essa estaria como possibilidade.

Pesquisadora: Você acha que uma visita nesse Memorial poderia contribuir alguma coisa para sua disciplina?

P04: Sim, o visual a [INAUDÍVEL], a vivência nova, desde que tivesse as informações da importância disso. Veja, eu sou professor de Filosofia eu ensino ética e não dá para falar de ética sem falar de liberdade. Então eu sempre falo para eles que no mundo da jurisprudência o pressuposto é que sejamos livres, desde então eu culpado se eu fizer alguma coisa, porque eu sou livre eu tenho escolha, mesmo que dentro de um determinado parâmetro. A determinação, mas no fundo no fundo eu acharia muito bom isso. A jurisprudência me chama atenção, por que trata de um assunto que eu leio tanto com filosofia da justiça. Então me chama atenção eu adoraria que houvesse mais.

Pesquisadora: Lá no Memorial assim, eles têm um acervo de processos da época do Brasil colônia, do Brasil... época que tem processos com escravizados.

P04: A importância disso para eles, isso daria nortes aos comportamentos deles, para que tá as coisas não acontecessem.

Pesquisadora: É aí que entra a questão da identidade, para que eles se vejam, né?

P04: Eles se veem como possibilidade. Seria fantástico!

Pesquisadora: Pronto professor, é isso.

Áudio 2

P05 - Professor

Pesquisadora: Professora, qual é a sua opinião sobre o ensino formal na educação de jovens, acredita que sozinho esse ensino que é dado somente nas escolas, ensino formal, a senhora acha que é suficiente?

P05: Para o tipo de público que a gente tem hoje, não. Porque o público que a gente tem hoje ele é um pouco, muito diferente da minha época para minha época, para a minha época sim seria suficiente. A gente tinha o hábito de realmente estudar, a prática. Esses meninos hoje eles não têm, então, eu acho que só formal para ele não é suficiente, até pela diversidade que a gente tem hoje, então eu acho que só o formal para hoje não. Ele vai dar a base, isso sim, mas que seja suficiente para esse público que a gente tem hoje, não.

Pesquisadora: Qual a sua visão com relação das atividades educacionais que foram desenvolvidas fora do ambiente da escola, utilizando esses equipamentos nos museus, monumentos, laboratório?

P05: Eu acho que é imprescindível. Uma outra visão do aluno e termina sendo uma mais prática, né? Que desperta mais interesse deles, eu acho essencial.

Pesquisadora: No seu planejamento de aula tem previsão de realização das atividades?

P05: Tem. Tem previsão, segundo ano mesmo, do trabalho com segundo ano, eu saio com eles eu vou aqui para o entorno da escola, no Parque 13 de Maio, que eles têm a parte de botânica, então eu faço essa aula de campo, aqui dentro da escola mesmo já que aqui a gente tem muito verde, então eu faço fora da sala de aula né. Agora infelizmente a escola não tem as estruturas e o recurso financeiro para a gente fazer esse tipo de aula de atividade com os meninos, mas sempre que dá para colocar no meu planejamento eu coloco.

Pesquisadora: Na sua opinião, eu sei que não tem muito haver como biologia, né, mas assim a senhora acha que a memória, não a memória assim de decorar, a memória histórica, né! Qual a importância da memória histórica para a formação da identidade dos alunos? No seu ponto de vista, assim mesmo que numa visão pessoal.

P05: Eu acho que importante para nível da, como é que eu posso falar, [INAUDÍVEL] pegando a minhas experiências, né? Eu tenho memórias de aulas que eu tive nesse formato, apesar da minha época não ser muito natural a gente não ter aula dentro de sala, mas eu acho que o amplia o conteúdo, né? E se amplia o conteúdo é lógico que ele vai influenciar na vivência do aluno.

Pesquisadora: A senhora perceber que existe interesse dos alunos em conhecer mais a fundo os fatos históricos, a desvendar, mais esse universo?

P05: Mas aí a nível de história, porque são fatos históricos. Eu não sei. Os meninos hoje eu acho eles muito pouco curiosos, para a questão da aprendizagem mesmo eu acho eles muito pouco curiosos, não sei se é pelo formato de aula que a gente ainda tem, né! Que infelizmente ainda hoje a gente não tem muita estrutura e a gente fica muito naquela aula tradicional, aí eu acho que eles hoje têm pouco dessa curiosidade. Agora para questões tecnológicas, eu acho que ela é maior.

Pesquisadora: A educação patrimonial, espaço de memória, durante a vivência pedagógica, a senhora já teve ou participou de discussões sobre o papel educativo de museus em congressos, seminários, cursos e capacitações?

P05: Não, porque fica muito fora da minha área.

Pesquisadora: Em relação a sua experiência com visitas mediadas em museus e centros culturais, em laboratórios, de museus de história natural, né. Existem museus botânicos, também. Em relação

a essa experiência mediada, a senhora já teve assim com os alunos, falo mediada com o pessoal do educativo.

P05: Eu estou entendendo, vou dar um exemplo do que eu tive, por exemplo já tive aula no Espaço Ciência, é um espaço que... aí a senhora que saber o que, o que eu achei quando estive lá?

Pesquisadora: Quando a senhora esteve lá, a senhora teve a mediação do pessoal do educativo do museu?

P05: Teve! Teve toda a mediação, explicação.

Pesquisadora: E como foi?

P05: Foi ótimo! Os meninos adoraram, eu achei muito construtivo, eles tem um aparato legal lá, achei bom e eles fizeram essa essa ligação, né da questão da ação pedagógica, eu achei bem interessante.

Pesquisadora: A senhora já respondeu essa pergunta, os jovens ele demonstram interesse?

P05: Demonstram, adoraram essa aula! Inclusive ano passado a gente esteve!

Pesquisadora: Agora foge da sua esfera, mas pode ser também relacionada à cultura geral nesse aspecto. Já tá terminando. A senhora conhece o Memorial da Justiça de Pernambuco?

P05: Não!

Pesquisadora: A senhora acha que o Memorial da Justiça de Pernambuco, ele pode trazer alguma contribuição para a disciplina?

P05: Como eu não conheço, não sei o que lá aborda, né? Mas eu acho que sempre dá para a gente aproveitar alguma coisa, né! Se a gente for pensar no Memorial da Justiça em relação a quais temas, se em relação à questão da genética, questão de raça, relacionada a negros.

Pesquisadora: Sim! Exatamente! Têm muitos processos relacionados a escravizados lá.

P05: Eu acho que dava para fazer o link, entendeu?

Pesquisadora: A senhora não conhece e assim, a senhora nunca ouviu falar do Memorial?

POS: Não sabia nem que existia!

Pesquisadora: É só isso mesmo.

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora ANAMÉLIA DE CARVALHO, a desenvolver o projeto de pesquisa **ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO**: memória e narrativas do Memorial da Justiça de Pernambuco, que está sob a orientação da pesquisadora responsável ANA CLÁUDIA DE ARAÚJO SANTOS cujo objetivo é demonstrar o potencial pedagógico dos espaços de memória como recurso de ensino não formal no âmbito do Memorial de Justiça de Pernambuco.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Recife, em ____/____/_____.

Nome/assinatura e carimbo do responsável legal onde a pesquisa será realizada

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título da Pesquisa: **ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO:** memória e narrativas do Memorial da Justiça de Pernambuco

Pesquisadora Principal: Anamélia de Carvalho

Orientadora: Prof.^a. Ana Cláudia de Araújo Santos

Você está sendo convidado para participar da pesquisa objeto de estudo do projeto ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO: memória e narrativas do Memorial da Justiça de Pernambuco, desenvolvido pela pesquisadora Anamélia de Carvalho que está sob a orientação da pesquisadora responsável ANA CLÁUDIA DE ARAÚJO SANTOS.

Você foi selecionado por desenvolver atividade profissional de docência com adolescentes estudantes do ensino médio em escola pública e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a Universidade Católica de Pernambuco ou com o Memorial da Justiça de Pernambuco.

O objetivo deste estudo é demonstrar o potencial pedagógico dos espaços de memória como recurso de ensino não formal no âmbito do Memorial de Justiça de Pernambuco.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas individuais e/ou em grupo, rodas de conversas e visita ao Memorial da Justiça de Pernambuco.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Qualquer desconforto deverá ser reportado e caso deseje poderá a qualquer momento descontinuar a sua participação. Vale lembrar que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a importância da utilização de espaços de memória como recurso didático-pedagógico na modalidade de ensino não formal, de modo

que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento de trabalho conclusão de Mestrado Profissional em História, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e a orientadora terão conhecimento dos dados.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

A sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

DADOS DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL (ORIENTADORA)

Ana Cláudia de Araújo Santos

Endereço completo: .

Telefone:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pela banca de qualificação formada por docentes vinculados ao programa de mestrado profissional em história da UNICAP, localizada na Rua Almeida Cunha, 245, bloco G4, térreo, BoaVista, Recife/PE, CEP: 50.050-480. telefone/WhatsApp: (81) 99146-6993, endereço eletrônico: secretariastrictosensu@unicap.br e ppgh@unicap.br
- Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 17h.

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida à secretaria de cursos de pós-graduação stricto sensu, no endereço acima citado.

Recife, _____ de _____ de 2022.

Assinatura da/o PARTICIPANTE DA PESQUISA

ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO**

Eu, _____ CPF _____ ,
 RG _____ depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento ,especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Anamélia de Carvalho e a sua orientadora Ana Cláudia de Araújo Santos do projeto de pesquisa intitulado ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO: memória e narrativas do Memorial da Justiça de Pernambuco a realizar as fotos/filmagens que se Façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização dessas fotos/imagens e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor das pesquisadoras da pesquisa, acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei N.º8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Recife, ____ de ____ de 2022.

 Assinatura do Entrevistado


 Anamélia de Carvalho

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História
 Universidade Católica de Pernambuco

Ana Cláudia de Araújo Santos
 Prof.a Dra. do Programa de Pós-Graduação em História
 Universidade Católica de Pernambuco

ANEXO D – TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE**TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE**

- **Título do Projeto:** ENSINO NÃO FORMAL E O JUDICIÁRIO: memória e narrativas do Memorial da Justiça de Pernambuco
- **Pesquisador Responsável (ORIENTADOR):** Ana Cláudia de Araújo Santos
- **Instituição/Departamento de origem do Pesquisador Responsável (ORIENTADOR):** Universidade Católica de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em História
- **Telefone para contato:**
- **E-mail:**

A Pesquisadora Responsável (ORIENTADORA) acima identificada assume o compromisso de:

- Preservar o sigilo e a privacidade das/os voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

Recife, 24 de agosto de 2022.

Ana Cláudia de Araújo Santos (ORIENTADORA)

ⁱ Art. 3º Os órgãos do Poder Judiciário devem observar as normas de Gestão Documental e de Gestão de Memória definidas no Proname, o qual é regido pelos seguintes princípios e diretrizes: I – garantia de acesso a informações necessárias ao exercício de direitos; II – promoção da cidadania por meio do pleno acesso ao patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural gerido e custodiado pelo Poder Judiciário; III – produção da narrativa acerca da história do Poder Judiciário e a consequente difusão e consolidação da imagem

institucional; IV – intercâmbio e interlocução com instituições culturais e protetoras do Patrimônio Histórico e Cultural e da área da ciência da informação; V – interface multidisciplinar e convergência dos saberes ligados às áreas da memória, da história e do patrimônio com aquelas da museologia, da arquivologia, do direito, da gestão cultural, da comunicação social e da tecnologia da informação; VI – guarda de documentos ou informações necessários à extração de certidões acerca do julgado, na hipótese de eliminação de autos; VII – manutenção dos documentos em ambiente físico ou eletrônico seguro e a implementação de estratégias de preservação desses documentos desde sua produção e durante o período de guarda definido; VIII – classificação, avaliação e descrição documental mediante a utilização de normas, planos de classificação e tabelas de temporalidade documental padronizadas, visando preservar as informações indispensáveis à administração das instituições, à memória nacional e à garantia dos direitos individuais; IX – manutenção da cadeia de custódia ininterrupta, visando garantir os requisitos arquivísticos e a presunção de autenticidade de documentos e processos administrativos e judiciais digitais; X – padronização das espécies, tipos, classes, assuntos e registros de movimentação de documentos e processos; XI – adoção de critérios de transferência e de recolhimento dos documentos e processos das unidades administrativas e judiciais para a unidade de gestão documental; XII – garantia de fidedignidade, integridade e presunção de autenticidade no caso de reprodução ou reformatação de documentos arquivísticos físicos e digitais; XIII – capacitação e orientação de magistrados e de servidores dos órgãos do Poder Judiciário sobre os fundamentos e instrumentos do Proname; XIV – adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos – MoReq-Jus; XV – constituição de unidades de Gestão Documental e de Gestão da Memória, assim como de Comissões Permanentes de Avaliação Documental – CPADs; e XVI – fomento às atividades de preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário e da história nacional ou regional por meio de criação de Museus, Memoriais, Espaços de Memória ou afins, assim como de divulgação do patrimônio contido nos Arquivos judiciais. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original020506202007245f1a41d255fab.pdf>. Acesso em: 14/06/2022

- ii Art. 38. Constituem princípios e diretrizes da política de Gestão da Memória do Poder Judiciário, além dos elencados no artigo 3o da presente Resolução: I – favorecimento do uso de novas tecnologias digitais para ampliar a dimensão informativa dos acervos; II – compartilhamento de técnicas das ciências da informação, arquivologia, biblioteconomia, museologia, história, antropologia e sociologia para agregar valor informativo sobre a instituição e seu papel na sociedade; III – colaboração e interação entre as unidades de Memória e de Arquivo; IV – promoção de iniciativas de preservação do patrimônio arquivístico, mobiliário e imobiliário de caráter histórico e cultural do Poder Judiciário e respectiva divulgação; V – promoção de encontros e seminários para intercâmbio de experiências; e VI – registro e divulgação de boas práticas no sítio eletrônico do CNJ. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original020506202007245f1a41d255fab.pdf>. Acesso em: 14/06/2022